

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

LEMBRANÇAS DE INFÂNCIAS
Narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado

NEUSA MARIA ROVEDA STIMAMIGLIO

Antônio Prado

2005

NEUSA MARIA ROVEDA STIMAMIGLIO

LEMBRANÇAS DE INFÂNCIAS
Narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Maria Carmem Barbosa

Antônio Prado

2005

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S778l Stimamiglio, Neusa Maria Roveda

Lembranças das infâncias narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antonio Prado / Neusa Maria Roveda Stimamiglio. Porto Alegre : UFRGS, 2006.

f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, BR-RS. Orientadora: Maria Carmen Barbosa.

1. Infância – Memória – Cidade. I. Barbosa, Maria Carmen, orient. II. Título.

CDU : 373.2

Bibliotecária Neliana Schirmer Antunes Menezes - CRB 10/939

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, Dorval Lúcio Roveda (*in memoriam*), por ter nos ensinado a importância de criar e recriar sonhos em nossas vidas, por se fazer presente e vivo dentro de mim a cada dia que passa. Pela saudade de quem significou tanto;

à minha mãe Lourdes por sua forma de amar e traduzir seu amor... Pela lembrança de seu sorriso de esperança, tão necessário em muitos momentos de minha infância;

aos meus irmãos: Neura, Marcos Antônio e Fernando, a todos eles e em especial para cada um. Para Neura pelos nossos risos soltos e descompromissados da infância, sem sentido para os “outros”. Pela nossa cumplicidade, pela sua imaginação que povoou meu imaginário infantil. Por todas suas invenções, principalmente aquelas que terminaram em insucesso, resultando em grandes aprendizagens. Ao Marcos Antônio por sempre estar próximo, pelo seu incentivo; ao Fernando por sua seriedade, pelo seu profissionalismo e determinação, por compartilharmos idéias e projetos.

ao meu companheiro Rogério, pela caminhada e por tantos projetos compartilhados;

às minhas filhas Melina e Isabela, pela oportunidade de, por meio de suas vidas, ressignificar minha existência. Pela colaboração na pesquisa, colorindo essas páginas e nossos sonhos;

à Ana Paula por sua escuta verdadeira e interessada.

à minha amiga Sueli, pois estendendo minha mão encontro a dela. Obrigada por todos os sonhos que temos sonhado juntas, que assim como a vida a que nos propomos viver se tornam cada vez mais interessantes;

ao garoto Thales que sempre tentou amenizar meus estranhamentos diante das novas tecnologias, por seu jeito único... obrigada;

à professora Corina Michelin Dotti, pelas suas palavras que resultam em grandes momentos de reflexão e aprendizagem. Por estar por perto, acompanhando e participando de minha caminhada, pelos autores que me apresentou, abrindo possibilidades, pelos livros emprestados;

ao Frei Rovílio Costa pela disponibilidade que sempre demonstra, pela sua sabedoria traduzida em simplicidade, solidariedade;

à banca examinadora de qualificação do projeto, pois aquele momento foi de grande aprendizagem;

à banca de defesa da dissertação, pela possibilidade do pensar reflexivo e por todos os caminhos que sei irão apontar;

aos colegas de trabalho e amigos Daniela e Fernando, por compartilharmos inquietudes, questionamentos, realizações e alegrias. Pelos projetos idealizados, mas principalmente pelas conversas informais, pelo respeito à singularidade de cada um;

à professora Dra. Maria Carmem Barbosa, orientadora deste trabalho de pesquisa, por seu respeito à minha singularidade, às minhas inquietudes; pela aceitação do meu pensar e fazer. Obrigada pelas “janelas abertas” que possibilitam vislumbrar novos horizontes. Agradeço também pelo seu saber traduzido num modo simples e peculiar de se fazer humana, sensível e solidária; pelos sonhos e afetos compartilhados;

principalmente para os depoentes deste trabalho, os quais possibilitaram transformar meu olhar, meus sentimentos. Por todas os momentos únicos, onde somamos lágrimas, risos, olhares de reconhecimento e aceitação do “outro”. Por todas as aprendizagens.

RESUMO

Este trabalho investigativo é a tentativa de mostrar como se constituíram as infâncias nos primeiros sessenta anos do século XX, na cidade de Antônio Prado-RS. A pesquisa consta de 18 informantes que relataram suas vivências de infâncias nessa cidade. Para a realização deste trabalho, foi considerado como critério que os informantes se diferenciasssem quanto a: idade, etnia, gênero, classe social, grau de escolarização, bem como lugar de residência no município. A metodologia utilizada foi por meio da história oral, baseada fundamentalmente nas orientações de Paul Thompson, como uma das fontes teóricas para o desenvolvimento metodológico. Para desenvolver a pesquisa, de acordo com a metodologia contemplada, foi elaborado um roteiro semi-estruturado, com questões abertas, para realização das entrevistas com os depoentes. Os depoimentos concedidos pelos informantes foram gravados, logo após foram realizadas as transcrições das informações orais, para compor a análise de dados do trabalho. Outras fontes complementares foram consultadas, tais como fotografias, jornais, documentos, bibliografias, para reunir as evidências necessárias à proposta da pesquisa. É uma pesquisa qualitativa, realizada no período de 2003 a 2005. Entre os autores que fazem a interlocução estão: Ecléa Bosi, Alberto Melucci, Francisco Tonucci, Jacques Le Goff, Milton Santos, Richard Sennett. Neste trabalho de pesquisa, a análise ocorre durante todo processo percorrido, através de uma reflexão crítica sobre a forma como a própria pesquisa transcorre. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a relação dos espaços-tempos na cidade de Antônio Prado, como constitutivos das lembranças das infâncias neste trabalho. Por isso, consideraram-se algumas reflexões sobre a relevância dos espaços sociais, como cenários das infâncias vividas pelos depoentes. Além disso, este trabalho abordou a pluralidade das infâncias, os elementos constitutivos dessa pluralidade e a análise da infância como construção social.

Palavras-chave:

Infância, memória, cidade.

ABSTRACT

This investigative paper has the attempt of showing how the childhoods were constituted at the first sixty years of the twentieth century in the town of Antônio Prado, Rio Grande do Sul, Brazil. In this way the research was made through. eighteen informers who told their childhood memories in this town. To the realization of this paper, was considered as criteria the differences between the informers concerning the age, the ethnic group, the gender, social class, level of study as well as the place were they live in the municipality. The used methodology was the Oral History, based fundamentally at the orientations of Paul Thompson as one of the theoretical sources to the methodological development. In order to develop the research in accordance with the considered methodology, a semi-structured itinerary was created with opened questions to the realization of the interview with the informers. The testimonials given by the informers were tape recorded and then the oral information transcription was made to compose the data analysis of the research. Other complementary sources were consulted for example pictures, newspapers, documents, bibliographies in order to gather the necessary evidences to the research proposal together. This is a qualitative research made between 2003 and 2005. Between the authors used in this paper are: Ecléa Bosi, Alberto Melucci, Francisco Tonicci, Jacques Le Goff, Milton Santos and Richard Sennett. At this research the analysis occur during all the carried out process through a critical reflection about the way the research was done itself. This present paper has the main objective of analyze the space relation – time in the town of Antônio Prado, as constitutive of the childhood memories of this paper, so, in this way was considered some reflections about the relevance of the social spaces as childhood settings lived by the informers. Besides, this paper also presents the childhood plurality, the constitutive elements of this plurality and childhood analysis as social construction.

Key-Words:

Childhood, memory, city.



Cidade: palco da vida

Antônio Prado, cenário no tempo

*A vida percorre ruas, carrega sonhos de suas gentes
gentes que tecem a história, a memória, a vida.*

*Vida entrelaçada no espaço-tempo se faz cidade
cidade que nasce do sonho de mãos simples, de rudes
artesãos de esperanças.*

*Trabalham a madeira, em rendas que enfeitam o tempo,
mãos de mulheres, constantemente ocupadas
alma feminina, na arte de suas mãos, beleza poética.*

*Cidade... cenário vivo, simbólico, imaginário
cidade-palco que atravessa o tempo, o corpo
de personagens mutantes, corpo marcado e que marca,
desafia o tempo, compartilha o palco.*

*Antônio Prado espaço-tempo presente
cenário de tempos múltiplos, pulsando vida
vida que se foi, vida que se faz e aquela que virá.*

*Antônio Prado, cidade de alma viva, feita pelo olhar
de suas gentes, tramado pela história que percorre
as ruas, ruas marcadas de significados, esperando
por desvelar-se.*

Neusa Maria Roveda Stimamiglio e Sueli Salva

SUMÁRIO

1. ESCREVER, UM ATO INAUGURAL - UM COMEÇO DE MUITOS RECOMEÇOS.....	10
1.1 E POR FALAR EM TEMA...CAPTURANDO UM SIGNIFICADO.....	11
2. ALINHAVANDO A PESQUISA.....	14
2.1 TRAÇANDO UM CAMINHO METODOLÓGICO.....	14
2.1.1 O início de tudo – primeiras aproximações.....	15
2.1.2 Contribuições teóricas ancorando a prática.....	17
2.1.3 Tecendo relações com a pesquisa.....	20
2.1.4 Mostra fotográfica “Memórias e Subjetividades – a vida nos espaços, os espaços de vida”.....	21
2.1.5 Múltiplos tempos no tempo.....	25
2.1.6 Particularizando algumas situações.....	28
2.1.7 Nos bastidores da pesquisa – o que não poderia ser gravado.....	29
2.1.8 Luz, câmera, ação! resultado: emoção.....	31
2.1.9 Novos olhares, várias nuances colorindo a pesquisa.....	34
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
3.1 SEGUINDO O CAMINHO METODOLÓGICO.....	37
3.1.1 Contextualizando o espaço – o local da pesquisa.....	39
3.1.2 Roteiro para as entrevistas.....	41
3.1.3 Entrevistas.....	42
3.1.4 Delimitando um marco histórico.....	44
3.1.5 Quem eram os depoentes?.....	49
3.1.6 Visualizando os atores sociais – os depoentes como sujeito.....	51
4 CIDADE ESPELHO DO MUNDO: ANTÔNIO PRADO “MICROCOSMOS DO SOCIAL”.....	53
4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA.....	55
4.1.1 O adeus à terra natal.....	58
4.1.2 Construindo a nova morada.....	60
4.2 MEMÓRIA – ENTRELAÇAMENTO DE ESPAÇOS, DE TEMPOS.....	65
4.3 ANTÔNIO PRADO: A CIDADE COMO UM CENÁRIO.....	69
4.3.1 Do barracão à nova morada.....	70
4.3.2 Ciclo primitivo.....	71
4.3.3 Novo ciclo: o apogeu.....	72
4.3.4 A colônia Antônio Prado.....	73
4.3.5 Iniciando o século XX.....	75
4.3.6 Os primeiros conflitos e o isolamento.....	76

4.4 A VIDA NOS ESPAÇOS, OS ESPAÇOS DE VIDA.....	77
4.4.1 Gruta Nossa Senhora de Lourdes	78
4.4.2 Igreja Sagrado Coração de Jesus	81
4.4.3 A Praça Garibaldi	82
4.4.4 As escolas	84
4.4.5 Rio Leão	87
4.4.6 Clube União	88
4.4.7 Cinemas	89
5 INFÂNCIA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL	91
5.1 TECENDO RELAÇÕES – COMPONDO UM SENTIDO.....	106
6 CRIANÇA PROSA, INFÂNCIA POESIA? OUTROS JEITOS DE CONCEBER A INFÂNCIA	112
6.1 QUANTOS FILHOS DEUS MANDAR.....	112
6.2 FOI PARA O CÉU.....	115
6.3 CRIANÇA AMBULANTE.....	119
6.4 UM OLHAR BASTAVA.....	124
6.5 FAZEDORA DE FOLIA.....	131
6.6 OS NENÊS VÊM DO BANHADO.....	135
6.7 BRINCADEIRA DE GURI.....	141
6.8 HOJE É DOMINGO! REZAR E BRINCAR.....	146
6.9 ERA SÓ PRODUZIR.....	156
6.10 PRÁ “CARPI” NÃO PRECISA ESTUDO.....	168
6.11 PROIBIDO FALAR ITALIANO.....	176
6.12 OLHA A COR!.....	183
6.13 DIA FELIZ ERA O NATAL.....	191
6.14 QUASE TUDO ERA PECADO.....	199
7 O SILÊNCIO EDUCA A INFÂNCIA	205
8 TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
8.1 ANTÔNIO PRADO: VÁRIOS LUGARES, MÚLTIPLAS INFÂNCIAS; OS DA PRAÇA, OS DO MORRO, OS DA ROÇA.....	217
8.1.1 Os da roça	219
8.1.2 Os da cidade	221
8.1.3 Os do morro	228
8.2 E POR FALR EM NARRATIVAS E MEMÓRIAS.....	232
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICE A	240

1 ESCREVER, UM ATO INAUGURAL - UM COMEÇO DE MUITOS RECOMEÇOS

[...] importa escrever para buscar o que ler; importa ler para reescrever o que se escreveu e o que se leu. Antes o escrever, depois o ler para o reescrever. Isso é procurar; é aprender: atos em que o homem se recria de contínuo, sem se repetir. Isso é pesquisar. (Mário Osório Marques).

O pesquisador que se aventura no escrever segue um caminho solitário e, ao mesmo tempo, compartilhado com os possíveis leitores da pesquisa. É a busca do escrever marcando e deixando marcas na folha, tecendo com cuidado um caminho surpreendente e desafiador do desconhecido, do enigmático. É tecer palavras, assim como artesanalmente as mulheres de descendência italiana teciam e tecem pontos, um a um, bordando sonhos no decorrer da vida. “Tecelã” de palavras, letra por letra, uma captura de palavra por palavra, compondo um significado, uma busca delicada, num trabalho com múltiplas formas de fazer-se sempre novo, porém tem urgência de surgir, pois é assim que toma forma, que nasce um conhecimento.

Coragem, um adjetivo que se faz presente no ato de escrever, isto é, muita coragem de expor o que, muitas vezes pensado, torna-se materializado, pertence antes a quem escreve; depois, sem pertencer a alguém exclusivamente, dilui-se tornando-se pertencimento de cada leitor, que assim como o pesquisador interessa-se pelo tema pesquisado.

Um leitor, ao ler o resultado deste trabalho possível pela escrita, compartilha indiretamente do processo em que o pesquisador fez escolhas, renúncias, optou por caminhos, deu forma aos resultados, alinhavando, costurando, compondo significados com os dados obtidos. Um resultado que metodologicamente definiu um certo tipo de fazer pesquisa e de interpretá-la.

Agora, uma tarefa árdua se impõe: fazer do leitor que acompanha este texto um sujeito envolvido nesta experiência, um envolvimento que passa primeiramente pela paixão, paixão de um pesquisador, que se deixou absorver pelo tema e pelo encantamento de cada sujeito que compartilhou deste projeto.

O leitor, que já esteve presente imagneticamente, estabelecendo um diálogo secreto com quem escreveu, está agora concretamente fazendo parte deste projeto, que, metaforicamente, podemos comparar a um projeto de pesquisa que gera um tema, com a gestação de um filho, pois escrever sobre este projeto que fez parte visceral do pesquisador é dar-lhe vida. Escrever é dar vida, com toda a dor e o prazer que possam estar envolvidos nessa experiência, é colocar um “filho” no mundo, despedir-se dele também, pois ganhou vida própria. Pertence agora ao mundo dos leitores, por isso está em cada leitura e releitura desse tema.

1.1. E POR FALAR EM TEMA...CAPTURANDO UM SIGNIFICADO

Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve-se ele tornar paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador. (Mário Osório Marques)

Uma pesquisa envolve o pesquisador, que, apaixonado pelo tema, absorvido pelo tema pode-se dizer, aventura-se no buscar lúdico, com caráter de jogo, por isso impõe prazer e desprazer, escolhas, caminhos, renúncias. É a busca de um tema, um encontro da

pesquisadora consigo mesma, a busca de respostas internas, fazendo do tema uma escolha que passa longe da neutralidade.

Abordar o tema Lembranças de Infâncias por meio de narrativas entrelaçadas espaços-tempos na cidade de Antônio Prado, do século XX, cidade de colonização italiana, com algumas características peculiares que a diferencia de outras cidades, por ser preservada por lei federal como Patrimônio Artístico e Cultural Brasileiro. A pesquisa contempla os primeiros sessenta anos do século XX, bem como o marco histórico que foi a Segunda Guerra Mundial que surgiu espontaneamente em muitos relatos dos depoentes. Pesquisar esse assunto, foi um aprendizado muito intenso, sob vários aspectos. Como pesquisadora, pretendo, com a simplicidade da escrita que é possível neste momento, passar a importância, a contribuição que teve para o fato de fazer pesquisa, para a vida de pesquisador, na abrangência do que possa significar *vida*, e em todas as nuances que a compõem.

A escolha da metodologia da pesquisa, por meio da história oral, como uma das fontes para a realização desse trabalho, que contou também com documentos e filmagens, foi adequada sob o ponto de vista da pesquisadora, pois a metodologia utilizada em uma pesquisa deve passar pela identificação com o pesquisador. Ter uma escuta atenta, valorizar cada história, cada relato, ter um olhar, dar um lugar para cada sujeito da pesquisa, tudo envolve o pesquisador por inteiro.

Torna-se oportuno citar Oliveira (1996), pois esse autor, ao referir-se ao trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escutar, reflete sobre esses “atos cognitivos”, questionando a suposta neutralidade desses atos pelo pesquisador. Por meio da história oral, abre-se um leque de possibilidades no próprio trajeto ou rumo da pesquisa. O roteiro semi-estruturado,

contendo questões pertinentes ao tema do trabalho, permite uma flexibilidade; não lida com a busca de respostas pontuais, ao contrário, o depoente torna-se um “interlocutor”, um sujeito, e, a partir de sua narrativa, do conteúdo de sua fala, é que a pesquisa constitui-se de caminhos até então desconhecidos pela própria pesquisadora.

Considera-se outros objetivos:

- a) compreender como se constituíram as infâncias vividas na cidade de Antônio Prado nos primeiros sessenta anos do século XX;
- b) analisar a relação dos espaços - tempos vividos na cidade de Antônio Prado, como constitutivos das lembranças das infâncias dessa pesquisa, por isso considerou-se também algumas reflexões sobre a relevância dos espaços sociais como constitutivos das infâncias vividas pelos depoentes;
- c) Proporcionar por meio deste trabalho uma reflexão sobre “a pluralidade das infâncias”, portanto, dos elementos constitutivos dessa pluralidade, bem como a análise da infância como construção social;
- d) Reconstituir a história e recuperar a memória através do registro de entrevistas por meio da História Oral Temática, evocando lembranças de infâncias vividas nos primeiros sessenta anos do século XX , na cidade de Antônio Prado.

Considerou-se alguns períodos da história local pela importância que essa área de conhecimento abrange, pela possibilidade também de estabelecer relações com outros tantos campos do conhecimento humano. A preocupação com o tema “infância” é registrada por inúmeros pensadores, no entanto, apesar disso é sensível à necessidade de investigações sobre a relação, nos dias de hoje, entre a construção da infância e os espaços nos quais ela se passa.

2 ALINHAVANDO A PESQUISA

2.1 TRAÇANDO UM CAMINHO METODOLÓGICO

Durante a elaboração do projeto de pesquisa, foi necessário refletir sobre a possível contribuição da investigação. Tendo presente o árduo caminho a ser percorrido, era reconfortante, de certa forma, compreender que o encantamento desse percurso era estar constantemente envolvida com questões que pudessem gerar outras questões, com o novo, com o desconhecido.

Nesse processo estaria envolvida a própria pesquisadora, a análise que faria dos dados obtidos, seu olhar naquele momento, o que poderia contemplar, as possíveis incoerências. Tudo isso, no caminho do construir o conhecimento e construir-se é inevitável. A aprendizagem ocorreu ao longo da pesquisa, o percurso envolveu um eterno refazer, reavaliar, rever, ressignificar, reconstruir. Na trajetória da pesquisa, quando o investigador está aberto às próprias transformações que gera, dispõe-se de certa forma a transformar-se juntamente com o processo de investigação/ indagação.

A certeza, ao lançar-me nesse projeto e ao conduzir a pesquisa, era de não ser mais igual ao que fui antes do início desta reflexão, de transformar-me, assim como o sumário inicial e de sair com questões novas, geradas nesse processo de sempre buscar apaixonadamente o conhecimento e o encantamento pela vida.

Como diz a letra da música, “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia...”, esse processo dinâmico e permanente do movimento da vida, do conhecimento, encanta a pesquisadora, que, não tendo certezas, demonstra-se forte o suficiente para ser frágil diante das incertezas e das verdades que jamais serão absolutas. Conforme Kohan (2003, p.14-15), “o que se transforma é múltiplo: o que pensamos, a relação que temos com o que pensamos, o que sabemos, a relação que temos com o que sabemos, o que somos, a relação que temos com o que somos”. Portanto, o pesquisador é inevitavelmente um sujeito em constante transformação de idéias, de pensamentos, de si mesmo, do olhar que tem do outro, do mundo, do conhecimento.

2.1.1 O início de tudo – primeiras aproximações

Neste momento, é de fundamental importância registrar que a mostra fotográfica foi o primeiro encontro metodológico, e foi uma tentativa de relacionar teoria e prática, realizado por mim como um ensaio ao mesmo tempo, a experiência serviu como um aprofundamento teórico importante sobre alguns conceitos fundamentais para a realização da pesquisa, com por exemplo, os conceitos de cidade, infância, memória, espaços- tempos.

Deixar registrado esse primeiro encontro metodológico é, antes de tudo, uma forma de situar o leitor, para que possa acompanhar o processo da pesquisa desde sua forma embrionária. Além disso, é também uma maneira de reafirmar o quanto um caminho de pesquisa possui vertentes a serem exploradas, bem como enfatizar que um tema pode ser visto e abordado de diferentes maneiras. Ainda pode-se dizer que a contribuição teórica é determinante, enriquecedora para a compreensão e ampliação de um tema de pesquisa.

O processo dessa experiência metodológica foi uma tentativa de unir teoria e prática em estudos realizados como aluna PEC na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ainda na frequência às disciplinas, antes mesmo de elaborar o projeto de pesquisa, considerei importante realizar alguns ensaios de pesquisa que pudessem contribuir para a construção do objeto de pesquisa. Resolvi assim, realizar uma mostra fotográfica, como o primeiro passo para pensar no objetivo da pesquisa. Para elaborar a mostra, foram necessárias revisões de conceitos fundamentais como: conceitos de espaço-tempo, memórias, cidade, infância.:

Para a realização da mostra fotográfica, o primeiro passo para a construção do objeto e metodologia de pesquisa, compreendeu:

- seleção dos espaços significativos na cidade, na experiência de vida da pesquisadora;
- conversas com moradores da cidade, buscando na memória relatos sobre os espaços de suas preferências na infância e juventude;
- coleta de fotografias, buscando nas imagens a história desses espaços da cidade;
- exposição de fotografias dos espaços eleitos em diferentes épocas, possibilitando visualizar suas transformações;
- montagem de imagens, entrelaçando tempo-espaço, utilizando fotografias antigas, compondo com fotografias atuais nos mesmos espaços, com os mesmos atores sociais;
- coletânea de textos relatando o significado de cada espaço, na memória subjetiva do pesquisadora;
- confecção de aquarelas, outro meio de expressão utilizado para retratar os espaços da cidade;

- coleta de registros escritos, com depoimentos dos visitantes da mostra fotográfica, que serviram como documentos, ancorando a elaboração do projeto de pesquisa, na medida em que as memórias de infâncias vinham entrelaçadas com os espaços da cidade.

2.1.2 Contribuições teóricas ancorando a prática

À medida que foi acontecendo a interação com o estudo sobre cidades, surpreendi-me com o interesse que esse tema despertou em mim. Os temas abordados possibilitaram uma reflexão mais profunda, levaram a pensar; e pensar desafia, inquieta, “encharca” de dúvidas. As reflexões surgidas, a partir do tema das cidades, possibilitaram ampliar o conceito de educação, rompendo com a visão reducionista de direcionar o olhar somente para a escola como espaço educativo. Foi um exercício que exigiu considerar espaços pedagógicos, os espaços não-formais, os espaços da cidade, bem como sua relação com a História, a memória e com o tempo.

Através da abordagem do espaço, feita por Milton Santos, por exemplo, podemos compreender a interdependência entre espaço-geografia e História, oportunizando assim uma leitura crítica mais abrangente sobre o tema das cidades, bem como as relações com as diversas áreas do conhecimento humano.

Ainda sobre a complexidade das relações dos sujeitos na cidade, Maciel (2000, p.11), falando sobre memória e espaço, diz: “Portanto, é possível dizer que a organização subjetiva, que liga o homem ao tecido-social tem como fundamento uma memória, e como solo um espaço, que irão condicionar a regularidade de uma série de operações.” Dessa forma, os

estudos realizados enfatizaram a relação do espaço com o poder, com os grupos mais e menos privilegiados, com os excluídos, com acesso à cidadania. Pelo viés do espaço, podemos fazer vários recortes em muitos aspectos do conhecimento humano.

Por meio da contribuição teórica, conheci novas abordagens sobre “Cidade Educadora”, por exemplo, e cada vez mais questionava os modos de fazer e viver as infâncias em nossa cidade, considerando diferentes momentos históricos. Na relação com a cidade-cidadã, novas indagações surgiram, sempre presente a infância e a educação infantil, minha área de estudo e atuação profissional.

Decorrente da interdependência que o ser humano tem com o espaço em que vive, comecei a rememorar minha relação com a cidade de Antônio Prado, as lembranças, as memórias sobre os espaços significativos na minha trajetória de vida. Dessa forma, percebi que o tema “cidades” está integrado com as mais diversas áreas do conhecimento e com a subjetividade; tem a ver com nossas memórias, nossos afetos, desafetos, nossas lembranças, nossos processos de significações povoadas pelo imaginário.

Boaventura Santos (1987, p. 48), a respeito do conhecimento, afirma: “O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo-local.” Portanto, a relação que o sujeito tem com a cidade é uma possibilidade observável, concreta da ação do homem, num espaço situado e datado historicamente. Ainda pode-se dizer que a cidade é uma parte que espelha as relações humanas mais amplas.

Com respeito ao processo de identificação que ocorre na cidade-cidadã, afirma Santana (2000, p. 48): “Quanto mais me reconheço na cidade mais a reconheço. A construção

e a conquista do direito à cidade está no centro do aumento de identificação dos cidadãos como a cidade que serve de base a sua existência. Este lugar onde nasceu, cresceu, construiu relações fundamentais à sua formação enquanto indivíduo.”

Portanto, é na cidade que o sujeito constrói relações, projeta sua vida, suas possibilidades. A cidade é o cenário do espaço vivido, transformado, construído e constituído com a própria vida. Essa identificação se constrói num território que contém sinais e significados próprios, dando sentido à própria experiência. O sujeito precisa que sua experiência perdure, por isso necessita da memória coletiva, identificando-se com um grupo e com a memória individual.

Dessa forma, posso dizer que a idéia da organização da mostra fotográfica foi sendo construída à medida que eram recebidas informações nas disciplinas cursadas, nos estudos teóricos, em seminários, nas reflexões de grupo e, de modo especial, nas inquietações que surgiam. Cada nova disciplina redimensionava um olhar, um caráter científico possibilitado pela contribuição teórica.

A Mostra Fotográfica foi um ensaio realizado com significado fundamental. Posso dizer que foi o que ancorou o projeto de pesquisa, por isso esse acontecimento é relatado como parte constitutiva de toda trajetória para a realização desse tema de estudo. Os registros escritos deixados pelos visitantes da mostra foram os documentos que considerei geradores do tema e do prosseguir metodológico.

2.1.3 Tecendo relações com a pesquisa

O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente, entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. (Gaston Bachelard).

Os espaços da cidade, que num primeiro momento estiveram presentes na mostra fotográfica de forma mais empírica, estiveram presentes também nas lembranças dos depoentes ao narrarem suas memórias de infância, por meio da história oral. Dessa forma, fica evidente a importância desse registro para o leitor que acompanha este trabalho, bem como para que se possa estabelecer a relação desses espaços da cidade, com os espaços que serviram de cenário para as infâncias vividas em Antônio Prado.

Por meio dos relatos orais dos depoentes, os espaços da cidade foram lembrados, bem como as mudanças desses espaços no tempo, a identificação com alguns lugares preferidos na trajetória de vida dos depoentes. Nas lembranças, posso dizer que a saudade esteve muitas vezes direcionada aos locais, às pessoas, às atividades humanas que aconteciam nesses espaços. Algumas expressões de memória afetiva dos lugares vinham nos relatos carregados de emoção, recordando um tempo, vivências que não se davam separadas do espaço; ao contrário, a vida se constituía nos espaços da cidade. Esses espaços eram públicos e privados. Os espaços privados referiam-se à casa, ao terreno da família. Os espaços públicos da cidade citados são: escola, igreja, praça, gruta, rios, locais de passeio, dentre outros.

2.1.4 Mostra fotográfica “Memórias e Subjetividades – a vida nos espaços, os espaços de vida”

[...] Ao olhar uma foto, incluo fatalmente em meu olhar o pensamento desse instante, por mais breve que seja, no qual uma coisa real se encontrou imóvel diante do olho. Reporto a imobilidade da foto presente à tomada passada, e é essa interrupção que constitui pose (Barthes)

A mostra fotográfica organizada na Casa da Neni¹, em 2004 na cidade de Antônio Prado, contava com fotografias, aquarelas e textos sobre alguns espaços da cidade. Os espaços eleitos partiram das próprias memórias da infância da pesquisadora, vivida na cidade de Antônio Prado. Os lugares eleitos foram: a praça, o chafariz da casa Grazziotin, a Gruta, o Rio Leão, a Casa do Sr. Joaquin Biasus, a Loja Grazziotin, a Loja da Neni, a Casa dos Nonos, a Escola Irmão Irineu, o Clube União e a Igreja Sagrado Coração de Jesus.

A partir dos espaços eleitos para a mostra fotográfica, busquei fotografias e informações com pessoas da comunidade sobre esses locais, ouvindo relatos do quanto esses espaços da cidade marcaram sua trajetória de vida, como e a de outros, em várias décadas.

Procurei demonstrar as transformações dos espaços e das pessoas fotografadas nesses lugares, dando caráter dinâmico à história, bem como um olhar contemporâneo. Neste trabalho sobre os espaços na cidade de Antônio Prado, busquei o passado através da memória. A história foi reconstituída como processo dinâmico, inacabado, feita pelas experiências das pessoas, atores sociais que se nutrem e nutrem a vida da cidade.

¹ A Casa da Neni foi construída em 1910, servindo como residência ourivesaria, bazar (da proprietária Neni) e ponto comercial Casa da Neni. A residência fica situada na Rua Luiza Bocchese, 34.

A fotografia foi utilizada como um recurso valioso para resgatar a memória e, com isso, contribuir para a reconstituição da história da cidade, na medida em que marca o espaço e o tempo dos fatos ocorridos. Barthes (1984, p.132) afirma que a fotografia possui “força constativa”, que por isso incide sobre o tempo.

A exposição contou com 75 trabalhos², cada um deles composto por fotografias, aquarelas e textos. As fotografias foram realizadas com ajuda dos recursos disponíveis na informática, compondo cenários, misturei tempos, espaços, personagens, deslocando a própria imobilidade da fotografia que manteve sua força constativa incidindo sobre o tempo.

Os textos relacionados aos espaços escolhidos foram, para mim, a melhor parte da execução do projeto, pela emoção e pelo prazer proporcionados e vivenciados. A realização pessoal consistiu em poder expressar a profunda ligação com a cidade, e com as pessoas da cidade. Por meio de textos com linguagem simples, desencadeou-se, no mínimo, uma viagem na própria memória dos visitantes da exposição.

As aquarelas, outro modo de expressão, não tinham o intuito de reproduzir os espaços, mas as marcas subjetivas vividas nesses espaços. Uma amiga, com idade bem próxima à minha, sem formação acadêmica em Artes, foi a pessoa escolhida para contribuir com o trabalho. Pensava em algo mais despojado, lembranças compartilhadas pelas nossas vivências. O processo de trocas foi longo, cheio de surpresas, como um exercício saudável de descentração. Tentei passar a ela as impressões, os registros, o nosso olhar. Como resultado recebia uma aquarela com o olhar de um “outro”, com sua subjetividade, com seu processo de significação.

² Apêndice A trabalho do acervo da mostra fotográfica.

Dessa forma, nos dias em que a exposição transcorreu, meu imaginário foi povoado pelo que não vivi, por uma época que fica distante de minha história, porém ganhou vida nos relatos, nas expressões de cada pessoa. Fiquei atenta a cada expressão, a cada relato, escutando tudo com interesse. Recebi o carinho das pessoas de várias formas: na troca de olhares e a proximidade física foi a maneira de receber e dar afeto que mais dividimos.

Com respeito à importância do encontro na cidade, Hillman afirma:

A última dessas idéias diferentes da alma que estão refletidas numa cidade é a noção de relações humanas. Isso é provavelmente o que vem primeiro à nossa mente quando se pensa em alma, as relações entre seres humanos, especialmente ao nível do olhar... Mas a relação entre os seres humanos ao nível do olhar é uma parte fundamental da alma das cidades... De forma que uma cidade necessita de lugares para esses contatos humanos do olhar. Lugares de encontro. Um encontro não é somente um encontro público, é encontrar-se em público; pessoas se encontrando. Para sempre que possível para um momento de toque do olhar. Se a cidade não tem um lugar para pausas, como é possível o encontro? (1993, p. 41).

Portando, este trabalho, além de cumprir o cronograma, como uma das comemorações dos 105 anos de Emancipação Política de Antônio Prado, converteu-se num local de encontro, de conversa, de olhares para serem registrados. Além disso, foram momentos de pausa no ritmo da cidade, possibilitando o encontro, as trocas, as relações entre os seres humanos.

Além da presença constante para conversar, ouvir depoimentos, outra forma escolhida para registrar esses momentos foram os depoimentos escritos pelos visitantes. Por meio de um caderno de presenças, a mostra tornou-se um documento, além disso, os participantes deixaram suas impressões sobre a mesma, utilizando-se da escrita, em materiais disponíveis e organizados para aquele momento.

Portanto, esse primeiro trabalho empírico, decorrente da teoria-prática de minha trajetória acadêmica, contou com relatos orais e escritos das pessoas envolvidas na exposição, por meio de fotografias concedidas para compor a exposição, bem como dos visitantes da mostra. Os relatos escritos serviram de documentos, pelo valor incontestável da escrita. A expressão escrita foi pensada como sendo uma forma para viabilizar este projeto de pesquisa, além de ser a primeira experiência metodológica. Os depoimentos escritos, registrados, no momento da exposição, ocorreram livremente, de forma espontânea e pessoal, tendo um caráter particular e subjetivo, porém cumprindo o objetivo da escrita que é ultrapassar o espaço e o próprio tempo. Dessa maneira, esses registros tornaram-se documentos, pois comprovam a realização do evento. Por meio dos registros escritos, pude refletir mais sobre o assunto; pude observar e constatar nesses registros a importância da infância na vida dos visitantes da mostra; pude observar também o quanto os espaços se relacionavam com as experiências desse período de vida. Os relatos orais se deram informalmente, espontaneamente no momento da busca de informações com as famílias e nos comentários em grupos no momento da exposição.

Com respeito à história oral, afirma Montenegro (1994, p. 16): “Vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais.” Dessa forma, a história oral torna-se uma história viva, uma forma de captação de experiências de pessoas por meio de narrativas gravadas. Evocar lembranças de infâncias, entrelaçando espaços – tempos, na cidade de Antônio Prado, oportuniza a reconstituição da história local, pois as memórias ocorrem contextualizadas num espaço e num tempo.

Paul Thompson (1992, p.21), a respeito da história local como tendo um papel fundamental para vida do homem, afirma, “por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam suas próprias vidas [...] Por meio da história local, uma aldeia ou uma cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança [...]”. Portanto, evocar as lembranças de infâncias por meios de narrativas, possibilita uma reflexão sobre as mudanças da própria vida, mesmo tempo, oportuniza a compreensão das mudanças da história local, do movimento e transformação da cidade.

2.1.5 Múltiplos tempos no tempo

Esta pesquisa utilizou-se dos depoimentos orais de pessoas de mais idade. O pesquisador que se utiliza da história oral, pensando no bem-estar dos depoentes, tendo a preocupação de não cansá-los, invadir seus horários, aprende e apreende sob vários aspectos. Além de poder participar e compartilhar de uma história oral temática, percebe o modo de agir de cada pessoa, a forma peculiar como reagiram ao convite de participar de uma pesquisa, na qual o relato oral de suas infâncias seria o tema em estudo. Podemos perceber, ainda, o prazer que muitos depoentes demonstravam por desfrutar de companhia na atual fase de suas vidas. A pessoa idosa parece manter um segredo, que só saberemos com a vida, com o passar dos anos. Passam um prazer no serem ouvidos, um prazer no saborear esse tempo vivido, vivendo o momento, no seu próprio ritmo, vagarosos, cuidadosos com o próprio corpo, delicados nos gestos, interessados pelos documentos que compõem sua vida.

Torna-se interessante mencionar Melucci (2004) quando aborda os ritmos sócias de um tempo linear, por isso previsível, uniforme, mensurável e os ritmos interiores de um tempo

interno, subjetivo, de caráter particular, por isso, ao contrário do ritmo social é descontínuo e múltiplo. Com Melucci (2004, p. 32), referindo-se ao tempo interno:

O tempo interno, aquele que acompanha afetos e emoções e que vive no corpo, possui características opostas. É múltiplo e descontínuo; na experiência subjetiva, tempos diversos coexistem, sucedendo-se, entrecruzando-se e sobrepondo-se [...]. Existe, ainda, um tempo simultâneo: muitos tempos existem contemporaneamente ontem e amanhã, o meu tempo e o teu, aqui e em outro lugar. Podemos ser adultos e crianças, brancos ou negros, no antes e no depois. A simultaneidade do tempo interno é a abolição da não-contradição.

A pesquisadora, literalmente ao entrevistar pessoas mais idosas, entra em um outro tempo da História, num outro ritmo, obrigando-se a abrir um parêntese em seu dia, no seu próprio tempo, no tempo mensurável, para entregar-se ao tempo subjetivo, vivendo a confluência de tempos. O ontem e o hoje tornam-se descontínuos, não existe a fronteira que separa tempos nas histórias de vida. Nos relatos orais, registra-se o tempo do corpo, da emoção, do afeto.

Conforme Melucci, referindo-se ao tempo:

Nossa experiência do tempo é feita de velocidade e lentidão, de movimento e repouso, isto é, de alternância e ritmo. Combina reversibilidade e irreversibilidade, pois vivemos ao mesmo tempo sobre a linha que flui e nos leva do nascimento à morte e no tempo que pode voltar para trás, que pode percorrer novamente o ciclo, porque é o tempo da alma. (2004, p. 35-36).

Portanto, ouvir histórias é vivê-las simbolicamente, imgeticamente, é desfrutar e imergir da confluência de muitos tempos. Através dos relatos de vida, vivemos outras vidas,

criamos imagens, participamos de um filme narrado e compartilhado entre o narrador com seu próprio mundo, suas próprias imagens e quem escuta, que também tem um mundo subjetivo e através dele cria um significado para o que escuta.

Essa metodologia possibilita compartilhar momentos individuais, no que se refere às subjetividades de cada um, entrevistador e depoente e momentos “nossos”, que pertencem ao momento, criando e recriando uma nova história a partir da mesma história de vida, determinada, pela maneira como ocorreu a experiência, pelo modo como os fatos foram narrados, as emoções, os sentimentos, as trocas estabelecidas, o que foi dito e mesmo o que não foi dito. Tudo torna-se único, singular, pertencendo à relação estabelecida e vivida entre esses sujeitos da pesquisa.

Os depoentes relataram suas infâncias, nos ofereceram suas histórias, dividiram suas emoções, entregaram suas particularidades. Às vezes, a pesquisadora pôde sentir-se invadindo, “tirando” algo, sensação estranha que acredito seja administrada de diferentes formas, dependendo da maneira de sentir e agir do pesquisador. Da mesma maneira, essa sensação poderia não estar presente na pesquisadora, ou ainda podia ser transformada à medida que as experiências se constituíam e a pesquisadora percebia a importância que poderia ter uma simples escuta. Torna-se importante, para a veracidade da pesquisa, que o pesquisador aja de forma espontânea, e crie seu próprio jeito de lidar com algumas situações mais difíceis, para que o prazer dos momentos vividos nessa experiência superem os tantos questionamentos e as tantas dúvidas, que podem surgir no decorrer de todo trabalho.

Situações inusitadas, inesperadas, muitas vezes surpreenderam a pesquisadora, fazendo dessa experiência um aprendizado mais amplo do que o tema a que se propôs estudar.

As situações vividas, no decorrer do processo, fugiram ao controle de qualquer roteiro que serve de apoio para estruturar as entrevistas. A metodologia utilizada permitiu que surgissem situações nas quais o pesquisador se defrontou com “as diferenças”, próprias de cada sujeito, abrindo assim um leque de possibilidades, um encantamento pelo inusitado, pelo inesperado, pelo movimento dinâmico das interações humanas.

2.1.6 Particularizando algumas situações

Vários acontecimentos poderiam ser relatados, situações que deram à pesquisa um movimento, um dinamismo, desacomodando qualquer expectativa preestabelecida em relação ao controle da pesquisa.

Ao solicitar aos depoentes que abordassem alguns assuntos, como por exemplo situações familiares, que surgiam no decorrer da entrevista, alguns depoentes solicitavam que desligasse o gravador. Uma depoente certificava-se perguntando: “Desligou?”, “Está desligado?” Nesses momentos, surgia o que não poderia ser gravado, segundo o desejo dos depoentes, o ponto de vista do depoente, que nessas ocasiões foi respeitado em seu pedido.

Durante algumas entrevistas, ocorreram situações em que os depoentes precisavam ter segurança de que o entrevistador não estaria gravando. Solicitavam com um pedido e foram respeitados. Em uma pesquisa, deve-se ter um contrato ético que preserve o ser humano. Tudo deve ser abordado, explicado, combinado em conjunto.

Tendo presente o código de ética, o gravador sempre foi desligado a pedido do depoente. A partir dessa situação não prevista, surgia inesperadamente um novo olhar para a pesquisa, nascia “o novo”, instalava-se, assim, o encantamento pela pesquisa, pela forma como ela ocorria. As informações relatadas nesses momentos serviram para pensar e refletir sobre os assuntos proibidos, sobre os silêncios que caracterizaram essas infâncias, pela forma como foram educadas em diferentes contextos, e que nesse momento se reeditava de outra forma, com proibições e de certa forma com novos silêncios.

2.1.7 Nos bastidores da pesquisa – o que não poderia ser gravado?

Uma depoente, com idade avançada e lucidez invejável, repreendeu para sua filha, que constantemente intervinha na entrevista, apesar de todas as explicações e os pedidos feitos pela pesquisadora. A depoente disse para sua filha que, naquele momento, ela estava sendo entrevistada, se ela (sua filha) quisesse falar de sua infância, que falasse em outro momento. Deixou claro que, naquela hora, estava recordando e falando de suas lembranças, não estava narrando sua experiência com seus filhos, como mãe.

Essa mesma depoente demonstrou que compreendia profundamente a seriedade da pesquisa, o quanto exigia que ela se inteirasse, doasse seu tempo e o melhor dela. Mesmo marcando horário, explicou à pesquisadora que havia esquecido que, aquele dia, marcava o aniversário de morte de seu marido. Demonstrou que precisava daquele tempo para rezar e assistir a uma missa pela televisão. Com a firmeza de quem completara um século, a doçura de uma voz pausada e a delicadeza vagarosa dos movimentos de um corpo cansado, disse com

responsabilidade: “Se eu quiser dar a entrevista hoje, não vai dar certo, pois vou estar pensando em outra coisa. Não vou conseguir fazer as duas coisas.”

Nesse momento, havia um pacto de respeito, de cumplicidade, um código não-verbal, com trocas de olhares afetuosos e um sorriso de aceitação. Retornar num outro dia se fazia necessário e sensato. E assim foi.

Outra depoente, com a seriedade de seu rosto, com uma consistente economia de sorrisos, causava um certo distanciamento, barreira aos poucos vencida. Com o passar do tempo, a depoente deixou de se sentir ameaçada e demonstrava mais prazer. Sua expressão era pesada, seu corpo arcado e rígido se locomovia com um certo “peso” diante da vida. Nada fácil receber um sorriso, que às vezes ainda contido teimava em aparecer. Assim foi o que observamos na corporeidade dessa senhora: corpo frágil, ágil para trabalhar e ao mesmo tempo rígido. Talvez tenha sido a depoente que passou a sensação de viver uma solidão, uma amargura diante dos acontecimentos da vida. Essa depoente solicitou que desligasse o gravador por várias vezes, para narrar acontecimentos que a deixavam triste, afirmava isso quando dizia: “Para que gravar coisas tristes.” Nesses momentos, falava com voz quase sumida, com um fio de voz, com olhar perdido, transparecia uma expressão cansada, a dor de perdas, de acontecimentos que mudaram o rumo de sua vida desde a infância.

Outra depoente solicitou uma antecipação no horário da entrevista, pois estava ansiosa para a mesma, não conseguindo esperar pelo horário que ela mesma havia solicitado. A filha da depoente, responsável pela mãe, tomou a iniciativa de entrar em contato com o entrevistador, solicitando para antecipar a entrevista. Dessa forma, adequando-se aos pedidos da depoente, foi antecipado o horário.

Essa depoente estava muito ansiosa, emocionada, com certa angústia. Exigiu da entrevistadora um tempo necessário para que pudesse sentir-se segura, tivesse a certeza de que a história de sua vida era interessante e significava muito para a pesquisadora e para tantos outros que dela tomariam conhecimento. No final da entrevista, a depoente ofereceu-se para pagar, despedindo-se com um sorriso e um abraço tão intensos quanto sua história de vida.

2.1.8 Luz, câmera, ação! resultado: emoção!

À criatividade e persistência do pesquisador se deve a unidade de seu estilo, não a regras pré-definidas. Na pesquisa, como em toda obra de arte, a segurança se produz na incerteza dos caminhos.(Mário Osório Marques)

A filmagem foi uma forma de reencontrar com os sujeitos da pesquisa, compartilhar com o outro a experiência de recontar as narrativas que a pesquisadora havia ouvido. Um dos momentos significativos para os sujeitos envolvidos na pesquisa e a pesquisadora foi esse novo encontro, onde ocorreu as “narrações das narrações”.

Como um dos objetivos deste trabalho ultrapassa o próprio tema estudado, quando se propõe a seguir o percurso da própria pesquisa, valorizando suas transformações, quando se propõe a fazer do pesquisador um personagem do próprio caminho, torna-se interessante entregar ao leitor a experiência valiosa que foi produzir um audiovisual.

Filmar tornou-se, pois, neste trabalho, o novo, o distante do habitual, do cotidiano, sem dúvida mexe com medos, constrangimentos, fantasias, é ter um outro e novo olhar sobre si e de si.

O audiovisual, sem rigor científico, é descrito aqui como uma forma enriquecedora, que muito agregou às experiências tanto da pesquisadora como dos depoentes. Voltar à casa do depoente, ter um novo contato, estabelecer novas trocas, proporcionar interações foi sem dúvida um acréscimo nessa experiência da pesquisa como um todo.

Nessa nova visita, a pesquisadora, já com o material da entrevista transcrito, havia se apropriado dos depoimentos, sendo que as entrevistas foram sintetizadas de acordo com o interesse no conteúdo que iria ser filmado. Nesse momento, a pesquisadora, que dispunha de um material escrito, contendo um pequeno roteiro da história oral, lia ao depoente, devolvendo uma história que já havia sido gravada, da qual, muitas vezes, o depoente não recordava os detalhes. Foi surpreendente o interesse demonstrado pelos depoentes em ouvir o que gravaram, fazendo gestos, movendo o corpo, participando com uma linguagem da própria corporeidade, concordando com o que ouviam. Dessa forma, vivenciaram a pesquisa de um outro lugar, o de ouvintes da própria história. Depois disso, os depoentes foram filmados, com liberdade falaram o que ouviram do próprio roteiro de suas histórias lidas pelo pesquisador, o que queriam dizer e mesmo o novo que surgia naquele momento.

Torna-se interessante ressaltar a importância de um novo contato, pois muitos depoentes, no momento da filmagem, haviam lembrado fatos, haviam trocado, no espaço de tempo entre as gravações e as filmagens, informações com pessoas da família e mesmo com amigos após os depoimentos orais. Posso dizer que o que viveram na coleta de dados foi

trabalhado pelos depoentes: as memórias de infância foram ressignificadas ao serem rememoradas.

Halbwachs refere-se ao caráter livre e espontâneo da memória afirmando:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (2003, p. 55).

Momentos de muita expectativa foram vividos pelos personagens da pesquisa; pesquisadora e entrevistados desfrutaram de um momento único, singular, significativo para o trabalho. As filmagens foram realizadas em fins de semana, ou em fins de tarde, em horários que coincidiram com os intervalos do trabalho dos envolvidos nessa tarefa, sempre respeitando o tempo dos depoentes.

Cada visita aos depoentes tornava-se um capítulo à parte dessa história que, em outro momento, será avaliada e reavaliada com aprofundamento teórico e reflexivo. Os depoentes esperavam com ansiedade, muitos preparavam-se especialmente para o momento, cuidando da aparência. Um depoente preferiu se caracterizar com o traje do coral do qual faz parte, vestimenta típica da região italiana.



Figura 1. Filmagem na residência da Senhora Leonilda Baggio Grazziotin, dia 3 de abril de 2005. A partir da esquerda: Artur Baldin e Leonilda Baggio Grazziotin. Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.

2.1.9 Novos olhares, várias nuances, colorindo a pesquisa

A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa.
(Gaston Bachelard)

Nesse momento, a pesquisa demonstra efetivamente que seu percurso, sem distinção de algum momento específico, segue uma metodologia, em que todo processo tem valor metodológico, para que eu como pesquisadora pudesse trilhar um caminho que se fez no próprio caminho, permitindo que esse trabalho se constituísse dessa forma.

O tema da pesquisa refere-se às infâncias, ao modo como se constituíram ao longo da História humana, à maneira de pensar e de viver essa fase da vida, implícito ao tema. É

possível estabelecer relações com as mais variadas facetas da ciência, que tentam explicar a forma de viver de homens e mulheres ao longo dos tempos.

Pensando no tema, mas principalmente acreditando que uma pesquisa se faz com um pesquisador que vive essa pesquisa, como parte integrante de sua vida, acreditando também que, sempre que se realiza uma pesquisa, algo se faz novo. Por isso, assumir riscos de fazer esse novo é, sem dúvida, um desafio que o pesquisador precisa ter presente.

Tendo em vista que o sujeito da pesquisa é sempre alguém com vida privada, não poderia ser diferente com a pesquisadora, que, neste trabalho, coloca-se como um sujeito ativo que vive e aprende com a pesquisa, que primou pelo inusitado, que incorporou e valorizou fatos ocorridos durante o processo, como algo que pudesse ser constituído na própria pesquisa.

Alguns acontecimentos ocorridos durante o processo da pesquisa, como mãe, que reflete sobre esse papel e, principalmente sobre os modos de se fazer a infância nos dias de hoje, agregou à pesquisa as nuances, o colorido que deu vida às páginas deste trabalho; da mesma forma agregou muito à minha vida intelectual, profissional e afetiva. Novas nuances, outros olhares, novos questionamentos, produzindo silêncios e palavras que resultaram em outro modo de expressar a pesquisa. A casa “é corpo e é alma”, como afirma Bachelard, por isso, “mais urgente que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços da nossa intimidade”. Foi na casa, no espaço da intimidade, que povoa muitas das lembranças de nossas infâncias, que surgiu essa nova possibilidade de aproximar a infância de acordo com o conhecimento e a forma de vida contemporâneas.

Pensei sobre os relatos orais que ouvi durante meses, abordando os modos de se fazer e viver as infâncias, refleti como poderia aproximar “as infâncias” de uma mãe absorvida por um tema; repensei a questão do tempo, das obrigações e das pressões externas. Dessa forma, o tempo que despendi foi maior, com um ganho também maior. Ao recontar as histórias que ouvi, repletas da imaginação própria do depoente, pincelei novas nuances do meu imaginário, agregando colorido ao que já tinha sido ouvido. Os desenhos realizados pelas minhas filhas, oriundos de narrativas foram produzidos entre palavras e silêncios, perguntas, consultas, trocas, mas principalmente no aconchego da intimidade que nos aproxima e nos faz mais humanos.



Figura 3. Aquarela representando história narrada de Maria Craves Faustino da Suilva. Autora Melina Roveda Stimamiglio.



Figura 4. Aquarela representando a história narrada de João Carlos Borges. Autora Melina Roveda Stimamiglio.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 SEGUINDO O CAMINHO DA PESQUISA

De acordo com a experiência realizada no primeiro encontro metodológico, em que os visitantes deixaram seus registros por meio de depoimentos orais e pela escrita, ao visitarem a mostra fotográfica na Casa da Neni, nascia a metodologia que fundamentaria o projeto de pesquisa: a história oral temática.

O caminho metodológico deveria seguir acompanhando as idéias acerca do homem, do mundo e dos princípios norteadores dessas concepções, consideradas pelo pesquisador, nesse momento, como apropriadas para a realização do trabalho. A mostra realizada apresentou como conteúdos importantes para a investigação os relacionados e decorrentes da história, da memória, dos espaços - tempos - subjetividades e indicou a necessidade de que a metodologia a ser utilizada, nesse sentido, necessitava ser coerente com o “humano”, o “sensível”. Por isso, a pesquisa foi realizada utilizando-se da História Oral Temática, como uma das fontes para a coleta de dados a este trabalho, já que se aproximava da visão homem-mundo, assim como os depoimentos foram uma forma de aproximação entre pesquisador e seus informantes.

O prosseguir metodológico buscaria assim os modos de viver as infâncias, por meio da lembrança de situações vividas pelos depoentes na cidade de Antônio Prado.

Para Morin, nos escritos de Dosse:

Por esses meios, os historiadores participam plenamente, na ampla viagem que hoje em dia caracteriza as pesquisas em ciências humanas. Os acontecimentos na sua irredutibilidade, a ação situada encontram lugar certo, não como simples regresso a um fatalismo, mas dentro de uma relação renovada entre História e memória, como outros tantos vestígios que esclarecem a nossa experiência, jazida de sentido para construir o nosso horizonte. Por essa razão a História pode voltar a desempenhar o seu papel de passador entre passado e futuro, não com um futuro previsto anteriormente, mas que permita encontrar as vias de um projeto inédito a partir de uma memória reconstruída. (1999, p. 345).

A pesquisa Lembranças de Infâncias- Narrativas entrelaçando tempos- espaços na cidade de Antônio Prado, por meio da História Oral Temática, busca reconstituir a História recuperando a memória, evocando lembranças de infâncias por meio de narrativas. A História, dessa forma, se torna viva, construída e entrelaçada com a experiência, uma busca de sentido para as ações de homens e mulheres, no decorrer dos tempos. As narrativas são constitutivas do próprio ser, ao mesmo tempo, se constituem em uma forma de expressão da identidade, pois narrando entramos em contato com nós mesmos, na medida em que nos relatamos, em que nos apresentamos aos outros.

Melucci (1998), em sua obra *Por uma sociologia reflexiva – pesquisa qualitativa e cultura*, reflete sobre a virada epistemológica que todo campo de pesquisa social produziu, mudanças essas originadas, sem dúvida, das práticas de pesquisas qualitativas, que apresentaram uma nova proposta de fazer pesquisa, ultrapassando “os velhos limites que separavam qualidade e quantidade”.

Melucci (1998, p.18) apresenta algumas características da redefinição epistemológica de se fazer pesquisa; sobre a linguagem argumenta:

Antes de tudo, a centralidade da linguagem: tudo o que é dito, é dito para alguém em algum lugar. A linguagem ocupa um papel central no sentido que não existe conhecimento sociológico que não passe através da linguagem, e através de uma linguagem situada. Uma linguagem que é sempre culturalizada, de gênero, étnica, sempre ligada a tempos e lugares específicos.

A pesquisa “Lembranças de infâncias – narrativas entrelaçadas espaços-tempos na cidade de Antônio Prado”, por meio da história oral, está centrada na linguagem em narrativas. Por isso, esta pesquisa não buscou “verdades, conhecimentos fechados”, muito menos conhecimentos “absolutos”, mas buscou interpretações possíveis, buscou dar sentido para as narrativas. Dessa forma, assim como o desafio que redefine epistemologicamente o fazer pesquisa qualitativa, assim também o observador passa a ser um observador no campo, inserido em relações sociais.

Melucci (2001, p. 95), a respeito das narrativas afirma, “[...] narrar quiere decir circunscribir sin cerrar, poner negro sobre blanco, rellenar un vacío, dejando al mismo tiempo abierto el espacio de lo imaginario.” Ao narrarmos escolhemos palavras, elegemos fatos, contamos histórias, “una relación no transparente ni especular, sino, al contrario, siempre problemática.” Narrar é possibilitar um elo entre passado e futuro, contar o que foi, o que será, é também evidenciar desejos do que poderia ou deveria ter sido.

3.1.1 Contextualizando o espaço – o local da pesquisa

A presente pesquisa contempla os relatos orais das infâncias vividas na cidade de Antônio Prado, em diferentes períodos: o anterior à Segunda Guerra Mundial, aquele que seguiu posterior ao acontecimento da repressão à língua materna, mas que sofreram direta e indiretamente as consequências desse fato. Selecionei como marco a Segunda Guerra

Mundial, pois esse acontecimento do cenário global teve fortes repercussões no espaço local e foi citado por muitos depoentes durante suas narrativas.

Antônio Prado está localizada na Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na Região Colonial Italiana, em uma área correspondente a 386 km². Apresenta clima ameno, seco e saudável, com temperatura média anual de 16 graus centígrados. Sua altitude é de 785 metros no centro da Praça Garibaldi, tendo seu ponto culminante no Monte Cuco, com mais de 920 metros, localizado nas proximidades da Capela Santo Antônio – Linha Dois de Julho. A precipitação anual, média, é de 1.987 mm, com frequência de geadas nos meses de maio a setembro, chegando muitas vezes a nevar no auge do inverno.

O município está distante da capital 184 km, sua população é de aproximadamente 12 mil habitantes (senso 2000), seus limites são: ao Norte, com os municípios de Ipê e Protásio Alves; ao Leste, com os municípios de Campestre da Serra e São Marcos; a Oeste, com os municípios de Nova Prata e Vila Flores; ao Sul, com os municípios de Nova Roma do Sul, Flores da Cunha e Nova Pádua.

Em 1986, o município comemorou 100 anos de colonização italiana, desde a chegada dos primeiros imigrantes. Antônio Prado é uma cidade que tem uma característica que a diferencia das demais cidades da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, isto é, foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1989. O patrimônio tombado consta de 48 imóveis entre casas, igrejas, galpões e campanários.

A área, onde está localizado o município de Antônio Prado, antes era uma floresta onde viviam nativos, índios Tapes e Coroados que se alimentavam do fruto dos pinhais. Segundo relatos dos próprios colonos, na Linha 10 de Julho presenciaram a aparição desses nativos que, após confronto com colonos, desapareceram.

Antônio Prado tem o início de sua história em época anterior ao próprio surgimento da colônia. Sua história começa com imigrantes que transpuseram o rio das Antas, instalando-se à sua margem direita. Esse local mais tarde foi chamado de Passo do Simão, em homenagem ao primeiro imigrante a instalar-se no local e a dar início ao cultivo de milho, feijão, mandioca e de outros produtos. Os imigrantes de origem sueca e polonesa penetraram nesse local já em 1880, na depois denominada Colônia Antônio Prado.

O nome “Antônio Prado” é uma homenagem ao conselheiro Antônio da Silva Prado, que foi ministro da agricultura no II Império e promoveu a imigração e a instalação dos imigrantes nas terras rio-grandenses. Os imigrantes que se instalaram no município eram originários do Vêneto, de Trento e de Feltre na Itália.

3.1.2 Roteiro para as entrevistas

Para a investigação das lembranças das infâncias vividas em Antônio Prado, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado, ou seja, aberto à dinâmica de relação pessoal do pesquisador com o depoente, respeitando possíveis e necessárias particularidades. O roteiro de perguntas foi aplicado aos depoentes de ambos os sexos, com o objetivo de obter

o máximo de informações necessárias na recuperação da memória coletiva e com vistas à reconstituição da história das infâncias. O registro original das entrevistas encontra-se em fitas cassetes, fazendo parte dos documentos e pertencendo ao arquivo desta pesquisa. Nas transcrições, quando necessário, foram feitos ajustes para a padronização da escrita, respeitando a sintaxe do informante.

Nesse roteiro, levou-se em consideração perguntas sobre aspectos de identificação pessoal constando: nome completo, data e local de nascimento, filiação e local de nascimento dos pais e avós, história da educação na infância, a vida em família, a vida na escola, os espaços públicos significativos na constituição da infância, a ludicidade.

3.1.3 Entrevistas

As entrevistas foram previamente agendadas com os depoentes por meio de contato pessoal ou telefônico. Ao depoente foi dada liberdade de escolha do dia, local e horário da entrevista. Também eram explicados em detalhes os objetivos da pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas na residência do depoente, em ambiente calmo e na maioria das vezes livre de interferências de outras pessoas. O local escolhido pela maioria dos depoentes foi a sala de visitas ou a cozinha da residência.

Antes do encontro para a entrevista, foi interessante entrar em contato com o possível depoente de modo informal. Nesse encontro, foi necessário esclarecer o interesse pela história da infância vivida pelo depoente e a importância de sua contribuição para a pesquisa, depondo sobre o tema pesquisado.

Tornou-se necessário também esclarecer ao depoente que o importante seria sua vida na infância, do jeito que ela foi, das experiências que a compuseram. Em várias situações, os

depoentes se referiam ao pedido para fazer parte da pesquisa dizendo: “Minha vida não teve nada de interessante”, “O que é que pode interessar da minha vida?”, ou mesmo “Tive uma vida simples”.

De acordo com a experiência desta pesquisa, os sujeitos convidados a participar mostraram-se surpresos, às vezes demonstraram preocupação quanto ao se saberiam falar, se lembrariam os fatos, os acontecimentos. Para aplicar essa metodologia, deve-se respeitar o depoente em suas particularidades, hábitos, horários. Por isso, o depoente deve sentir-se à vontade para marcar o horário adequado que respeite sua rotina. As pessoas idosas seguem uma rotina; adequar-se aos seus horários, respeitando principalmente seus momentos de descanso, torna-se imperativo nessa proposta metodológica.

Algumas vezes, mesmo o depoente escolhendo e marcando horário de sua preferência, surgiram alguns imprevistos, como assistir a uma missa pela televisão, esquecer do horário combinado ou mesmo antecipar a entrevista no decorrer da narrativa. Nessas situações, o pesquisador, que tem um tempo para a pesquisa, muitas vezes pode sentir-se angustiado, pois o tempo, esse tempo das pessoas inseridas, envolvidas em seus afazeres, torna-se muitas vezes distante do tempo dos entrevistados. Mesmo sendo pessoas produtivas, lúcidas, cooperativas, têm um tempo próprio, um tempo “mais lento”, sem pressa, essa pressa da vida moderna, que nos torna frenéticos olhando para o relógio. Os depoentes costumavam dizer “a pressa é sua”, quando referiam-se ao tempo da pesquisadora. Essa expressão tornava claro o ritmo próprio de cada idade.

3.1.4 Delimitando um marco histórico

Veio a II Guerra Mundial e os canhões trouxeram um longo silêncio. É que foi proibido de falar italiano, alemão e japonês. E evidentemente o Vêneto lá se foi em cambulhada. A lei foi rigorosamente cumprida. De Naneto³, falava-se aqui e acolá, mas eram os escassos raios de um sol que ia apressadamente ao acaso. (Mário Gardelin)⁴

No início das reflexões acerca desta pesquisa, pensei em trabalhar com algumas décadas, buscando um marco delimitador da pesquisa. A partir das contribuições da banca, na ocasião da defesa do projeto de dissertação, algumas idéias agregaram qualitativamente para o prosseguir deste trabalho de pesquisa. Uma das contribuições foi a sugestão de que fosse escolhido um marco que determinasse um tempo na História, e que fosse significativo à história desse grupo de depoentes, bem como para a história da cidade.

De acordo com o Dicionário Houaiss⁵, marco histórico é qualquer acontecimento que, por sua importância, marca época numa história individual ou na história de uma atividade humana ou na História geral. Dessa forma, a Segunda Guerra Mundial foi o marco histórico encontrado e eleito por ser um fato determinante para a cultura de descendência italiana. Naquele período, ocorreu **A Campanha de Nacionalização do Estado Novo** (1937-1945), ocasião em que era proibido falar, escrever e ensinar dialetos no Brasil.

O fato da repressão ao dialeto italiano, no período da Segunda Guerra Mundial, ter ocorrido a mais de meio século, por meio das narrativas um fato sempre se faz presente, pois ele passa a existir como fato histórico cada vez que é lembrado e narrado. Dessa forma, por meio da linguagem um fato histórico pertencente a um determinado período na história, é

³ Naneto Pipeta é personagem folclórico criado por Frei Paulino. (explicação na página).

⁴ Imigração Italiana no Rio Grande do Sul - Fontes Literárias.

⁵ Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0.7.

passado para outras gerações que mesmo não tendo vivido nesse período, passam a conhecer, reconhecer o significado para o grupo cultura ao qual pertencem.

Frei Rovílio (89),⁶ em entrevista concedida no período em que eu estudava a repressão ao dialeto italiano, como assunto fundamental para meu tema de pesquisa “Língua Materna e o Processo de Alfabetização”, fez algumas considerações sobre o assunto dizendo, “de um momento para o outro, aquele governo que os buscava para colonizar, que nunca lhes pedira se sabiam ou não o português, impõe-lhes este fardo cultural de uma língua desconhecida que era o português”.

Esse marco previamente pensado fazia parte do questionário semi-estruturado para a entrevista oral, no qual seriam narrados os fatos da infância. A repressão ao dialeto italiano apareceu nos relatos orais muitas vezes de forma espontânea, legitimando dessa forma a escolha desse fato histórico, como um marco legítimo constituído por um grupo cultural. . Muitos depoentes falaram espontaneamente desse período, demonstrando a importância desse fato na vida dos descendentes. Nos relatos, havia uma cumplicidade que transparecia, pois os depoentes falavam do assunto como se eu tivesse vivido esse acontecimento da mesma forma, com a mesma intensidade. Falavam da repressão ao dialeto como um fato comum, que afetou todo aquele grupo cultural.

Outro fato muito interessante, que surgiu nos relatos orais, foi que muitos depoentes iniciavam falando espontaneamente no dialeto vênето; logo a seguir, pediam-me consentimento para continuar falando no dialeto. Foi interessante também considerar que os depoentes que falavam em português utilizavam expressões em dialeto com muita frequência, outros iniciavam na língua portuguesa e seguiam fazendo interferências na sua língua materna.

⁶ Entrevista publicada no Jornal Panorama Pradense, Antônio Prado, novembro de 1989, n 183

Nos relatos por meio da história oral, vários depoentes referiram que a comunicação em dialeto vêneto era comumente utilizada nas famílias, em muitas situações escolares, nas brincadeiras com amigos, em canções, provérbios, versos. Enfim, foi no dialeto que os descendentes construíram suas aprendizagens, seus conceitos, seus conhecimentos de mundo. Os pais costumavam ensinar seus filhos a ler e escrever em casa antes mesmo de ingressarem na escola. Esse fato acontecia principalmente para que os descendentes pudessem se familiarizar com essas aprendizagens na língua materna que era a forma de comunicação utilizada nas famílias.

Na ocasião da pesquisa “Língua Materna e o Processo de Alfabetização”, publiquei, durante um ano no jornal local *Panorama Pradense*, material coletado por meio da história oral. O trabalho publicado foi subdividido por temas, sendo que um dele tinha como título “Proibido Parlar Nostra Lêngua”, tratando da repressão ao dialeto italiano durante a Segunda Guerra Mundial. O trabalho objetivava transcrever fatos contados por “filhos” de língua italiana, residentes em Antônio Prado, por meio de depoimentos de fatos reais.

Interessante considerar eleita, como marco histórico na pesquisa, a repressão ao dialeto italiano, no período da Segunda Guerra Mundial, fato ocorrido muito tempo atrás. Várias décadas se passaram, ou melhor, mais de meio século passou, mas esse período marcou os descendentes de italianos, tendo conseqüências em vários aspectos.

Neste momento são citados alguns depoimentos que foram publicados no jornal local, contam um pouco das experiências vividas pelos descendentes de italianos que viviam na cidade de Antônio Prado, na época da repressão ao dialeto. Os depoimentos que serviram para estudar aquele período da história, são relevantes neste momento, pois as depoentes que

citarei aqui são as personagens desta atual pesquisa. Dessa forma, agregando valor para esta pesquisa, os depoimentos reforçam esse marco histórico como presente na memória individual e coletiva desse grupo cultural.

Vivíamos no interior, depois saímos do interior e fomos nos instalar perto da ponte que vai à Caxias. Tínhamos uma pequena pensão, no casarão que fica perto do Rio Leão.

Na época que foi proibido de falar o italiano, os colonos vinham para a cidade e se dirigiam à casa para fazer as refeições.

Minha mãe falava o italiano com os fregueses e um hóspede denunciou que naquela pensão se falava em italiano.

Minha mãe foi intimada a comparecer á delegacia, sem ao menos saber do que se tratava.

Lá na delegacia, o delegado informou que minha mãe, d. Margarida, estava presa por falar em italiano com os hóspedes. Então ele disse – “A senhora terá que ficar aqui por um tempo, pois é proibido falar em italiano”. Minha mãe tinha vindo da Itália que não fazia muitos anos e só falava em italiano.

Nos os filhos estudávamos e sabíamos falar em português.

Lembro que naquela época as pessoas tinham muito medo e os colonos evitavam até de irem à missa. As compras eram feitas pelas pessoas mais jovens, por se defenderem melhor.

Eu tenho uma opinião que, após esse acontecimento, a língua italiana ficou mais distanciada pelo medo. Hoje em dia, mesmo no interior, todos sabem falar o português, mesmo as crianças hoje nem sabem o nome de certos objetos em italiano. Ainda hoje eu falo o dialeto, principalmente quando encontro minhas amigas Lorena e Gelcy Citton (vizinhas) e antigamente com D. Pina Varaschin.

Meu pai veio da Itália com 32 anos e minha mãe com 27 anos. Meus pais vieram casados. Eu tenho uma ligação profunda com a Itália. Eu ainda hoje escrevo para a Itália, para corresponder-me com minha tia e uma cunhada.

Através do italiano, quando falo, se recorda o passado, é mais fácil de se comunicar na língua que se foi criada. (Antônia Nicolussi).⁷

O tempo da guerra não se falava nem o italiano, nem o alemão.

Os policiais revistavam as casas que desconfiavam para ver se eles encontravam alguma coisa, se nada achavam, saíam sem nada falar.

Meu pai tinha muito medo, por isso queimou um quadro que tinha a família real italiana. A família de Vitor Emanuel.

Nós tínhamos também fotografias de revistas alemãs, com os nomes, eram fotografias lindas, por isso meu pai disse que não precisava rasgar era só riscar os nomes alemães.

As famílias do interior tinham medo de ir à cidade. Só vinham mesmo para fazer compras.

As janelas eram fechadas e as pessoas ficavam dentro de casa. (Gelcy Citton).⁸

⁷ Entrevista publicada no jornal *Panorama Pradense*, Antônio Prado, n. 180, agosto de 1989.

⁸ Entrevista publicada no jornal *Panorama Pradense*, Antônio Prado, n. 180, agosto de 1989.

Frei Rovílio Costa (1989), em entrevista concedida no período em que eu estudava a repressão ao dialeto italiano, como assunto fundamental para meu tema de pesquisa “Língua Materna e o Processo de Alfabetização”, fez algumas considerações sobre esse assunto. “De um momento para o outro, aquele governo que os buscava para colonizar, que nunca lhes pedira se sabiam ou não o português, impõe-lhes este fardo cultural de uma língua desconhecida que era o português.”

Sobre o assunto da repressão, F. Rovílio diz que as conseqüências foram muitas, principalmente a idéia de inferioridade do próprio traço cultural, a humilhação de ser descendente de italiano. A repressão ao dialeto vênето gerou uma repressão psicológica, medo e inferioridade por fazer uso desse tipo de dialeto para a comunicação. Dentre muitas conseqüências, viu-se a morte e a negação dessa cultura, uma parte tão importante na história do Rio Grande do Sul.

É interessante evocar uma passagem que marcou os depoimentos relacionados à repressão da língua materna, no caso da pesquisa, do dialeto vênето, pois uma depoente naquela ocasião, década de 80, não queria falar sobre o assunto, por medo das autoridades locais, tinha medo da repressão que poderia sofrer naquele momento, pois essa mesma depoente havia sido presa no período da Segunda Guerra Mundial, por fazer uso do dialeto italiano na sua comunicação.

Esse fato é significativo para fazer um gancho com a pesquisa atual em que as lembranças das infâncias são rememoradas por meio da história oral temática, corroborando com a idéia teórica de Halbwachs (2003). Segundo ele, muitas vezes, a memória não é simples evocação, reviver, ao contrário é trabalho, pois exige um repensar, refazer situações

passadas com idéias, imagens de hoje. Partindo desse pressuposto, as emoções são de hoje, a emoção é uma emoção nova, partindo da percepção atual.

Essa pesquisa, focando as lembranças das infâncias, não priorizou uma única etnia, ao contrário, para compreender as diferentes infâncias que se constituíram na cidade de Antônio Prado, no período deste estudo, considerei as diferenças étnicas. Porém, a descendência italiana é um fato histórico que nasceu com a própria formação da colônia de Antônio Prado, tendo suas origens na história da imigração italiana para o Brasil, mais especificamente para a região da Serra gaúcha, neste estudo.

3.1.5 Quem eram os depoentes?

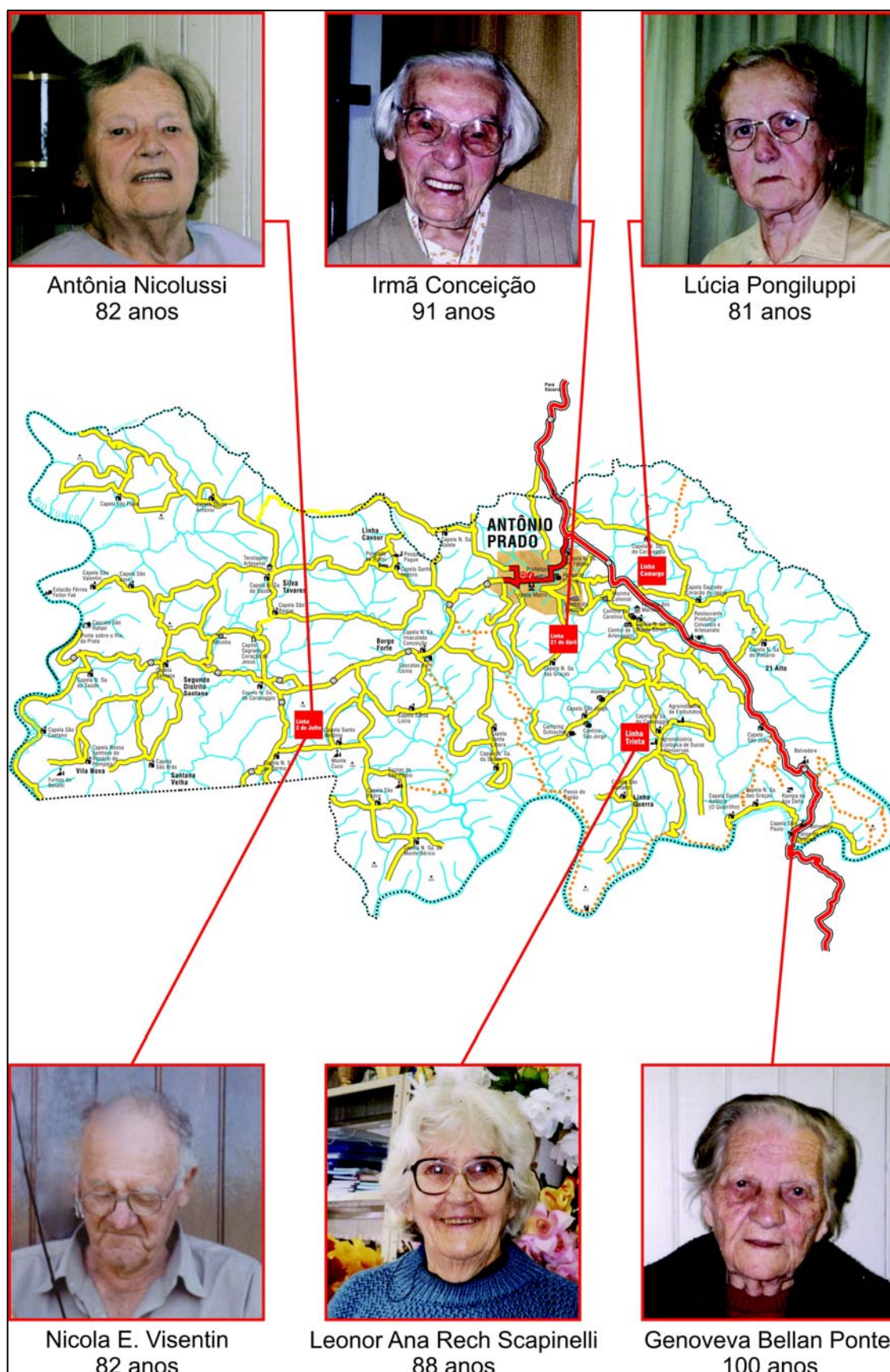
A escolha dos depoentes e da forma metodológica de fazer este trabalho contemplou as diferenças de: gênero, idade, etnia, classe social e grau de escolarização, entrelaçando espaços e tempos como constitutivos dessas mesmas experiências e vivências das infâncias.

Nomes depoentes	Idade	Sexo	Grau de instrução	Local de nascimento	Descendência	Atividade	Espaços da cidade
Alzira Santos Vargas	66	Feminino	Mobral	Antônio Prado	Luso-brasileira	Aposentada	Praça
Ana Lúcia Monteiro	55	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Luso-brasileira	Faxineira	Praça
Antônia Nicolussi	82	Feminino	Primeira série do 1º grau	Linha 02 de Julho. Antônio Prado-Interior do município	Italiana	Aposentada	Gruta
Dosolina Zamboni Zambianco	88	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Italiana	Aposentada	Igreja
Elsa Dotti Golin	72	Feminino	2º Grau-Habilitação Magistério	Antônio Prado	Italiana	Aposentada	Gruta
Gelcy Olga Citton	84	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Italiana	Aposentada	Gruta Cinema Praça

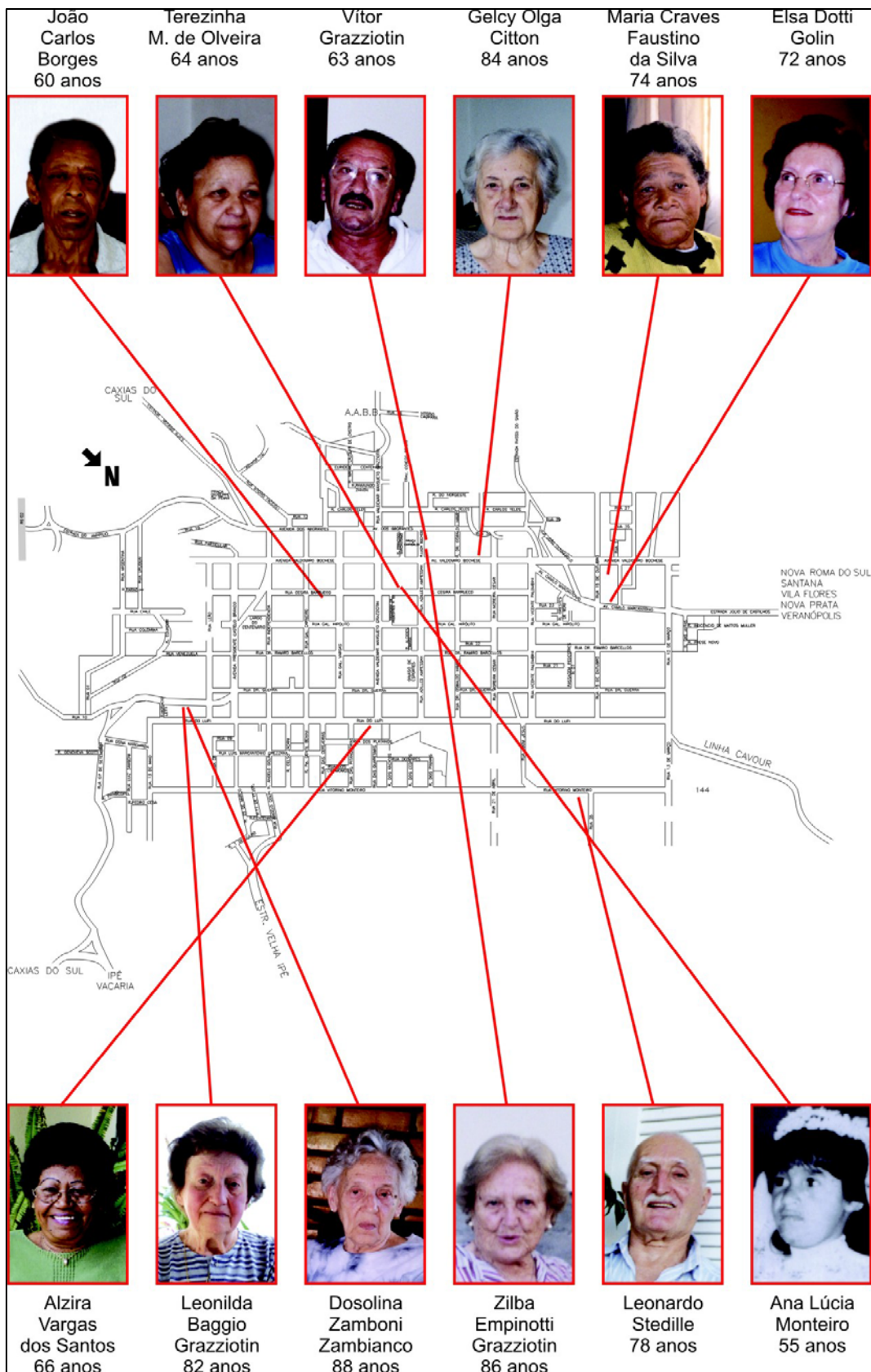
Genoveva Bellan Pontel	100	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado. Rio das Antas. Interior do município	Italiana	Aposentada	Igreja
Irmã Conceição	90	Feminino	Formação religiosa	Linha 21 de Abril. Interior do município	Italiana	Aposentada	
João Carlos Borges	60	Masculino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Luso-brasileiro	Aposentado Empacotador	Rio Leão Cinema Praça
Leonardo Stédile	78	Masculino	Não frequentou escola	Antônio Prado	Italiana	Aposentado	Rios Cinema
Leonilda Baggio Grazziotin	82	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Italiana	Aposentada	Rio Leão
Leonor Ana Rech Scapinelli		Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado. Linha 30. Interior do Município	Italiana	Aposentada	Igreja Praça
Lúcia Pongeluppi	81	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado. Linha Camargo. Interior do município	Italiana	Aposentada	Igreja
Maria Craves F. da Silva	74	Feminino	Não frequentou escola	Ipê- Antônio Prado	Luso-brasileira	Aposentada Faxineira	Casa dos avós
Nicola E. Visentin	82	Masculino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado. Linha 02 de Julho. Interior do município	Italiana	Aposentado Artesão	Igreja
Rovílio Costa	71	Masculino	Pós-Graduação		Italiana	Escritor	
Terezinha M. de Oliveira	64	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Luso-brasileira	Aposentada	Gruta Praça
Vitor Grazziotin	63	Masculino	Segundo Grau	Antônio Prado	Italiana	Aposentado	Praça Gruta Rio Leão Ruas da cidade
Zilba Empinotti Grazziotin	86	Feminino	Primeira série do 1º grau	Antônio Prado	Italiana	Aposentada	Praça Igreja Clube Cinema

3.1.6 VISUALIZANDO OS ATORES SOCIAIS – OS DEPOENTES COMO SUJEITOS

3.1.6.1 Depoentes da zona rural



3.1.6.2 Depoentes da zona urbana



4 CIDADE, ESPELHO DO MUNDO: ANTÔNIO PRADO “MICROCOSMOS DO SOCIAL”

O homem está na cidade como uma coisa está em outra e a cidade está no homem. (*Ferreira Gullar*)

Nas disciplinas cursadas nesta universidade, o tema “cidade” foi apresentado de maneira a repensá-la como um processo de fatores sociais, históricos, econômicos, culturais, educacionais, antropológicos, ideológicos, filosóficos, com suas contradições, como a própria construção do processo civilizatório da humanidade. Nesse processo construído, observa-se também, dentre tantas realizações, poder, exclusão marginalização e segregação entre os homens.

Um tema com tamanha complexidade originou questionamentos num movimento dialético, dinâmico, assim como a própria vida. Conforme Pasavento (2002, p. 24). “Mais do que nunca, a cidade é hoje uma espécie de espelho do mundo: um microcosmos do social, um espaço onde as coisas acontecem, um tempo onde se realiza e atualiza a história e a memória que os homens constroem para si”.

Pode-se dizer que a cidade é o lugar da objetividade material, fruto da construção da ação dos homens sobre o mundo, produto do trabalho, da transformação da natureza: resultado da cultura humana. É o lugar da pedra, como diz Sennett em sua obra *Carne e Pedra*: a pedra dos edifícios, dos metrô, das rodovias, das ferrovias, das casas, das pontes, dos viadutos, enfim, o fruto da ação humana, do produto cultural da história dos homens e de suas formas de organização datadas no tempo e no espaço.

Mas a cidade é também de carne, construída humanamente, sensivelmente pelo imaginário, pela subjetividade e pela memória dos homens. A carne de um corpo que é também alma, sensibilidade, de tempos múltiplos em um só tempo, transformando espaços e acontecimentos.

Afirma Pasavento:

Mas a cidade é, ainda, sensibilidade. É construção de um ethos, que implica nas atribuições de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam: é percepção de emoção e sentimentos, é explosão de utopias, desejos e medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que se realizam na e por causa da cidade. (2002, p. 24).

Dessa forma, a cidade material e social é resultado do pensamento humano, construído ao longo da História em diferentes épocas, em diferentes espaços geográficos, com pontos de encontro, pontos de aproximação, de divergências, de desencontros, numa linearidade imaginada que concretamente inexistente.

Nos relatos orais dos depoentes, pude perceber como as lembranças surgiram carregadas de sentimentos plurais, percebidos nas palavras, na corporeidade, nos gestos, no olhar. Nas entrevistas, por meio dos relatos, pude fazer a relação teórica entre homem-espaço-tempo como inseparáveis. Uma lembrança como uma imagem se dá num lugar, num espaço, num tempo.

Portanto, faz-se necessário um novo olhar para a cidade, um repensar os espaços como cidadãos, seres criativos, transformadores, agentes da história de seu tempo. É relevante

repensar a “cidade da carne”; ou seja, do circo, do espetáculo, do imaginário como partes integrantes da História humana. A cidade da subjetividade se torna um espaço peculiar em cada lembrança, torna-se “uma cidade” no imaginário de cada depoente. Um mesmo espaço geográfico se torna múltiplo pela variedade de experiências e de sujeitos, que são cidadãos de uma mesma cidade e, ao mesmo tempo, são sujeitos singulares, únicos na forma de vivenciar cada experiência.

A partir desse novo olhar, dessa nova ‘mirada’, o foco foi na “minha cidade”. O objetivo desta pesquisa foi também levantar questões, buscar respostas no processo histórico-cultural, resgatando, por meio das lembranças dos depoentes, fatos importantes que possibilitaram um maior entendimento sobre como a vida se processa nesse microcosmos social, que é reflexo de muitos acontecimentos e da acumulação de grupos étnicos.

4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

Torna-se importante resgatar alguns acontecimentos do século XIX, os quais, dentre outros fatores, ocasionaram a imigração, no caso deste texto; faz-se referência à imigração italiana, porque foram os imigrantes italianos que construíram grande parte da história da cidade de Antônio Prado.

No século XIX, ocorreu a Segunda Revolução Industrial. Na Europa, países como a França e a Inglaterra iniciaram uma verdadeira revolução social: a revolução urbana. Afirma Castells (1979, p. 92): “A partir do momento em que a sociedade ultrapassa a pura atividade de subsistência cotidiana, desenvolve-se um sistema de distribuição do produto. A existência

do dito sistema de produção e de distribuição supõe dum determinado nível técnico e uma determinada organização social.”

Com o surgimento da Segunda Revolução Industrial, há uma transformação imediata das formas de organização social. As famílias já não podem viver com uma agricultura de subsistência, surge o capital excedente e, com isso, a necessidade de consumo. Para que haja consumo é necessário moeda em circulação. O capitalismo dita as novas regras para a organização da vida dos homens no mundo ocidental.

Com a necessidade de dinheiro, os agricultores já não podem viver no campo. Precisando se adaptar às transformações sociais, buscam emprego nas cidades. As fábricas precisam de trabalhadores e, com isso, os moradores rurais que viviam com dificuldades nos campos procuram morar nas cidades. A partir da industrialização e com o surgimento de novas tecnologias, ocorre a divisão do trabalho, o aumento desordenado das populações das cidades e todas as conseqüências de um urbanismo desordenado e não-planejado. Além disso, o século XIX foi marcado por guerras, pela tomada de territórios, por fatos que marcaram o destino de muitos países pobres que viveram e ainda vivem as conseqüências de um capitalismo que segrega, exclui e marginaliza.

Torna-se importante situar a Itália do século XIX no contexto mundial para compreender as causas que impulsionaram a imigração italiana para o Brasil. A Itália, nesse século, mais precisamente na segunda metade do século XIX, passava por instabilidades políticas, intensificadas pela unificação. Decorrente disso, houve reflexos diretos no campo econômico e social.

O capitalismo se solidificou como modelo econômico. As conseqüências foram desastrosas no campo social, pois as fábricas não absorviam a mão-de-obra necessária, e os camponeses, vivendo com grandes dificuldades, tornavam-se um problema para seu país. Esse problema não foi resolvido politicamente; foi solucionado estrategicamente: mandar para outros lugares os pobres, os excluídos.

Castells (1979, p. 97) afirma: “A estrutura urbana exprime a estrutura de classes da sociedade e, ao mesmo tempo, o dinamismo urbano transforma-se de modo mais ou menos mediatizado em dinamismo de luta de classes.” Dessa forma, essa nova estrutura social, que ocasionou a revolução urbana, estratificou ainda mais a sociedade, separando os homens em pobres e ricos. Na Itália, não foi diferente, surgiram problemas de ordem social e conflitos de classes. Assim, a imigração tornou-se um negócio rentável para o governo italiano, pois resolveria os problemas emergenciais de miséria, de falta de emprego, das safras agrícolas malsucedidas, e das agências da indústria da imigração, que faziam desse acontecimento um negócio lucrativo, pois ganhavam por pessoa embarcada.

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul ocorreu, sistematicamente, entre 1875 e 1914, segundo dados bibliográficos que tratam da imigração italiana no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

4.1.1 O adeus à terra natal

A vinda do imigrante ao Brasil, especialmente o que saiu do Norte da Itália e se instalou na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu em condições adversas. Podem ser citados alguns autores que contribuíram com o registro da história da imigração italiana no Brasil. O texto que segue baseia-se nas obras de autores como Custódio (1995), De Boni (1997), Costa (1982).

A viagem da Itália ao Brasil ocorreu em condições desumanas: navios superlotados, sem as mínimas condições de higiene. Cada imigrante disputava o espaço reduzido entre outros tantos corpos. As viagens foram uma luta pela sobrevivência que muitos não conseguiram vencer. Para os que foram vencidos pelas condições adversas, o mar tornou-se o “repouso”. Muitas histórias verbais contadas pelos mais antigos recordam a dor da perda de parentes, amigos, companheiros, enfim, imigrantes que não chegaram à nossa terra.

Tinham a si próprios somente. O que mais poderiam perder? Ainda assim, perdiam pessoas da família, perdiam vidas, sonhos, esperanças. Deixaram no mar um pouco de cada um, parte de suas vidas e de sua história. A música os acompanhou na viagem ao desconhecido, ao novo. A arte expressou incertezas, ecoou desalentos e esperanças pelo mar.

Os imigrantes queriam encontrar flores, uma Mérica que os recomfortasse das perdas. Encontram no início “espinhos”, dificuldades. Chegando aos seus destinos, eram abrigados em barracões que se assemelhavam às condições desumanas dos navios. Muitos morreram

nesses abrigos, contaminados por febres, epidemias. Nesses barracões, abrigos provisórios, não tinham local apropriado para as necessidades sanitárias, nem assistência médica.

O sofrimento os acompanhou não só nas despedidas e na partida da terra natal, mas ao longo do percurso, ou seja, desde o momento da saída até sua instalação na nova pátria. A dor refletia o lamento por não terem abrigo, não terem lugar na sua terra, onde poderiam viver sua identidade cultural. Lá não mais seriam acolhidos, não poderiam mais ter seu espaço, sua vida, próximos aos que conheciam e amavam. Lá não foi mais possível permanecer, e o mais grave foi o fato de terem sido forçados a deixar seu país, lançados à própria sorte.

Na bagagem, os imigrantes trouxeram tudo o que tinham e que fosse possível carregar: fé, muita fé, o santo protetor, a Santa Mãe, imagens que orientavam para o caminho da superação das dificuldades, para a esperança da conquista de cada novo dia. Trouxeram também saudade, valores culturais, usos e costumes; entretanto, o bem de maior valor foi a fé. Os santos que não vieram na bagagem material foram esculpidos, aqui, com base em lembranças e habilidades daqueles que aqui construíram o mundo que estava à espera de mãos hábeis e marcadas sobretudo pela força do trabalho.



Figura 5. Viagem dos imigrantes italianos para o Brasil, 1875. Acervo Foto Bernardi.

4.1.2 Construindo a nova morada

Chegando ao Brasil, o colono imigrante enfrentou as mais sérias dificuldades, lidando com o desconhecido e com a necessidade de sobrevivência, dentre elas o desejo de reconstruir sua identidade, através da edificação de suas casas, de sua comunidade. Assim, fez do trabalho seu maior aliado na conquista de seu espaço, de sua terra. Através dele conseguiu ser proprietário, ter segurança material, ocupar seu lugar. Destaca-se, entretanto, que as conquistas, fruto de seu trabalho, encontravam na religião, na fé, o instrumento necessário de força, de determinação, de alívio de sofrimento e da busca da esperança.

As comunidades de imigrantes italianos devem à religião seu modo de organização. Os povoados e as vilas nascem, quase sempre, ao redor de uma capela, cuja construção foi uma das primeiras preocupações do imigrante, e era dedicada ao santo de devoção do idealizador. Como conseqüência, o nome da localidade, na maioria das vezes, originava-se do nome do santo da capela. E a partir dela, como ponto de referência, é que a comunidade se organizava. À sua volta construíram o salão, a escola e as suas casas. Lá tinham seus encontros religiosos, sociais e de lazer. Era possível rezar, conversar, aprimorar as habilidades manuais, culinárias, namorar, casar, divertir-se, aprender e ensinar, reconstruindo dessa forma a identidade. Pode-se compreender, na vida em comunidade, os diferentes papéis socioculturais de homens e mulheres, nas reuniões que ocorriam após a missa ou após o terço. Para os homens, os encontros possibilitavam a expressão da cultura, a socialização dos conhecimentos do trabalho na terra e criação de animais, bem como dos costumes e do lazer.

Envolviam jogos de bocha, cartas, bola, mora.⁹ As mulheres aliavam o lazer aos trabalhos manuais e à preparação da liturgia dos encontros religiosos.

Torna-se importante nesse momento resgatar os padrões culturais dos imigrantes italianos e de seus descendentes, bem como, o modo de organização do espaço que, de certa forma, dá indícios de compreensão da maneira de ser e viver desse grupo cultural.

A esse respeito, afirma Kahil:

Trabalhar a dimensão histórico-cultural temporal implica considerarmos não só a sucessão fenomenal emergente das ações humanas no tempo, mas também considerarmos a coexistência e simultaneidade das diversas especializações práticas, nas ações presentes. Assim, o espaço considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (2001, p. 75).

Refletir sobre os meios de organização dos primeiros imigrantes e o surgimento das vilas e dos povoados é, também, uma forma de analisar os valores, uma maneira própria de organização do grupo cultural. Por isso, a maneira de ocupar o espaço e todos os fatores decorrentes dessa organização, de certa forma, facilita a compreensão do modo de viver hoje, ou seja, os hábitos e os costumes herdados dos ancestrais, transformados no presente e no passado para as futuras gerações.

A respeito da cultura, Parreiras afirma:

⁹ Mora: Jogo de tradição italiana que consiste em acertar a soma dos dedos que os contedores colocarão sobre a mesa. A principal característica é a agilidade no estender os dedos sobre a mesa, entre gritos e batidas, para o encanto e a torcida das crianças e dos adultos que cercam o local.

Todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. (1999, p. 7).

Torna-se importante ressaltar que a maneira de os primeiros imigrantes organizarem os povoados revela o modo peculiar de agir desse determinado grupo social, sua cultura. De acordo com a afirmação da autora, a maneira de um grupo cultural agir constitui o conjunto de fatores implícitos na cultura. Para a construção dos povoados, os imigrantes desbravaram a mata. A fé foi um valor essencial que os acompanhou nos momentos difíceis e que não foram poucos. As dificuldades da vida dos imigrantes italianos no Brasil constam de inúmeras referências, documentos, depoimentos que registram essa parte da História, entre outros.

A conquista do espaço pelos imigrantes dependeu da força de trabalho, que foi transformando aos poucos a paisagem natural e que foi primordial na luta pela sobrevivência. A igreja, as moradias, as escolas, as casas comerciais, os bancos e outros foram responsáveis pela modificação do espaço físico. Com base em valores cristãos católicos – herança religiosa européia – os imigrantes estruturaram a cidade. Pode-se observar um detalhe importante presente na paisagem desse município: os campanários que, ao lado das igrejas, compõem o cenário das cidades construídas pelos descendentes de italianos.

Em Antônio Prado, é possível observar, no centro da cidade, a igreja e, ao seu lado, o campanário, todo feito de madeira pelos imigrantes italianos, comprovando que a estrutura da cidade manteve características do país de origem: a Itália. Torna-se importante também ressaltar, referindo-se ao modo de edificação da cidade, que Antônio Prado foi construída com base na cidade medieval. A esse respeito afirma Le Goff (1998, p. 25): “A cidade da Idade

Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio, alimentados por uma economia monetária.”

Portanto, a cidade de Antônio Prado segue as características da edificação das cidades medievais que, assim como as demais cidades modernas, foram construídas num território central demarcado pelo comércio, pelo artesanato e pelos negócios. Essa característica da cidade medieval inicia com as feiras ao ar livre, originando o comércio.

Conforme Roveda:

Nas primeiras décadas do século XX, as cidades iam ganhando forma e as construções de madeira iam tomando conta do espaço urbano e rural: colégios, casas, clubes, hotéis, cinemas, cooperativas, moinhos, igrejas, capelas, campanários, capitéis, pontes, galpões, cercas, telhados, quase tudo de madeira dando forma às pequenas vilas e às cidades. (2003, p. 34-35).

Conforme a cidade crescia, novas casas de madeira iam sendo acrescentadas, seguindo as mesmas características das anteriores que, construídas geralmente com dois pisos, abrigavam quase sempre a numerosa família na parte superior, sendo o térreo destinado ao local de trabalho, como lojas comerciais de secos e molhados, sapatarias, funilarias, ourivesarias, selarias, barbearias, relojarias, cantinas, etc. O porão, como regra, era construído com paredes de pedra, possuía aberturas para ventilação permanente, condições ideais para guardar o vinho, mas também era usado como depósito de alimentos: queijo, salame, copa, além de outros materiais, como lenha e ferramentas.

Assim, a Região de Colonização Italiana, especialmente a do Nordeste do Rio Grande do Sul, fez da madeira o principal material na construção das moradias. Um *mundo de madeira* consolida-se na maioria das cidades colonizadas por imigrantes italianos. Dessa forma, a madeira foi utilizada na maioria das construções erguidas na cidade de Antônio Prado. O gosto pelo belo, pela estética, levou os imigrantes a enfeitarem as construções com verdadeiras rendas em madeira, chamadas lambrequins. Delicada e manualmente, a madeira era recortada, enfeitava as construções, impondo uma marca cultural no tempo. Antônio Prado conta sua história através da paisagem natural e cultural. Calvino, afirma:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão. Escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas de pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (2003, p. 14-15).

O centro histórico é considerado o maior acervo arquitetônico de madeira da imigração italiana no Brasil. Possui ao todo 48 prédios tombados, sendo que a maior concentração desses prédios situa-se no centro da cidade, próximo à Praça Garibaldi. Ao serem referidos os espaços, pode-se dizer que o tombamento busca manter viva a história cultural de seus antepassados, através da preservação da paisagem cultural e natural.

A preservação da cidade de Antônio Prado deve-se ao isolamento a que foi fadada historicamente. Sua preservação, portanto, é uma consequência desse isolamento. O decreto do tombamento do Ministério da Cultura dividiu opiniões, gerou desentendimentos e até ressentimentos de alguns pradenses que se sentiram violados no seu direito de proprietário.

Durante os anos que se seguiram ao tombamento, algumas medidas foram tomadas por autoridades públicas, para divulgar o potencial turístico da cidade, mas, sem dúvida, falta vontade política que compreenda a importância da inter-relação entre educação e turismo para uma proposta municipal de educação patrimonial.

A cidade de Antônio Prado, escolhida para esta pesquisa, torna-se um espaço único e plural, assim como as lembranças das infâncias nela vividas e que foram relatadas por meio da história oral temática, ou seja, uma cidade que abrigou (e abriga) múltiplas infâncias, considerando as subjetividades de cada sujeito que nela viveu suas experiências.

Conforme Hillman (1993, p. 39): “A cidade, então, é uma história que se conta para nós à medida que caminhamos por ela. Significa alguma coisa, ela ecoa com a profundidade do passado. Há uma presença de passado na cidade.”

Essa cidade (minha cidade) foi escolhida para acolher esta pesquisa por todas as inquietações que surgiram em torno do tema infância e pelos espaços da cidade, local no qual se constituíram a vida e os modos de organização dos seres humanos.

4.2 MEMÓRIA – ENTRELAÇAMENTOS DE ESPAÇOS, DE TEMPOS

Um indivíduo sem memória é um ser sem significado (Marco Aurélio Santana)

Relacionando as oportunidades das crianças de viverem a cidade com prazer e autonomia, fazendo referência às considerações de Tonicci (1997), pude perceber nos relatos dos depoentes que as experiências vividas na cidade, há algum tempo, têm relação direta com

a situação espacial em que os depoentes viveram, com os lugares conhecidos, os lugares freqüentados por eles. Mesmo as memórias sendo de um tempo em que a cidade era menor, com menos “perigos”, Antônio Prado foi vivida diferentemente pelos personagens da pesquisa. Quem vivia no interior tinha uma relação muitas vezes distante da cidade; conhecia apenas alguns lugares, geralmente freqüentados quando as famílias vinham até o centro da cidade para fazer compras, trocar produtos de colônia, para missa dominical ou para outras comemorações religiosas.

A cidade vivida pelos depoentes que residiam no interior do município, não deixava de ser “assustadora”, pela diferença de organização espacial, pelo que a cidade oferecia e mesmo pela distância de onde moravam. A cidade, para quem nela morava, era vivida diferentemente, dependendo do lugar em que residiam. Quem morava no centro conhecia o que a cidade oferecia nesse espaço, nesses lugares, mas não conhecia muitas vezes a vida do interior, pelas muitas dificuldades que se apresentavam: estradas, com difícil acesso, lugares sem residências, falta de iluminação pública, ruas sem calçamento, matagais, terrenos baldios, trajetos feitos a pé.

A criança pobre e negra que morava no morro, expressão usada pelos próprios depoente, tinha também experiências variadas. Ao mesmo tempo que a criança que morava no morro ficava afastada de alguns lugares, isto é, limitada ao espaço de sua casa e da escola, diferenciava-se nas experiências vividas pelo gênero, tanto sendo menina quanto menino, por exemplo. Nos relatos, a criança do morro conhecia muitas vezes tanto o interior do município como o centro da cidade, pelos trabalhos a que estava obrigada a realizar para ajudar a família no seu próprio sustento e no sustento dos irmãos. Dessa maneira, viveram diferentes

experiências, conheceram diferentes lugares, na medida em que desenvolviam tanto trabalhos na roça como no centro da cidade, engraxando sapatos, por exemplo.

Os depoentes que moravam no interior do município, ao se referirem aos lugares freqüentados na infância, têm uma característica comum que se torna um traço cultural do grupo, que é a religiosidade; portanto, essas lembranças referentes à religiosidade pertencem à memória coletiva. Dessa forma, os depoentes de maneira geral referiram-se à igreja como um lugar freqüentado. A igreja Sagrado Coração de Jesus situa-se em frente à praça da cidade de Antônio Prado. Por isso, era um local conhecido e muito citado nas lembranças dos depoentes, Mesmo dos que residiam no interior do município.

É interessante apresentar, ainda que de forma abrangente, a relação entre memória/ espaços/ tempos, pois é fundamental para a compreensão das infâncias, que, nesta pesquisa, são referidas como plurais e construídas sociohistoricamente. Por meio das lembranças dos depoentes sobre a própria infância, resgataram-se memórias relacionadas aos espaços, indicando formas pelas quais a memória individual e coletiva se constitui e constrói identidades. A memória se constrói nas relações sociais, com sujeitos protagonistas da História. Trata-se da história que sempre é dinâmica e está em permanente processo de mudança e também se constrói nos espaços que contêm códigos, sinais que conferem sentido e significado à própria história.

O espaço, composto por objetos e ações, está em constante transformação, e é inseparável da ação humana. Nele, há uma rede de relações que muda conforme o momento histórico. Para haver mudança, nem sempre precisa haver transformação do lugar ou dos

objetos, mas são os objetos e suas funções que se adaptam às exigências de dado momento. Nesse sentido, os objetos podem variar de significação em diferentes momentos históricos.

Para Santos (1999, p. 78), “há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre se criando uma nova geografia”. Portanto, pode-se dizer que a paisagem é algo materialmente concreto, é também algo que a visão do homem pode abarcar na sua relação com a natureza, pois o espaço é isso tudo, mais as redes humanas que dão vida, movimento e dinamismo ao lugar em que o homem vive.

Ainda com Santos (1999, p. 84), referindo-se ao espaço, “é ele, portanto, presente, porque passado e futuro”. Pode-se inferir, nesse aspecto, que o espaço está presente na memória da vida dos homens, pois ele é decorrente da própria ação humana que lhe dá vida e significado, conferindo-lhe história. Por isso, assim como a História humana, o espaço é o presente, o hoje, pois contém a trajetória das ações dos homens ao longo da existência, do passado, e também é o futuro pelas ações constantes e dinâmicas do processo ininterrupto da vida.

O espaço está relacionado com a memória, pois a maneira como o homem se organiza nele e como realiza suas ações constitui-se em herança cultural. As formas de viver, os hábitos aprendidos historicamente passam e renascem através das gerações. É isso tudo que constrói uma memória. Dessa forma, ao transformar o espaço através de suas ações, o homem registra nele suas marcas, dá sentido e significado à sua trajetória e assim constrói uma memória em que o individual e o coletivo se interconectam. O indivíduo precisa identificar-se

ao seu ambiente, à sua cidade; necessita que algo material sustente sua identidade e esse sentimento de pertença que perdura no tempo.

Nos depoimentos orais que contêm as lembranças de infâncias esse sentimento de pertença se manifesta, pois da mesma forma que na memória coletiva um grupo busca sentido na História, nos espaços da cidade, como integrantes de uma coletividade, confirmam sua memória por meio da memória do “outro”. Isso tudo, experienciado por um determinado grupo, dá sentido às coisas e ao mundo do indivíduo. Ao mesmo tempo, os espaços públicos que foram cenários das infâncias na cidade de Antônio Prado, proporcionando a possibilidade da construção de uma identidade coletiva, pertencem ao imaginário de cada indivíduo, tornando-se assim um *locus* particular na subjetividade de cada um. Dessa forma, tomando como exemplo um espaço público, como a praça da cidade, esse local não é o mesmo para cada cidadão, esse espaço é único na memória individual de cada sujeito, pode-se dizer que passa a ser a “minha praça”, e tem um caráter subjetivo e singular.

4.3 ANTÔNIO PRADO: A CIDADE COMO CENÁRIO

É o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento. (Hegel)

Apresento a cidade de Antônio Prado pensando no leitor como alguém que merece ser convidado a viajar, recebendo informações que o guiem por uma história que talvez desconheça, mas que se torna importante para sua inserção no *locus* desta pesquisa. Agora, de

forma simples e objetiva, apresento alguns momentos relevantes desde a chegada os primeiros imigrantes.

4.3.1 Do barracão à nova morada

Chegando no local da sede da colônia, os imigrantes italianos ficavam num alojamento provisório denominado barracão. Nesse local, as instalações eram precárias, pois ali apenas aguardavam a liberação dos lotes. A Comissão de Mediação de Terras concedia lotes para o recomeço da vida dos imigrantes. Recebendo o lote, dirigiam-se para o local onde grandes desafios os esperavam, pois a mata densa que constituía a paisagem requeria uma tarefa árdua que apenas se iniciava.

Num primeiro momento, chegando ao lote colonial, os colonos pensavam em abrigar-se do tempo e dos possíveis perigos; por isso construíram abrigos provisórios. Esses abrigos eram construções primitivas, com escavações em barrancos, utilizando galhos e ramos entrelaçados grosseiramente, lençóis amarrados como tenda. A prioridade era o cultivo agrícola, a obtenção da primeira safra. Então iniciaram o desbravamento da mata e o plantio das roças de milho e trigo. Enquanto aguardavam o resultado de seu trabalho nas roças, começaram a melhorar suas instalações.

4.3.2 Ciclo primitivo

Esse primeiro ciclo arquitetônico da imigração italiana consistiu de instalações primitivas desde as primeiras e provisórias moradias, que foram os abrigos “grosseiramente construídos”, às choupanas e palhoças, construídas enquanto aguardavam a produção agrícola. Roveda (2002, p. 28) relatou que eram “choupanas e palhoças construídas com troncos de coqueiros, xaxim, estacas amarradas com cipó e taquara tramada, taipas, cobertas com palhas, ramagens, samambaias”. Depois surgiram as cabanas, com previsão para acomodar a família do imigrante por um período de tempo maior, entre 10 a 20 anos. Essas construções foram feitas utilizando materiais como pedra e madeira, sendo cobertas com tabuinhas chamadas *scandole*.¹⁰

Esse ciclo se caracterizou pelo uso de madeira rachada ou serrada à mão, substituindo as construções provisórias. Neste período, as cozinhas eram construídas distantes da casa de dormir, pois utilizavam aquecimento feito por fogões primitivos de chão, chamados “focolare ou larin”. Construir a cozinha separadamente do restante da casa, unida por vezes por um corredor coberto, era uma medida de prevenir possíveis incêndios.

¹⁰ *Scandole* eram utilizadas para a cobertura das casas. Eram inicialmente, tabuinhas retiradas do pinheiro araucária. Essa madeira era cortada em toras curtas, e as tabuinhas, rachadas manualmente. Mediam de 50 a 60cm de comprimento e 20cm de largura com 1,5cm de espessura. No coberto, as tabuinhas eram fixadas em madeira e, sobrepostas umas às outras, em carreiras longitudinais, fechavam os espaços formando a cobertura que, geralmente com boa inclinação, estancava a água das chuvas.

4.3.3 Novo ciclo: o apogeu

Nesse novo período, as construções ganham novos materiais artesanais ou industrializados, por isso a madeira tanto pode ser utilizada artesanalmente como pode ser industrializada; há também o início das construções decoradas por lambrequins.¹¹

Mais tarde, as madeiras passam a ser serradas em serrarias, todas mantendo a mesma largura e mesmo comprimento, surgindo também as janelas envidraçadas e telhas de barro. Conforme surgiam novas possibilidades de aquecimento, a cozinha se aproximava da casa de dormir, até incorporar-se na mesma construção, em forma da meia-água ou corpo baixo. Também foi introduzida uma maior variedade de materiais, como tijolos, barro para o ajuntamento dos tijolos, pedras, surgindo construções mistas, geralmente construídas com alicerces, e o porão era de pedra.

A madeira abundante como matéria-prima, a mão-de-obra de carpinteiros experientes, com preço inferior aos pedreiros, favoreceram para que a maioria das edificações fosse em madeira.

¹¹ Lambrequins consistem em enfeites de madeira serrados por serra-fita, colocados em beirais, áreas e puxados para ornamentas e embelezar as construções.

4.3.4 A colônia de Antônio Prado

Anteriormente à chegada dos imigrantes no barracão da sede da colônia, Simão David de Oliveira, já havia penetrado nas terras da cidade, por volta de 1880. Esse pioneiro começou o plantio de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, pés de café, bananeiras, figueiras, ananazeiros. Simão e seu amigo construíram duas casas e cercaram suas terras. A picada que Simão percorreu desbravando o mato originou a primeira estrada do município o Passo do Simão, em homenagem a seu pioneiro.

Em 14 de maio de 1886, data oficial da fundação da Colônia Antônio Prado, com a denominação de Paese Novo de Conselheiro Antônio Prado, Ministro da Agricultura do Império, a colônia ficou pertencendo ao Município de Vacaria, sendo o quinto distrito desse município. Em 11 de fevereiro de 1899, Antônio Prado fica oficialmente separado do município de Vacaria, sendo o primeiro município criado pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, por meio do Decreto n. 220.

A colônia Antônio Prado oficialmente recebeu esse nome em homenagem ao então Ministro da Agricultura; porém, os imigrantes referiam-se ao local como *Paese Nuovo*; mais tarde, com a simpatia dos imigrantes, o local passa a ser conhecido como *Bel Paese* (Bela Cidade).



Figura 6. Colônia Antônio Prado, setembro de 1896. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.

Em 1º/7/1889, começa o processo para as primeiras eleições municipais. O Tenente Coronel da Guarda Nacional Inocêncio de Matos Miller foi nomeado pelo Presidente Borges de Medeiros o primeiro Intendente de Antônio Prado. O Intendente foi confirmado para mais um governo junto ao município em 1903. Naquele ano, Antônio Prado dividia-se em 18 Linhas, com 1.291 lotes agrícolas, dos quais 1.163 são habitados e cultivados. A população nesse período era constituída por 10.000 habitantes, sendo 85% de italianos.¹²

¹² Dados obtidos no livro de BARBOSA, Fidelis Dalcin.

4.3.5 Iniciando o século XX

Nas primeiras décadas do século XX, Antônio Prado crescia, e as construções em madeira transformavam a paisagem urbana e rural. Novas construções eram erguidas: igrejas, casas de comércio, colégios, hotéis, cinemas, cooperativas, capelas, campanários, capitéis, moinhos, pontes, galpões. As casas que surgiam mantinham a arquitetura das já existentes, ou seja, casas amplas para abrigar as famílias numerosas, geralmente de dois pisos, pois o térreo era destinado ao local de trabalho: lojas comerciais, ourivesarias, sapatarias, barbearias, cantinas, etc. O porão construído em pedra tinha condições apropriadas para preservação de certos produtos, como: salame, vinho, queijo, copa. No porão também ficavam guardados materiais de trabalho e ferramentas.

Barbosa, ao referir-se ao comércio da cidade, diz que “de 1900 a 1922 Antônio Prado era o celeiro da região. Duas dezenas de fortes casas comerciais abasteciam os municípios da campanha gaúcha e parte de Santa Catarina”. Naquela mesma época, era crescente o movimento nos hotéis, pois a cidade era conhecida por possuir os melhores hotéis de toda a região colonial italiana. O mesmo autor fornece em sua obra dados importantes para conhecer o desenvolvimento do município, informando que o movimento nos hotéis, em 1914, reunia “Caixeiros-viajantes: 420; excursionistas: 33 homens, 20 mulheres e 8 crianças; transeuntes: 542 homens; 67 mulheres e 49 crianças; num total de 1.139 pessoas”.

Nas duas primeiras décadas do século XX, devido ao comércio intenso da cidade, que só era superado pelo comércio de Caxias do Sul, Antônio Prado contava com cinco agências bancárias: Banco Pelotense, Banco da Província, Banco Popular do Rio Grande do

Sul, Banco Porto-Alegrense, Banco do Comércio e Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que começou a funcionar em 1930.

Barbosa refere-se ao desenvolvimento da indústria relatando:

Em 1914, existiam as indústrias: nove alfaiatarias, 16 sapatarias, 2 chapelarias, 4 funilarias, 2 ourivesarias, 1 padaria, 12 ferrarias, 3 oficinas, 2 olarias, 7 curtumes, 7 selarias, 18 alambiques, 7 barbaquás, 4 cervejarias, 2 queijarias, 1 serraria hidráulica, 4 serrarias a vapor, 1 cordoaria de linho, 1 salsicharia, 19 moinhos hidráulicos, 2 moinhos a vapor, 2 fábricas de pólvora e foguetes, 1 vimeiro e 2 fábricas de móveis (1980, p. 120).

Neste período de intenso desenvolvimento, Antônio Prado contava com indústrias, cooperativas, jornal,¹³ clubes,¹⁴ grupos de teatro,¹⁵ cinemas, agência postal e telegráfica.¹⁶

4.3.6 Os primeiros conflitos e o isolamento

Antônio Prado estava no apogeu de seu desenvolvimento, porém precisava superar uma grande necessidade que era transpor o rio das Antas, pois isso o ligaria ao município de Flores da Cunha, a Caxias do Sul e à capital do estado, Porto Alegre. Com a indústria em pleno crescimento, havia a necessidade urgente de escoar mercadorias com maior segurança. A população e o poder público solicitavam junto ao governo do estado uma ponte. A primeira e sonhada tentativa foi interrompida quando forças políticas desviaram a construção da ponte

¹³ O primeiro jornal de Antônio Prado denominava-se *O Pradense*. Foi fundado em 21 de novembro de 1916 por José M. Acaun e Alexandre Ramos.

¹⁴ Clube União foi fundado em 30 de julho de 1911.

¹⁵ A cidade contava com excelente movimento teatral com os grupos: Teatral Pradense e o da família Bragaglia.

¹⁶ A Agência Postal foi criada e instalada em 1891, a Estação Telegráfica foi instalada em 1896.

prometida para o rio das Antas para o Passo do Korf, em Caxias do Sul. Inocência de Mattos Miller iniciou, em 1911, a construção de uma nova estrada para ligar o município ao rio das Antas. A obra ficou concluída em 1918; no entanto, a sonhada ponte que os pradenses esperaram por décadas só se daria como obra concluída em 2 de junho de 1968.

Outro conflito que repercutiu negativamente para o desenvolvimento de Antônio Prado, foi o lamentável incidente ocorrido em 1936, que banharia de tristeza o município. Os colonos protestavam contra o aumento dos impostos, em frente ao prédio da Prefeitura, na Praça Garibaldi situada no centro da cidade. Um confronto armado resultou em quatro mortos e feridos, entre eles o Delegado de polícia Armindo Cesa, que foi assassinado com apenas 24 anos. Esse fato invadiu de medo a população pradense, desencadeando um êxodo rural, bem como a saída de muitos pradenses em busca de outras terras.

4.4 A VIDA NOS ESPAÇOS, OS ESPAÇOS DE VIDA

É importante, nesse momento, conhecer um pouco da história dos lugares citados pelos depoentes, que alteraram-se como o passar do tempo, com as necessidades e com a própria dinâmica da vida da cidade. Nossa vida é permeada de passado, que se manifesta em gestos simples e cotidianos, que garantem que certas tradições, certas formas de fazer tarefas do dia-a-dia passem de geração para geração. Aprendemos com nossos antepassados modos de cultivar a terra, produzir alimentos, plantar flores, arrumar a casa, falar, sorrir e certas expressões peculiares, que identificam pessoas que foram significativas para nós.

Neste trabalho, através das lembranças dos depoentes que transformaram os espaços da cidade de Antônio Prado em imagens compartilhadas, o espaço-tempo diluiu-se pela arte do narrador, tornando possível ao ouvinte espaços e vivências. Por meio das narrativas compartilhamos “um imaginário” construído na relação do narrador e pesquisador, surgindo imagens possíveis pela narrativa. Agora, um pouco de história desses lugares de memória que surgiram nos depoimentos como constitutivos da própria vida.

4.4.1 Gruta Nossa Senhora de Lourdes

A Festa da Gruta é organizada por uma equipe sempre renovada de pessoas da comunidade, o que já é uma tradição que nasceu com a própria história da festa. Na oportunidade da festa de fevereiro de 2002, tendo eu a responsabilidade de fazer parte da equipe de festeiros que organizariam a festa, sugeri um novo modo de ser uma colaboradora, inovando em alguns aspectos. Dessa forma, surgiu pela primeira vez, no espaço da festa, no pavilhão para a parte gastronômica, a idéia de fazer uma mostra fotográfica com registros de momentos vividos pela comunidade.

Foi por meio dessa iniciativa que realizamos, eu como organizadora, com a colaboração do Círculo Cultural Ítalo-Brasileiro de Antônio Prado – Projeto Memória, uma mostra fotográfica. Um fato novo surpreendeu os visitantes, bem como os organizadores da mostra, isto é, que por meio do relato oral realizado com Valdemar Empinotti, ficaram conhecendo a origem da primeira gruta construída pelos imigrantes italianos e que ainda sobrevive na paisagem local. A maioria das pessoas que visitou a mostra fotográfica nunca

tinha ouvido falar da primeira gruta, conhecia a história a partir do local que visita hoje. A primeira gruta está preservada por alguns moradores e situa-se próxima à gruta atual, desconhecida dos próprios moradores da cidade e não faz parte da visitação turística.

A busca por um lugar para a construção de um santuário, em honra à Nossa Senhora de Lourdes, teve início no século XX pelos imigrantes italianos que colonizaram a cidade de Antônio Prado. A construção de uma grutinha no alto do morro, toda em pedra, iniciaria por volta de 1910, em terreno pertencente ao Padre José Benini, que mais tarde o doou para a Igreja.

A construção da grutinha em honra à Nossa Senhora de Lourdes é um dos testemunhos de fé e da religiosidade do povo pradense, que construiu, também, em diversos locais do município, capitéis, capelas e grutas em honra a seus santos de devoção.

Por volta de 1930, houve grande manifestação do povo pradense para a escolha de um novo local que abrigasse a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, devido a algumas dificuldades apresentadas pelo antigo terreno, pois no local era difícil o acesso de água, indispensável para os cultos religiosos. Um novo lugar foi designado para abrigar a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, sendo mais próximo da sede e com água em abundância. A preparação do novo local, bem como a construção da gruta, contou com a participação comunitária cujas pessoas, voluntariamente, doaram seu trabalho para a concretização desse objetivo.

A imagem da santa foi transferida da grutinha para a nova gruta, em procissão religiosa no dia 11 de fevereiro de 1931. Na ocasião da inauguração da nova gruta, houve

grande festa religiosa com distribuição de doces para as pessoas presentes. No ano seguinte, em 1932, foi organizada a Primeira Festa da Gruta, que chega em 2005 na sua 75ª edição.

A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes fica situada na zona urbana de Antônio Prado, num morro de 900m de altitude, tendo uma rica vegetação natural e fonte de água cristalina.



Figura 7. Primeira Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Antônio Prado.

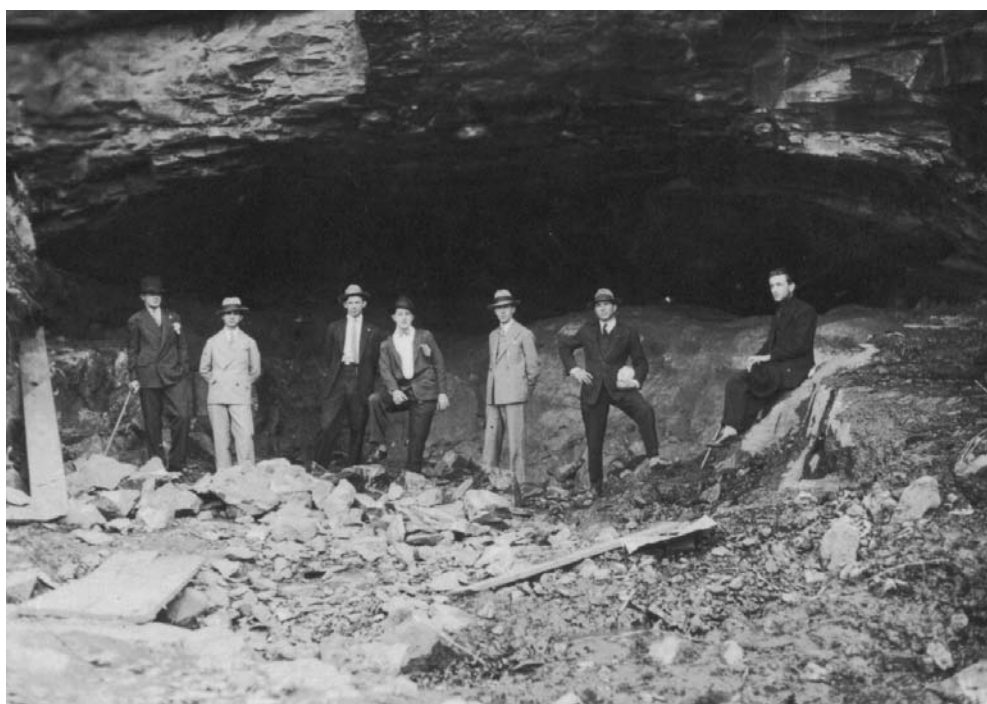


Figura 8. Construção Gruta Nossa Senhora de Lourdes, década de 1930. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda

4.4.2 Igreja do Sagrado Coração de Jesus

A primeira igreja de Antônio Prado foi construída em madeira, em 1888, numa área de 2500m², tendo como padroeira Nossa Senhora do Rosário. Antes de haver esse estabelecimento, os cultos religiosos eram realizados no barracão, local construído pelo governo para abrigar os imigrantes recém-chegados. A construção da Igreja Matriz iniciou em 1891 e foi concluída em 1897. Naquela época, o responsável pelos serviços oficiais religiosos na comunidade era Alexandre Pellegrini, que mudou o padroeiro da Igreja Matriz para Sagrado Coração de Jesus. Depois, chegou em Antônio Prado o padre Cármine Fasulo, e a igreja foi reformada, sendo que em 31 de maio de 1900, passa à categoria de Paróquia. Em 1911, chegaram na cidade três sinos vindos de Verona – Itália, pesando 464, 640 e 890 quilos, respectivamente. No ano seguinte, o campanário foi erguido. Entre os anos de 1924 e 1926, a igreja é novamente reconstruída, sendo que, nesse período, o vigário era o Padre José Benini. Mais tarde, uma última reforma foi realizada para a construção da atual escadaria.

Desde a vinda dos primeiros imigrantes da Itália, os cultos e as celebrações religiosas acontecem na frente da Igreja Matriz, sendo que, em épocas passadas, o movimento em cultos religiosos era intenso.



Figura 9. Construção Igreja Matriz – Praça Graigaldi, década de 1890. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.



Figura 10. Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, 2000. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.

4.4.3 A Praça Garibaldi

Na praça antiga havia plátanos, e o embelezamento foi realizado pelos primeiros imigrantes. No terreno foi respeitada a topografia do local; por isso, em determinado lugar, havia uma escadaria para se chegar ao jardim. No jardim antigo, o relevo foi deixado ao natural, percebendo-se irregularidades com subidas e descidas, com acessos feitos por degraus. Na praça havia lugar para brincadeiras das crianças, para o namoro dos jovens, para os passeios, para comemorações cívicas e religiosas.

Vários depoentes citaram a praça da cidade como um lugar de encontros, brincadeiras, passeios, namoro. Leonor Ana disse: “Eu adorava ir na praça, na frente da igreja tinha mandolato pra vender.”

Maria Craves relatou, a respeito da praça antiga, dizendo que “a pracinha lá em cima, que agora tem a praça, primeiro era um tipo de muro, que tinha uma cerquinha, ali era bom”.

Alzira relatou suas lembranças da praça antiga assim: “Lá no jardim antigo era muito bonito. A gente ia lá brincar de se esconder.”

João Carlos relatou suas lembranças da praça antiga, dizendo: “Eu lembro, o único lugar bom que tinha naquele tempo era a praça. Ali tinha um campo de futebol.”

Destaquei apenas algumas falas de depoentes que relembram com saudade a praça antiga; outras lembranças surgiram no momento das filmagens, nas quais os depoentes narravam o espaço da praça antiga como *locus* de memórias afetivas.

A praça foi totalmente reconstruída pelo prefeito Cláudio Polycarpo Bocchese, que administrou a cidade de 1960 até 1963, com apoio do Legislativo. O prefeito foi conhecido na história como o “Prefeito Urbanista”, por essa obra realizada na praça, bem como pela pavimentação das principais ruas.

Barbosa (1980, p. 76) argumenta: “Orientado por exímio paisagista alemão, arrancou os velhos plátanos quase centenários da praça, derrubou o antigo e deselegante muralhão que sustentava aquele logradouro público e deu à cidade um dos aspectos paisagísticos mais lindos de todo o interior do Estado.”



Figura 11. Praça Garibaldi de Antônio Prado, 1930. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.



Figura 12. Aquarela – Praça Antiga. Autora Isabela Roveda Stimamiglio, 2005.

4.4.4 As escolas

Na pesquisa, por meio das lembranças evocadas em relação ao ensino, as escolas citadas foram: Irmãs de São José, Escola Marista a escola pública Grupo Escolar Professor Ulisses Cabral. Os depoentes que residiam no interior do município não informaram o nome das escolas municipais em que estudaram, referiam-se apenas “a escolinha”.

Dessa forma, é oportuno esclarecer que o ensino particular e público já existia em Antônio Prado, quando o município ainda era Colônia Antônio Prado. A primeira professora que desenvolveu atividades de ensino foi Genoveva Scotti. Durante a implantação da Colônia Antônio Prado, não havendo professores nem escola pública, abriu uma escola particular em que ministrava aulas em língua italiana. Em 1890, começou a funcionar na sede da colônia a primeira escola pública. As primeiras escolas públicas do interior do município surgiram ainda quando Antônio Prado pertencia ao município de Vacaria. Em 1912, já existiam três escolas estaduais e várias escolas municipais.

Escola São José

O padre Cármine Fasulo, Pároco de Antônio Prado, solicitou a vinda de religiosas que se dedicassem à educação na cidade. Por isso, em 10 de novembro de 1900, chegavam na cidade quatro religiosas da Congregação de São José. Essas religiosas viajaram dois dias a cavalo, de Garibaldi até Antônio Prado. As irmãs pioneiras foram: Madre Maria Azélia, Irmã Vitória, Irmã Paula e Irmã Francisca.

Na chegada das religiosas, o povo as saudou com velas acesas nas mãos, ajoelhando-se na margem da estrada. Quando chegaram na Igreja Matriz, os sinos soaram e houve celebração religiosa. As Irmãs ficaram instaladas na antiga casa paroquial, pois as obras de construção do prédio onde ficaria a escola ainda não haviam sido concluídas.

O prédio onde funcionou o primeiro colégio das Irmãs de São José era um imenso casarão de madeira, sendo que, em 26 de novembro de 1900, iniciavam as atividades na escola com 160 alunos e, em 1913, já havia 303 alunos.

O padre Ernesto Mânica teve a iniciativa de idealizar a construção de um novo prédio escolar para as Irmãs em 1949. Esse novo prédio era todo em alvenaria e, com o fechamento da Escola São José em Antônio Prado, na década de 80, o prédio hoje abriga a Escola Estadual de Primeiro Grau Irmão Irineu.

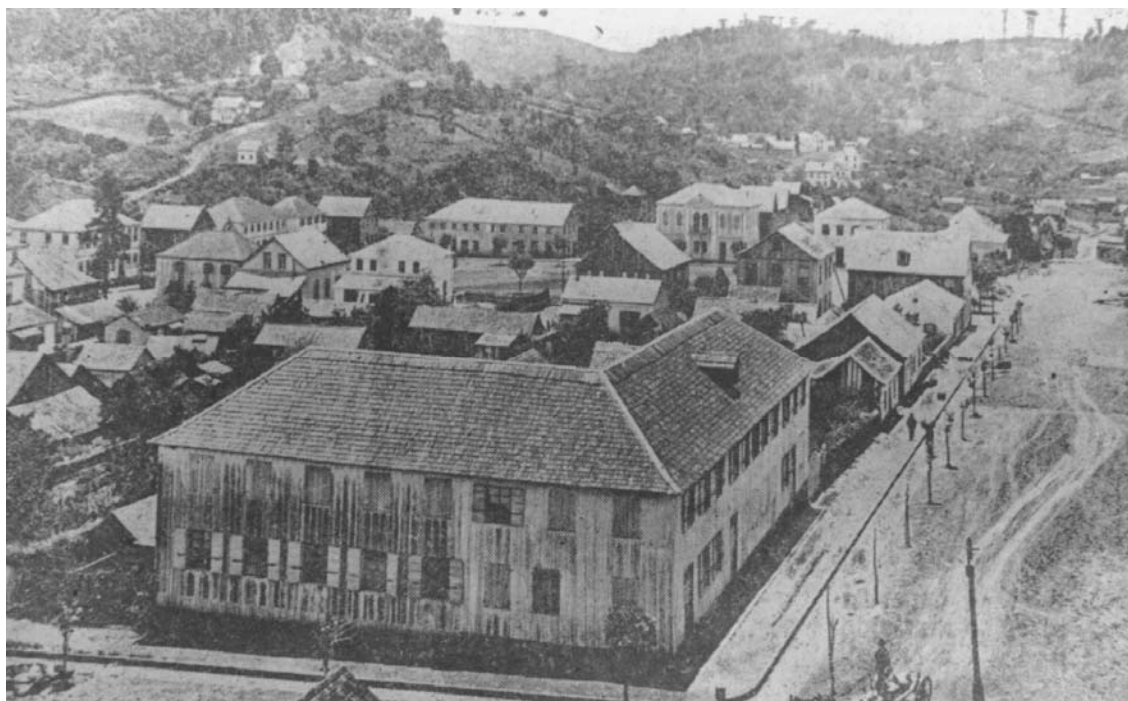


Figura 12. Vista panorâmica cidade de Antônio Prado, 1926. Primeiro plano Colégio São José. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.

Escola Marista

Os primeiros Irmãos Maristas chegaram em Antônio Prado no dia 13 de janeiro de 1920 e ficaram hospedados por vários meses na Sociedade de Mútuo Socorro, até o término das instalações do prédio construído para o colégio. Os irmãos Edmundo Ernesto (diretor), Pedro Luís, Henrique Suso e Armânico chegaram na cidade depois de seis anos de tentativas sem sucesso dos responsáveis locais, que reivindicavam uma educação direcionada aos meninos. Até essa época, os meninos eram atendidos na Escola São José, freqüentando-a até a Primeira Eucaristia.

O primeiro prédio do colégio era todo em madeira, iniciando suas atividades com 68 alunos matriculados. Mais tarde, na década de 50, foi construída uma nova escola em alvenaria no mesmo terreno e próximo ao prédio antigo. Os Irmãos Maristas dedicaram 55 anos à educação em Antônio Prado.

Grupo Escolar Professor Ulisses Cabral

Esse foi o primeiro grupo escolar do município, construído durante a administração do Intendente Caetano Reginato, em 25 de fevereiro de 1926. Seu funcionamento iniciou em 29 de abril de 1926, tendo como diretor o professor Fialho de Vargas. A escola iniciou em prédio alugado, no lugar onde mais tarde foi construído o Hospital Oswaldo Hampe, logo após foi transferido para um prédio do local, o da Biblioteca Municipal. Mais tarde ainda, foi

transferido para o prédio da Churrascaria Aver (hoje prédio do Banco do Brasil). A escola finalmente teve prédio próprio em 7 de setembro de 1942, local onde ainda hoje funciona. A escola recebeu esse nome em homenagem ao professor Ulisses José da Costa Cabral, nascido em Porto Alegre, em 24 de setembro de 1885, fundador do Ateneu Brasileiro, importante estabelecimento de ensino, sendo mais tarde vice-diretor do Ginásio Júlio de Castilhos. Hoje, no mesmo local, funciona a Escola de Primeiro e Segundo Grau Professor Ulisses Cabral.

4.4.5 Rio Leão

O rio Leão foi lembrado pelos depoentes como um lugar de lazer, pescaria, de brincadeiras, de piqueniques, encontros de amigos e famílias. Nos fins de semana, era um lugar procurado pelos pradenses.

Leonilda relatou dizendo que “tinha uma cascata muito bonita [...]. Eu acho que quem mais pescava lá era meu pai”.

Barbosa (1980, p. 154), relata sobre o rio Leão:

O Leão, que nasce no distrito vacariano de Ipê, banha a cidade, oferecendo um belo espetáculo com seu cachoeirão, cascatas e furnas. Infelizmente, o progresso com sua industrialização, poluindo suas águas, outrora límpidas e saudáveis, destruiu um dos mais atraentes recantos da cidade, acabando com o divertimento da natação, dos banhos, das pescarias. Durante muitos anos, o rio Leão movimentou vários moinhos pioneiros.



Figura 13. Rio Leão de Antônio Prado, década de 1960. Mostra Fotográfica Memórias e Subjetividades, 2004.

4.4.6 Clube União

O Clube União foi fundado em 30 de julho de 1911, na casa de Ernesto Dotti. Em 1923, foi inaugurada a sede antiga, com terreno próprio. Essa construção era toda em madeira, com vários andares, toda decorada, por lambrequins. Durante muitos anos, o Clube União mantinha um cinema operado por Calvino Palombini. No local, dentre outras atividades acontecia jantares, festas de casamentos, bailes de carnavais. O baile de aniversário do Clube União, era um acontecimento importante já que comemorava sua fundação.



Figura 14. Clube União de Antônio Prado, carnaval de 1925. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.

4.4.7 Cinemas

Em Antônio Prado, a paixão pela Sétima Arte foi uma herança cultural trazida pelos imigrantes italianos. Em 1912, a cidade contava com o primeiro cinema, Cinema Familiar do Clube Gaúcho, de José Antoniutti. No Clube União, o cinema iniciaria em 1928. Com o incidente em 1936, o cinema do Clube União encerrou suas atividades, voltando a reabrir mais tarde. Naquele momento, a cidade desfrutava de dois espaços cinematográficos de excelente qualidade. As propagandas para exibições dos filmes eram feitas nos postes das ruas. Havia uma disputa por público, com grande quantidade de propaganda e filmes de qualidade.

Mais tarde, nas décadas de 40 e 50, surgia o Cine Rex, na mesma construção do Bar Rex, no centro da cidade; mais tarde, foi designado Cine Nordeste. Ainda no mesmo local o Cine Nordeste passou a funcionar com o nome de Centro Cultural Pradense.



Figura 15. Cine Rex Antônio Prado, década de 1940. Acervo Projeto Memória Fernando Roveda.

5 INFÂNCIA – CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Fazendo referência à sociedade capitalista moderna, torna-se interessante abordar as reflexões de Tonucci, que traz questões pertinentes à infância e ao espaço da cidade, para viver a própria experiência da infância. A partir de sua obra *La ciudad de los niños*, é possível fazer reflexões relevantes para a compreensão do espaço da infância, hoje em contextos urbanos. As crianças, assim como os idosos, estão fora do mercado de trabalho, à margem do setor produtivo. Esse fato, ou seja, ser produtivo, é o principal objetivo de uma sociedade capitalista que visa ao lucro, daí por que as crianças e os idosos não serem ouvidos ou respeitados como cidadãos.

A cidade é de quem produz, é do ritmo do trabalho, do horário do banco, do transporte, do comércio e da indústria. A criança, porém, vai na contramão do tempo do adulto. Ela tem seu tempo, seu ritmo, seu encantamento determinado por sua curiosidade e por suas necessidades de descoberta do mundo. Podem ser observados os diferentes ritmos de vida dos adultos e das crianças ao vê-los movimentarem-se pelas ruas das cidades. Os adultos andam apressadamente no tempo do relógio, dos compromissos, dos deveres, enquanto as crianças, observadoras, curiosas, são praticamente arrastadas por seus acompanhantes.

Torna-se importante citar novamente Tonucci, já que ele aborda e questiona a cidade, o espaço da criança na cidade, quase uma utopia em época como a nossa.

Qual foi o espaço da infância em Antônio Prado? Ou ainda, qual é atualmente o espaço da criança em Antônio Prado?

Nossa cidade, embora com características de uma cidade do interior, isto é, pequena, com clima agradável, paisagens naturais, rica em vegetação, seguiu o curso natural do desenvolvimento industrial tradicional, o que significa que o processo de industrialização atingiu todas as cidades, restringindo os espaços para de convivência e lazer.

Hoje, Antônio Prado tem trânsito movimentado, circulação de transportes urbanos, rotina de trabalho como qualquer cidade. Vivemos também as conseqüências do processo de globalização e a dialética permanente entre o global e o local.

De acordo com Tonucci (1997, p. 23), “la ciudad ha perdido su vida. La ciudad se ha convertido en el bosque de nuestros cuentos”. Torna-se interessante essa relação que faz representar a cidade como o “bosque” das histórias infantis da nossa infância, com seus perigos, suas ameaças e sua violência. De acordo com esse autor, a criança tem cada vez menos espaço para viver a infância, as fantasias próprias dessa idade e suas próprias experiências com prazer e autonomia

A pesquisa realizada teve como cenário a cidade de Antônio Prado. Nesse espaço geográfico, vários lugares foram citados nos relatos dos depoentes, ao narrarem as histórias orais temáticas sobre suas memórias de infância. Por isso, esses mesmos lugares tornaram-se fundamentais para a análise e interpretação dos dados, bem como para a compreensão do espaço-tempo como constitutivo da própria trajetória humana. Neste trabalho de pesquisa, procurou-se tecer relações entre as múltiplas infâncias e estabelecer a inter-relação com os lugares, os espaços onde essas infâncias constituíram-se.

O tema da infância abrange não apenas a história do próprio transcorrer da vida do homem em diferentes épocas, mas também o processo sociocultural que passa pelas ciências filosóficas, sociais, antropológicas, dentre outras. Quando se faz referência à infância, contextualiza-se o homem na sociedade, e dele o seu trabalho, o uso de técnicas, o tipo de família, a relação com o espaço, enfim, a maneira de organizar sua vida, pois todos esses aspectos também significam ou simbolizam a organização do próprio espaço.

A vida humana se dá no espaço e no tempo e, para melhor compreendê-la, precisamos situá-la nessas dimensões, porquanto elas sinalizam para a própria história do homem. Nos relatos dos depoentes, as memórias foram tecidas e entrelaçadas com os lugares, os espaços de vida, confirmando que a história se dá num espaço-tempo e é indissociável do próprio homem. Nessa mesma linha de pensamento, argumenta Santos:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação é epistemológica e totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em percurso, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas. (1999, p. 44).

Dessa forma, referi-me à organização material e ao surgimento das cidades; portanto, estas também fazem parte da trajetória humana, do processo que está em constante realização e mutação no espaço e no tempo, tal o dinamismo e o movimento da existência.

É a partir de inúmeros textos e de bibliografia reconhecida que abordam a história da filosofia, do pensamento humano, que as idéias acerca do mundo e do próprio homem transformam-se no decorrer da História da humanidade, podendo-se constatar essas

transformações nos mais variados campos da expressão humana, tanto nas ciências, de modo geral, quanto na literatura, nas artes, etc., de modo particular.

Sobre o tema *infância*, vários filósofos contribuíram de maneira indagadora e problematizadora, e foram responsáveis por teorias que se tornaram indispensáveis para a busca de novas questões, de ruptura de padrões e de verdades de pensamento até então admitidos como absolutos no contexto histórico em que viviam. Kohan (2003, p. 22) considera que “a história das idéias, dos pensamentos e das mentalidades está cheia de continuidades e descontinuidades”. Dessa forma, cada pensador e filósofo contribuíram e ainda contribuem para que a compreensão do mundo e do homem seja vista como um processo dinâmico e contínuo na busca constante de conhecer-se e conhecer o mundo.

Dentro da história dos pensadores, não se pode estudar o tema da *infância*, compreendendo a criança no processo histórico, sem validar as importantes contribuições de Platão, Sócrates, Comenius, Rousseau, Durkheim, Hegel, Marx, Ariès, Foucault, dentre tantos outros, bem como, para compreender a história da educação de crianças pequenas, sem citar Pestalozzi, Froebel, Montessori, Piaget, Wallon e Vygotsky.

Este texto não pretende retomar as concepções de infância sob o ponto de vista histórico, pois pode-se correr o risco de tornar-se reducionista dentro da complexidade de fatores a serem considerados. Entretanto, tais concepções não serão desqualificadas; ao contrário, as concepções históricas serão pontuadas de maneira breve, para poder elucidar as transformações ocorridas ao longo da História humana.

Kohan, citando os estudos de Ariès, afirma:

Segundo essa tese, em um longo período que vai até um momento difuso entre os séculos XVII e XVIII, aqueles a quem hoje chamamos de crianças eram adultos menores ou em menor escala de tamanho. Essa afirmação se vê corroborada pelos produtos culturais da época. Até o século XVIII, a arte medieval desconhecia a infância. Gradualmente as obras artísticas incluem cada vez mais quem hoje chamamos de crianças, retratadas como pequenos adultos, adultos, “em miniatura”. (2003, p. 64).

Dessa forma, podemos considerar que, em uma determinada parte da História da humanidade, as crianças não eram consideradas sujeitos; ao contrário, eram vistas como seres incompletos por não serem adultos. Além disso, como havia um alto nível de mortalidade, não eram feitos investimentos nas novas vidas que surgiam. As crianças eram abandonadas, a maioria delas era morta antes de crescer.

A partir de Corazza:

As crianças são as grandes ausentes da história simplesmente porque, no chamado “passado – da Antiguidade à Idade Média” –, não existia esse objeto discursivo a que hoje chamamos “infância”, nem essa figura social e cultural chamada “criança”, já que o dispositivo de infantilidade não operava para, especificamente, criar “o infantil”, embora já maquinasse como máquina, que vinha operativamente funcionando. (2002, p. 81).

As lembranças de infâncias vividas há algumas décadas se distanciam das que são vividas hoje. Essas diferenças foram, muitas vezes, assinaladas nos relatos orais dos depoentes. Nesse sentido, as contribuições de Ariès, em sua obra *História social da criança e da família*, indicam vários aspectos do cenário da infância e suas transformações no decorrer

da História, o que permite lançar um olhar mais objetivo sobre a infância de ontem e de hoje na humanidade.

Bujes escreve referindo-se ao mérito de Ariès:

O mérito de Ariès, em que pese as críticas que lhe possam ser feitas, está em mostrar que mudaram as atitudes e os sentimentos diante das crianças e que tais mudanças acabaram por se incorporar às mentalidades, fazendo emergir um conceito de infância que se consolidou por volta do século XVII e que vai influir, a partir do século seguinte, mais especialmente, para dar a essa fase da vida humana um destaque até aí jamais alcançado. (2000, p. 27).

Portanto, Ariès foi contestado por afirmar que o sentimento em relação à infância começa a nascer com a Modernidade. Para outros intelectuais estudiosos desse tema, a idéia de que, na Idade Média e na Renascença, a infância e a adolescência eram desconsideradas não é aceita totalmente.

A partir desse quadro, é interessante fazer referência ao espírito lúdico no decorrer da História, pois a ludicidade, em algumas épocas, fazia parte da própria vida, não havendo distinção entre adultos e crianças. Assim, será feita uma breve retomada do aspecto lúdico ao longo da civilização. Conforme Huizinga, referindo-se ao lúdico:

O espírito de competição lúdica, enquanto impulso social, é mais antigo que a cultura, e a própria vida está toda penetrada por ele, como por um verdadeiro fermento. O ritual teve origem no jogo sagrado, a poesia nasceu do jogo e dele se nutriu, a música e a dança eram puro jogo [...]. Daí se conclui necessariamente que em suas fases primitivas a cultura é um jogo. Não quer isto dizer que ela nasça do jogo, como um recém-nascido se separa do corpo da mãe. Ela surge no jogo, e enquanto jogo, para nunca mais perder esse caráter. (2000, p. 193).

Portanto, o espírito lúdico faz parte da cultura humana. Ao longo do tempo, porém, decorrente de muitas mudanças constituídas na forma de viver da civilização humana, seu conceito se transformou. Na Antiguidade, por exemplo, na cultura romana, havia celebração de rituais de prosperidade. Huizinga (2000) relata a necessidade dos jogos na Roma antiga como ato sagrado e um direito do povo igualmente sagrado. Os jogos têm características de rituais religiosos. O povo romano torna-se um espectador que deve ser agradado, que tem poder de decisão. Na “polis” romana há o espaço do anfiteatro, do circo, por isso, do teatro, do imaginário, do simbólico.

Sobre o espírito lúdico na Grécia, afirma Brougère (1998, p. 41): “Os jogos – paidia – constituem a mola fundamental da educação – paidéia – que, na Grécia, não se limita à infância, mas prossegue durante toda a vida. É nos jogos, concursos e festas que o indivíduo adquire a virtude e recebe a forma conveniente.” Percebe-se, portanto, que o espírito lúdico, em Roma e na Grécia difere na sua concepção, considerando-se que a intenção do jogo ocorre de maneira diferente. O jogo na Grécia, o concurso, é uma forma de participação social.

Conforme Ariès:

Não pretendo concluir que as crianças pequenas de outrora não brincavam com bonecas ou com réplicas dos objetos dos adultos. Mas elas não eram as únicas a se servir dessas réplicas. Aquilo que na idade moderna se tornaria seu monopólio ainda era partilhado na Antiguidade, ao menos com os mortos. Essa ambigüidade da boneca e da réplica persistiria durante a Idade Média, por mais tempo ainda no campo: a boneca era também o perigoso instrumento do feiticeiro e do bruxo. (1981, p. 48).

Nesse sentido, a representação das coisas e das pessoas, através de réplicas em miniaturas, era resultado da arte, em confecções artesanais que envolviam os adultos da

mesma forma que distraía as crianças. Na sociedade antiga, as brincadeiras e os jogos aconteciam principalmente nas festas e envolviam toda a sociedade: crianças, jovens e adultos participavam com igualdade, com o intuito de unir e fortalecer laços coletivos.

Também da mesma forma a dança, a música e o teatro sempre estiveram relacionados aos pensamentos filosóficos de um determinado período histórico, e seu acesso era marcado pela diferenciação social. Crianças burguesas tinham acesso à música desde muito cedo. Os próprios brinquedos das crianças representavam o quotidiano da vida: cavalo de pau, boneca, marionetes, cata-ventos, arcos... Esses brinquedos imitavam o trabalho e o viver adulto.

Na Idade Média, segundo Huizinga (2000), “a vida medieval estava saturada de jogo”. A Idade Média herdou da Antiguidade clássica sua forma cultural em diversos domínios da vida humana, porém existiu algo novo assimilado. Sobre isso, Kishimoto (2002) diz que, na Idade Média, o jogo era considerado não-sério, pela associação feita aos jogos de azar praticados na época.

Portanto, na Idade Média, apesar de iniciar uma divisão social da cidade, existia um ideal de igualdade. Os espaços da cidade eram espaços sociais partilhados. O espírito lúdico invadia a vida da cidade. Conforme Ariès (1981), as crianças brincavam nas aldeias e nas ruas das cidades. O modo de vida dessa época não separava crianças e adultos, pois viviam de maneira semelhante no trabalho, nas brincadeiras e na vestimenta.

Fazendo referência ao modo de vida na França no século XVIII, Darnton (1996) relata que as dificuldades eram imensas nos mais variados aspectos da vida cotidiana. O povo

convivia com miséria, doenças, pragas, técnicas rudimentares no cultivo da agricultura, falta de condições de moradia, enfim, lutavam pela sobrevivência diariamente.

O autor referido faz uma análise dos contos utilizados pelos camponeses na época, que tinham origem na tradição oral e eram passados por meio da oralidade às gerações. Esses contos infantis relatam histórias que, na visão atual da modernidade, parecem cruéis, mas que, de certa forma, demonstravam a forma de pensar e viver daquela época. Nesses relatos orais, os contos populares são documentos históricos, que retratam um mundo “de brutalidade nua e crua”.

O conteúdo dos contos interessa para essa pesquisa na medida em que relata a forma de pensar, de viver de uma época. Nesses contos transparece a luta pela sobrevivência, com narrativas de incesto, miséria, abandono da criança à própria sorte, morte de crianças ainda pequenas. Por meio dos contos é possível ainda considerar o “não lugar da infância”, em um período da História da humanidade.

Quando vemos a infância como uma construção histórico-social, constatamos que podemos compreendê-la através de muitos fatores. Analisando, por exemplo, como se constituiu o traje das crianças ao longo da História, compreende-se que a criança viveu de maneira diferente em cada momento histórico, por isso vestia-se também de acordo com as concepções de criança tidas em cada época. As crianças, que eram consideradas adultos “em miniatura”, vestiam-se semelhantemente aos adultos. Quando houve mudança nesse aspecto, foram os meninos os primeiros a serem percebidos como diferentes e, então, um novo sentimento em relação à infância começou a surgir, já que as meninas ficaram mais tempo confundidas com adultos.

Além da diferença de gênero, a literatura também refere as diferenças de classe social, ou seja, as famílias burguesas ou nobres viviam muito bem e, por isso, vestiam seus filhos diferentemente das crianças do povo.

Nesse sentido, afirma Kishimoto (1998, p. 65): “Tal concepção de jogo está relacionada à nova percepção da infância que começa a contituir-se no Renascimento: a criança dotada de valor positivo, de uma natureza boa, que se expressa espontaneamente por meio do jogo, perspectiva que irá fixar-se com o Romantismo.”

Na época do Renascimento, o espírito lúdico manifestou-se nas artes, na arquitetura, através de um jogo cultural que busca beleza, nobreza da forma e valorização do homem. Kishimoto (2002) refere que a brincadeira é vista como conduta livre, usada como instrumento de aprendizagem, pois está associada ao desenvolvimento da inteligência. No Humanismo, o lúdico aparece na forma de expressão da arte barroca.

Portanto, é no Romantismo que a criança ganha um novo lugar, e o jogo passa a fazer parte da infância e da educação. A infância, a partir desse momento histórico, torna-se uma categoria social. No Romantismo do século XVIII, ocorre uma busca idealizada de retorno à natureza. Huizinga (2000) relata o reconhecimento dessa época pelo elevado nível da arte, expresso nas artes plásticas, na arquitetura e na música.

Como este texto refere-se à infância como construção histórico-social, pontuaremos o século XVIII, no Romantismo, foi a época da História em que aparece um novo sentimento em relação à infância.

Assim, a infância passa a ser vista com um novo olhar, não mais poderá ser renegada, esquecida, porque lhe é atribuído um valor de perfeição, que será perdido ao longo do tempo. A criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura, para ser considerada um adulto em “germinação”. Novas idéias surgem em relação à educação e ao jogo da criança.

Torna-se interessante fazer uma relação entre o artista romântico do século XVIII e os novos sentimentos em relação à criança. Nesse período da História, há uma volta ao natural, ao arcaico, ao original, ao verdadeiro. A criança passa a ser vista de forma positiva, relacionada a essa busca idealizada da nova forma de viver. O jogo passa a ser uma forma de expressão da criança. Com Kishimoto (2002), a criança, no Romantismo, passa a ser vista como um “ser que imita e brinca, dotada de espontaneidade e liberdade”. Dessa forma, os educadores passam a considerar o jogo como conduta espontânea e o relacionam à educação, principalmente à educação da primeira infância.

Brougère refere:

O romântico deve preservar essa alma de criança que lhe dá acesso ao poético, à totalidade, à verdade. Daí o desenvolvimento de gêneros literários ligados à infância [...] O poeta pode se fazer o porta-voz da criança, dizer o que ela é assim como a criança, reciprocamente é uma imagem do poeta, e seu jogo espelho da poesia. (1998, p. 72).

A idéia da construção social da infância está intimamente ligada ao surgimento da modernidade, das instituições escolares sob a responsabilidade do Estado. Há uma modificação nos modelos de organização das sociedades, há novos saberes sobre essa reflexão que transformam e influenciam os cuidados dados às crianças pelas famílias. O campo da medicina, relacionado à Pediatria, avança consideravelmente; a Psicologia surge para

revolucionar o pensar da ciência a partir desse momento da História, e novos conceitos passam a ser considerados na educação das crianças.

Bujes (2000), referindo-se a Foucault, diz que surge a compreensão da infância através das novas relações sociais, da nova forma de governar. A partir do século XVIII, estabelece-se um novo lugar para a infância, decorrente de mudanças econômicas, políticas e sociais. O governo passa a se interessar pela população, motivado pelo aumento populacional, pelo alto nível de mortalidade, pela expansão monetária e pelo desenvolvimento agrícola. A família passa a ser o centro de maior interesse do governo.

A vida passa a ser um direito a conquistar, um investimento que tem “no corpo” dos sujeitos sua preponderância. O poder passa a adestrar, normatizar os corpos que precisam ser obedientes, passivos. As crianças passam a ser a grande preocupação dos governantes, para assegurar-lhes saúde e escolarização.

A institucionalização das crianças é uma forma de controle e de vigilância, bem como de proteção e avanços em relação a essa faixa etária. É uma fase moralista, dos deveres, da religiosidade. Tornam-se interessantes as considerações de Barbosa (2000) ao referir-se às concepções da infância historicamente constituídas, quando atribui a Rousseau, no século XVII, a nova concepção de educar crianças, de maneira mais livre, “mais natural”. A educação das crianças passa a ser um projeto pessoal e familiar, deixando de ser fundamentada apenas na tradição.

O século XIX é palco de grandes transformações na forma de viver da humanidade, pois, com o advento da Revolução Industrial, aumentam consideravelmente os espaços

produtivos e restringem-se os espaços de lazer. Há uma mudança galopante na organização das cidades. O urbanismo é o fenômeno do século. A tecnologia, o consumo e o conforto passam a dominar a nova forma de viver.

A industrialização transforma os hábitos. O trabalho artesanal é substituído pelo industrial. Há necessidade de trabalho intenso, que ocupe a maior parte do tempo para poder sobreviver, consumir.

Conforme Huizinga:

Parece haver pouco lugar para o jogo no século XIX [...]. O trabalho e a produção passam a ser o ideal da época, e logo depois o seu ídolo. Toda Europa vestiu roupa de trabalho. Assim, as dominantes da civilização passaram a ser a consciência social, as aspirações educacionais e o critério científico. [...] Este é o aspecto mais negativo do século XIX. Mas as grandes correntes do pensamento da época, sob todos os pontos de vista, eram adversas ao fator lúdico na vida social [...]. A ciência analítica, experimental, a filosofia, o reformismo, a igreja e o estado, a economia, tudo no século XIX se revestia da mais extrema seriedade. (2000, p. 212-213).

Portanto, o século XIX parece ter esquecido o espírito lúdico, sendo considerado como a época do trabalho e da racionalidade. A arte expressou esse momento, mostrando uma sensibilidade afetada. Com isso, a ludicidade desapareceu. Sobre esse aspecto, Huizinga (2000, p. 213) diz: “O realismo, o naturalismo, o impressionismo e todas as outras monótonas escolas literárias e artísticas eram mais destituídas de espírito lúdico do que qualquer dos estilos anteriores.”

Os jogos e as brincadeiras infantis, como designação da infância, são apropriações culturais que se transformam de acordo com as idéias, os pensamentos que fundamentam cada

época histórica, são construídos e se transformam de acordo com a maneira de organização dos grupos sociais, das formas de viver situadas e datadas historicamente.

O *ludus* não é idêntico em todas as culturas nem em todas as épocas da História. Cada cultura estabelece certos padrões para designar jogo. Segundo Kishimoto (2002, p. 21-22), “se é verdade que há a expressão de um sujeito no jogo, essa expressão insere-se num sistema de significações, em outras palavras, uma cultura que lhe dá sentido”. Dessa forma, a cultura lúdica está inserida no social, são os atores sociais inseridos no grupo cultural, que interpretam e dão significado ao jogo conforme o que o próprio grupo designa e reconhece como lúdico.

A cultura lúdica supõe regras que os sujeitos inseridos em um determinado grupo cultural conhecem. Ela é construída, é dinâmica, viva, se transforma, se diversifica conforme os sujeitos e os grupos. Ela também varia dependendo dos espaços, do clima, das idades, dos sexos.

Enfim, como um produto cultural, a cultura lúdica é produzida pelos sujeitos, assimilada através do acúmulo das experiências humanas e constantemente reinventada pelos acontecimentos, modismos de cada momento histórico. A criança constrói sua cultura lúdica brincando. Por isso, pode-se dizer que a cultura lúdica é um processo externo e interno; ao mesmo tempo que provém da cultura, depende da ação do sujeito.

Conforme Sarmiento (1997), “as idéias sobre a criança sofrem mudanças significativas na contemporaneidade, juntamente com as transformações do modo de estruturação do espaço-tempo da vida atual, bem como da estruturação familiar, escolar, nos

mass-média e nos espaços públicos. “A contemporaneidade tem aportado é a pluralização dos modos de ser criança.”

Conforme Sarmiento:

As instâncias através das quais as crianças têm sido socialmente inseridas na sociedade percorrem os seus trajetos de crise e são redefinidos procedimentos de administração simbólica da infância. Há, deste modo, um processo de reinstitucionalização, isto é, o lugar imputado às crianças não é já idêntico ao de outrora. (1977, mimeografado.).

De acordo com as transformações pelas quais passou a sociedade capitalista, em que o poder econômico sobrepõe-se ao político, ao cultural, com vistas ao lucro decorrente de um mercado de consumo cada vez mais dinâmico e diversificado, a infância entra novamente na esfera econômica.

A pesquisa busca contemplar “as infâncias” vividas na primeira metade do século XX em Antônio Prado, em diferentes décadas, acreditando que, por esse viés, se possa compreender o próprio processo socioistórico construído ao longo do tempo. Dar um lugar à *infância*, enquanto objeto de estudo, é considerar aspectos antropológicos, sociais, culturais, filosóficos, políticos, econômicos e educacionais, dentre outros. Pesquisar as “Memórias de Infâncias” é também uma tentativa de compreender os modos de ser criança hoje, bem como a organização das famílias e da escola.

Sobre esse aspecto, Franco acrescenta:

A mídia, sem dúvida, é uma das responsáveis por algumas dessas armadilhas à infância. O sistema capitalista em que se vive também contribuiu, pois o consumo é o que vale e tem valor. E é esse mesmo sistema que se beneficia com o consumo da criança no mercado... Sem dúvida a criança da atual fase do capitalismo não é igual à do capitalismo mercantil, pois a criança cresce em relação constante com o ambiente sócio-cultural. (2002, p. 33).

5.1 TECENDO RELAÇÕES – COMPONDO UM SENTIDO

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativo dentro de um tesouro comum. (Ecléa Bosi)

Fazendo referência à relação da infância com os espaços da cidade, torna-se interessante a reflexão que Souza e Jobim (apud GARCIA, 1997) fazem quando relacionam os velhos e as crianças como os que “sabem dar valor aos sentimentos essenciais” no texto em que analisam o filme: “O balão branco”.

Os velhos, no ritmo próprio de suas limitações, vivenciam geralmente seu tempo de forma intensa, quando a saúde lhes permite viver digna e intensamente por longo tempo. A finitude lhes dá a sabedoria de valorizar coisas que julgam essenciais. A tradição, o valor às raízes os aproximam da História, das experiências vividas, das memórias da infância, da juventude. As crianças, por outro lado, apreciam a vida de forma intensa, própria de quem deseja conhecer com o vigor da pouca idade; com o encantamento, a inquietude e curiosidade de quem inicia a vida e tem tempo pela frente.

Nos relatos orais dos depoentes, entre lembranças, saudades e não-saudosismo¹⁷, um tempo foi rememorado, envolto por diferentes emoções, brotando juntamente com as palavras e fazendo emergir a condição humana, sensível, que acontece na linguagem. Maturana (1999, p. 37), ao referir-se à linguagem, afirma que “somos conhecedores ou observadores no observar, e ao ser o que somos, o somos na linguagem. Ou seja, não podemos deixar de notar que os seres humanos são humanos na linguagem e, ao sê-lo, o somos fazendo reflexões sobre o que nos acontece”.

Portanto, os relatos dos depoentes, por meio da história oral temática, relatando suas infâncias, oportunizou na linguagem a expressão do humano, bem como a possibilidade de uma reflexão sobre a própria vida, a compreensão de um momento da vida, com fundamental importância, que se mantém vivo na memória das pessoas envolvidas na pesquisa.

A pesquisa trouxe dados que reforçaram a idéia teórica de que a infância é uma construção socioistórica, e que essa categoria social foi considerada da forma como a concebemos na modernidade, ou seja, a partir de um dado período da História. Pode-se dizer que as infâncias são plurais e que a concepção dessa fase da vida vem se transformando no decorrer do tempo, como consequência de muitos fatores, entre eles o conhecimento e as informações construídas nos mais diversos campos das ciências humanas.

Nos dados dos depoentes, o trabalho infantil não tem a conotação de hoje. Nos relatos, o trabalho das crianças era considerado fundamental para a economia da família, ajudando no sustento da casa. As tarefas dadas para as crianças variavam e dependiam, dentre outros fatores, do lugar da cidade em que residiam, das condições econômicas, da

¹⁷ Supunha-se que esse sentimento apareceria em muitos relatos dos depoentes, surpreendendo a própria pesquisadora, que havia sido alertada na banca de defesa do projeto de dissertação para isso e que poderia se sobrepor aos demais, como uma busca de um tempo que não retorna, por isso idealizado.

oportunidade de instrução, dentre outros aspectos. Os trabalhos realizados pelas crianças que viviam no interior do município diferenciavam-se dos trabalhos realizados pelas crianças que moravam no centro da cidade. Em todas as entrevistas, aparece claramente o trabalho da criança, as responsabilidades e os compromissos que assumiam desde cedo na vida familiar.

Por meio de alguns relatos, utilizando as falas dos próprios depoentes, pôde-se compreender melhor que o trabalho fazia parte da vida na infância. Antônia diz:

“Eu e a Armelinda (irmã da depoente) ficava em casa, cuidava da casa, dava comida pras galinhas na hora, pro porquinho, deixava o fogo pronto, coisa de criança... não era que nem agora que tu faz com máquina, era com enxada; agora, com nove, dez anos a gente ia na roça pra carpi, ajudá, mas sabe que a gente crescia nesse ambiente e se sentia bem naquilo.”

Genoveva, ao ser interrogada sobre sua vida na infância, disse com sua lucidez centenária: “Eu, infância não tive, porque eu sempre trabalhei desde criança. Lá na minha casa era assim: todos trabalhavam, o mais velho dava o serviço que dava pra fazer, e todos trabalhavam.”

Leonilda relata: “Quem mais apanhou acho que fui eu. Sim, porque criança. Ela queria que eu trabalhasse, fizesse as compras.” Essa depoente relatou nessa fala sua vontade de brincar com as meninas que moravam próximas de sua casa, sendo que sua mãe, nas ocasiões em que Leonilda tentava sem consentimento encontrar momentos para sua brincadeira preferida (andar de balanço), punia a menina com castigos físicos.

Lúcia, ao referir-se ao trabalho das crianças, diz que seu pai tinha cuidado para que os pequenos não tivessem tarefas pesadas antes de terminarem de crescer. “A gente fazia outras coisas e ia na roça, no potreiro, limpar o potreiro, a gente ia na lavoura junto com a mãe perto de casa e plantava de tudo.”

Maria Craves, no seu relato, disse que tinham pouco tempo para brincadeira: “Pouco tempo, porque nós tínhamos que trabalhar, porque eles (os pais) marcavam um pedaço de carpir e nós tínhamos que dar conta daquele pedaço. Nós desde os seis anos de idade já tinha que pegar no cabo da enxada, nós tinha que trabalhar... com nove anos eu era babá, eu cuidava dessas crianças.”

Ana Lúcia, relatando sua infância pobre, disse: “Porque tinha que trabalhar pra ganhar metade de um pão para levar para os meus irmãos comer em casa. E eu sempre trabalhei, é desde criança. Subia num banquinho para fazer polenta para eles comerem. O que tinha.”

Outro aspecto que parece muito interessante para perceber as diferenças na forma de viver as infâncias em cada época é em relação à ludicidade. Esse aspecto merece destaque especial, por isso será analisado no decorrer do trabalho, pela importância que tem na própria construção da História. Os depoentes relataram que havia a necessidade das brincadeiras, dos jogos infantis, enfim da expressão do humano por meio do lúdico. O que aparece também é que o espaço aceito para a expressão do lúdico pelas crianças era restringido pelos adultos.

Nesse momento, não farei a reflexão sobre se existe ou não uma situação-limite entre trabalho e brinquedo, pois em muitos relatos dos depoentes, mesmo cumprindo tarefas consideradas de trabalho, as crianças conseguiam brincar, achar uma forma lúdica, própria,

para desenvolver as tarefas que lhes eram exigidas, utilizando-se dos recursos criativos desse período de vida. Cabe neste momento considerar que o brinquedo, ou melhor, que o tempo para essa expressão das crianças tinha dias determinados, sendo mais comum aos domingos, depois dos cultos religiosos.

Por meio dos relatos, os depoentes narraram que as brincadeiras de meninas e meninos diferenciavam-se, bem como os grupos para as brincadeiras eram separados por sexo. A educação nas escolas também tinha como requisito a divisão por gênero. As primeiras escolas que surgiram em Antônio Prado tinham cunho religioso. Escolas particulares surgiram durante a implantação da Colônia¹⁸. Em 1890 começou a funcionar na sede da Colônia a primeira escola pública.¹⁹ A escola Sagrado Coração de Jesus (1919), dirigida pelos Irmãos Maristas, atendia meninos e mantinham regime de internato em algumas situações. A Escola São José (1900), das Irmãs, ocupava-se da educação das meninas. Por isso, no currículo, uma parte relevante era dedicada aos trabalhos manuais. Nos uniformes exigidos pelas escolas, percebe-se a diferença na vestimenta de meninos e meninas. As meninas usavam jardineiras, guarda-pós, saias, o que dificultava qualquer brincadeira corporal. Mesmo os meninos que usavam calças compridas faziam uso de uniforme “quase militar”, como relata um depoente, o que também inibia o corpo de movimentos mais descontraídos.

Nos relatos dos depoentes, constata-se também que a educação era considerada necessária para o aprendizado da leitura, escrita e dos cálculos. Mesmo com o aparecimento da escola pública, freqüentada por alguns depoentes, era muito raro alguém ir além do ensino básico, ao menos nessa amostra coletada, pois, para seguir com os estudos em uma

¹⁸ Genoveva Scotti, filha de João Denale abriu uma pequena escola particular em que ministrava em língua italiana, recebendo livros e material da Inspetoria de Imigração, inaugurando dessa maneira o ensino em Antônio Prado. Antônio Prado e Sua História. Fidélis Dalcin Barbosa, 1980, p.94.

¹⁹ O professor da primeira escola pública foi Sérgio Inácio de Oliveira.

determinada época, era necessário se deslocar até a cidade, às escolas religiosas de Antônio Prado. O ensino constava das cinco primeiras séries do Ensino Fundamental de hoje.

Alguns depoentes relataram que nunca tiveram oportunidade de frequentar uma escola, as famílias desses depoentes não demonstravam questionamento sobre esse fato. Pelos depoimentos, pode-se dizer que o trabalho, a luta pela sobrevivência é que tinha importância para muitas famílias, que passaram por muitas dificuldades econômicas. Portanto, de forma abrangente, como havia sido anunciado no início deste item, foram feitas algumas reflexões sobre as infâncias narradas pelos depoentes, que ilustram as diferentes formas de conceber e viver as infâncias, que vêm se transformando dinamicamente ao longo dos tempos.

6 CRIANÇA PROSA, INFÂNCIA POESIA? OUTROS JEITOS DE CONCEBER A INFÂNCIA

Neste capítulo será apresentado a forma de viver e conceber as infâncias em determinados períodos que esta pesquisa compreende. Dessa forma, será abordada a educação familiar, a educação escolar e a educação nos ambientes sociais da cidade. A pesquisa contemplou os espaços - tempos vividos na cidade, como espaços informais e educativos, ampliando a concepção de educação para além do espaço escolar.

6.1 QUANTOS FILHOS DEUS MANDAR

[...] relatos de alguém sobre si mesmo tem como objetivo menos a busca da verdade e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa possa emergir enquanto discurso[...]. Beatriz T. Daudt Fischer

A maioria das famílias dos depoentes dessa mostra era numerosa, sendo que somente uma das famílias era constituída por dois filhos, um caso atípico na coleta de dados. Os descendentes de italianos com mais idade são filhos de famílias mais numerosas, muitas vezes com mais de dez filhos. O número elevado de filhos se dá em função de vários aspectos, dentre eles os fatores econômico-sociais, porque ter muitos filhos, apesar de implicar gasto financeiro, também representava um investimento em trabalho, já que os filhos, desde criança eram inseridos no trabalho familiar, na agricultura geralmente. As terras no Brasil, no período do processo imigratório eram extensas, comparando-se ao percentual de terras que era permitido ter na Itália, por exemplo, na mesma época, pois as cidades cresciam com o advento do êxodo do campo para as cidades, a indústria chegava e mudava drasticamente a forma de vida. É importante considerar, também, que existia uma carência em assistência médica. Nos

relatos, percebe-se que o médico era um profissional raro, sendo que os descendentes de italianos contavam inicialmente com “práticos” aos quais chamavam *farmacêuticos*. Também é indispensável enfatizar que não relataram ter havido métodos que evitassem a concepção, faltavam recursos da Ciência nessa área e desinformação, por parte, principalmente das mulheres, sobre o conhecimento de seu corpo. Mesmo porque o corpo feminino servia para a maternidade, era dever da mulher conceber todos os filhos “que Deus mandasse”.

Um dos aspectos de maior relevância para se entender o modo de organização das famílias de descendentes italianos e que é um traço que determina a maneira de pensar, agir, bem como a visão de homem e de mundo dos imigrantes, é a religiosidade. Os imigrantes italianos trouxeram como herança (e seu bem maior) a forte relação com a religião; posso dizer mais especificamente com a Religião Católica. Essa ligação com valores e com o clero europeu influenciou todo o modo de vida dos descendentes italianos e dos afro-brasileiros que aderiram ao Catolicismo como religião predominante, não constando em nenhum relato de outra etnia uma outra prática religiosa.



Figura 16. Lembrança de Lúcia Pongiluppi.



Figura 17. A partir da esquerda primeira fila: Luisa, Tereza, Lúcia Pongiluppi. Segunda fila: Maria, Uldérico e Ângela Pongiluppi, década de 1920.

Para argumentar melhor sobre o poder da religião, cabe nesse momento citar o relato de uma depoente que ficou órfã aos nove dias de vida, perdendo sua mãe dias após o parto, e que ilustra os caminhos entre ciência médica e religião. “Minha mãe não podia ter mais filhos, proibida pelo médico, naquele tempo o padre excomungava as mulheres, então ela se viu obrigada a ter outro filho... sabia que não podia ter mais filhos, mas era muito católica, ela quis ter mais filhos.”

Nesse relato oral, pode-se perceber a força da Religião Católica que, mesmo com o risco à própria vida, submetia os fiéis aos ensinamentos da Igreja e ao temor de falhar com/ou afrontar Deus. A depoente teve uma vida difícil, sofrida, por ser órfã e, segundo ela, seu nascimento ficou vinculado à morte, um ganho marcado por uma perda para toda a família. O médico informou, antecipou o perigo de uma nova gravidez para sua mãe, mas o padre, figura respeitada e representante de Deus, com seu poder de excomungar as mulheres que fossem contra qualquer desígnio da religião, teve força sobre a vida e a morte, que também ficava como vontade de Deus, que servia de consolo e mérito.

Um outro relato, o de Frei Rovílio, explica também a submissão aos princípios religiosos da época. Diz ele:

Você acredita que uma mulher grávida, doente, no barracão dos imigrantes, que o médico dissesse nós vamos ter que abortar porque senão vocês vão ficar mais cinco meses aqui, vocês vão perder a colônia. Ela iria aceitar? Absolutamente que não, porque o filho é uma bênção de Deus, a minha vida é inferior a vida de meu filho, então ele é o primeiro motivo de minha vida, o primeiro motivo de minha família, a criança é como uma bênção, bênção de Deus, ainda que na época não se falava em controle de filhos, mas sim acolher todos os filhos que Deus mandar.

A cidade de Antônio Prado surgiu de uma organização de imigrantes italianos, mais especificamente da região do Vêneto, de fundo cristão católico. Essa herança religiosa lhe dava uma identidade, a forma de viver. Seus valores e suas tradições foram fortemente originários de sua fé no Catolicismo.

Outro aspecto a considerar, relacionado ao modo de viver das famílias e de se organizarem em termos do número de filhos, decorreu, segundo Frei Rovílio, do fato de as filhas de imigrantes italianos casarem-se no Brasil com pouca idade, sendo que, na Itália, os casamentos das mulheres acontecia depois dos vinte anos, encurtando o período de fertilidade. Em muitos relatos orais, ficou evidente que as moças casavam-se ainda adolescentes, sem meios de evitar a concepção, casar com pouca idade era ser mãe ainda adolescente, tendo filhos próximos uns dos outros.

Da mesma forma, os descendentes de afro-brasileiros tinham famílias numerosas; geralmente eram pobres, com muitas dificuldades econômicas para manter e suprir necessidades imediatas como alimentar os filhos diariamente.

6.2 FOI PARA O CÉU

Por meio da coleta de dados, pode-se dizer que nasciam muitas crianças, as famílias eram numerosas, em contrapartida morriam muitas crianças também, muitas vezes sem assistência médica, sem mesmo um diagnóstico que explicasse a causa.

Nos relatos orais, foram recorrentes as histórias, as lembranças de perdas de crianças em ambas as etnias²⁰. Constaram relatos de morte de crianças sem uma explicação, e eram comuns os questionamentos que os depoentes ainda se faziam sobre a possível causa da perda de irmãos. Zilba relatou:

“A minha infância não foi de muito brinquedo eu era a mais nova, eu resisti na família os desgostos, as mortes. Eu nunca esqueço quando morreu minha irmã, eu lembro fiquei do lado da minha tia pra ver ela vestir, e ela vestiu a “bambina” bonitinha, e eu me levantava para olhar para ela. A mamãe fez uma toquinha para a mortazinha; eu me lembro muito bem. Depois, na hora do enterro, eu vi um movimento, e para mim era festa, não era morte. Era festa a gente não tinha nem um ano de diferença, eu nunca esqueço que eu tinha uma sandália preta pra ir junto, porque eu pensava que era uma festa... sim, depois me disseram: ela foi para o céu, essas coisas todas.”

Nesse relato, vários aspectos podem ser analisados para compreender a forma de viver da época e o lugar da criança no contexto. A depoente disse, no seu relato oral, que foi uma imensa surpresa sua irmã ter “acordado”²¹ morta, não teve causa ou mesmo um diagnóstico para essa morte. Pode-se perceber que as pessoas adultas não tinham preocupação ou um cuidado em dar explicação às demais crianças que não sabiam o que estava acontecendo. A depoente relatou que, pelo movimento na casa, achava que iria ter uma festa e já preocupava-se em calçar suas sandálias para o acontecimento. . A morte sempre inquietou o homem ao longo da História humana; esse ritual de finitude humana muda de acordo com a cultura de cada grupo, bem como a crença que dá suporte às questões mais filosóficas. O tema da morte sempre foi um tabu na Religião Católica, poucas vezes abordado expresso por meio de questionamentos e sentimentos.

²⁰ Utilizo o termo “branco” para o descendente de italiano e “negro” para os descendentes de afro-brasileiros, conforme expressões usadas e conhecidas na cidade.

²¹ Esse relato faz parte das informações fornecidas por Zilba Maria Empinotti Grazziotin, no dia...

Lúcia falando sobre a constituição familiar, sobre o número de filhos que seus pais tiveram disse: “Teve doze filhos, mas uns morreram pequenos e outros grandes”. Maria Craves relatou emocionada a seguinte história:

“Quando eu saí para trabalhar, meu irmãozinho saiu na porta e disse: Mana, traga um doce pra mim. Eu disse: – Sim, a mana traz. Eu fui trabalhar, e quando, eu tava trabalhando, meu outro irmão foi me buscar dizendo que meu irmãozinho tinha morrido, aquele que tinha me pedido a bala. Eu nem pude dar a bala para ele, com dois aninhos e pouco... Quando eu cheguei, a minha mãe me disse que ele tava parado lá e quando foi ver ele tava morto. Talvez atacou as bicha, eu tinha uns nove anos... eu nem acreditei, só acreditei quando eu vi ele sendo velado.”

Essa depoente foi uma criança muito pobre, que trabalhava desde cedo para ajudar a família no sustento da casa. Com nove anos foi chamada no local de trabalho por causa da morte de seu irmão. Uma criança negra e pobre que não frequentou a escola. Isso quer dizer que enfrentou impedimentos em muitos aspectos, dificultando a compreensão de algumas questões que teriam surgido ao longo de sua vida. No seu relato, ainda hoje, aparece o questionamento sobre a causa que teria levado seu irmão à morte, acreditando que o possível motivo da perda teria sido porque “atacou as bicha” [sic]. Isso continua como resposta para o episódio, quer dizer que nada se transformou ou acrescentou em sua forma de pensar no decorrer de sua vida, nada mudou desde sua infância.

Leonardo comentando sobre o número de filhos que seus pais tiveram, relatou:

“Sete, oito aliás, um faleceu pequeno, naquela época nascia uma criança doente nem levava ao médico, morria sem saber por que, a maioria dos médicos eram farmacêuticos, levava lá, dava remédio, depois vivia, vivia, senão morria e pronto, era o último da família, o nome dele era Roberto e foi batizado às pressas; tava doente e morreu.”

Nesse depoimento oral, pode-se perceber as dificuldades pelas quais passavam as famílias, isto é, era uma maneira de viver em que demonstravam a luta pela sobrevivência, ficando distante, muitas vezes, a determinada classe social, ter possibilidades de cuidar da saúde, o direito a qualificar a vida humana. Esse fato também é relatado por Zilba Maria Empinotti Grazziotin, filha caçula de uma família de quinze filhos. Segundo ela, ocorreu a morte de vários irmãos, e que o nome dos falecidos foi dado para outros filhos. Era uma forma de substituir uma vida por outra, lembrar a pessoa falecida homenageando-a, além do mais, quem sabe, uma forma também de ignorar ou negar a morte. Foi citado também com frequência que, quando uma criança morria, o filho seguinte repetia o mesmo nome que a família havia dado para a criança falecida, era um costume usado antigamente.

Cabe registrar nesse momento uma tradição que ocorria com frequência quando havia um velório com perda de um familiar. Era bastante comum fotografar a pessoa falecida no ritual de despedida, sendo que essas fotografias eram muitas vezes expostas nas paredes das casas, ficando marcada a lembrança da pessoa querida. É importante neste momento deixar assinalada a dificuldade que as pessoas mais antigas tinham para registrar momentos de suas vidas por meio de fotografias, devido às condições econômicas e ao fato de ter que contar com um profissional especializado.

Durante todo processo de pesquisa, tentei juntar material fotográfico sobre a infância dos depoentes, como documentos da pesquisa, encontrando dificuldades para isso, porque a maioria dos depoentes não tinha uma fotografia de quando eram pequenos. A fotografia era utilizada para momentos importantes, por isso era bastante comum toda família ter uma fotografia do filho na comemoração religiosa da Primeira Eucaristia. A vida nem sempre era registrada por meio de fotografias, mas a morte era um fato importante ao qual cabia registro.

Outra prática comum, em uma determinada época, era o luto familiar em respeito à pessoa falecida. É importante enfatizar que o luto, que constava de vestimenta de cor preta durante um período após a morte de uma pessoa da família, que representava o pesar, a tristeza pela perda, era usado também pelas crianças, fato lembrado nesse momento porque isso ficou registrado em fotografias coletadas para a pesquisa. Na Idade Média não havia diferenciação na vestimenta de adultos e crianças, deixando clara a concepção de criança como “adulto em miniatura”. No caso do luto familiar, essa tradição era vivida por adultos e crianças, ao menos, no que se refere as vestimentas usadas num determinado período após a perda de um ente querido.

Como ficou registrado por Leonardo, seu irmão menor foi batizado rapidamente ao nascer, pois estava doente e poderia morrer. As crianças eram batizadas logo após o nascimento, pois, de acordo com a Religião Católica, as crianças nasciam com pecado, e o batismo livrava, limpava a criança desse pecado original.

6.3 CRIANÇA AMBULANTE



“Como eu te falei eu era criança ambulante, de uma família e outra, me dá vontade de chorar.”

Figura 18. Leonor Ana Rech Scapinelli, 88 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.

Dando seqüência à análise que tenta dar conta da forma de organização das famílias dos depoentes, quanto ao número de filhos, ao modo de viver de algumas famílias, fica evidente que os relatos que se seguirão foram acontecimentos de grupos familiares que viviam

com dificuldades econômicas, que tiveram pouco ou quase nenhum acesso à educação escolar. É importante enfatizar que esses acontecimentos independiam do fator raça, por exemplo, variando apenas a forma como vivenciavam as mesmas experiências.

O aspecto trazido agora para a discussão, de forma reflexiva, tenta relacionar os relatos contidos na pesquisa, por meio da história oral, com a forma de viver na Idade Média. Segundo Ariès, naquele período da História, não havia um sentimento em relação à infância, como é visto na modernidade.

Alguns textos literários que descrevem a forma de viver na Idade Média causam impacto em muitos aspectos quando retratam a condição de vida das crianças da época, comparada ao modo de vida hoje, levando em conta a classe social, a raça, o sexo, o acesso à educação escolar, fatores determinantes que implicam diferentes formas de viver e de conceber a infância. Na Idade Média, as crianças eram abandonadas pelos pais, jogadas à própria sorte, sofriam muitos tipos de violência, com histórias de infanticídio. Na obra *O grande massacre dos gatos*, Darnton (1996) analisa os contos infantis passados através da tradição oral na França, no início do século XVIII. Por meio desses contos, pode-se perceber a forma de viver daquela época, a crueldade com que as crianças eram tratadas e o quanto aquela concepção de criança se afasta consideravelmente do que temos hoje sobre a infância.

Leonor Ana ao referir-se à sua vida na infância, relata: “Eu era uma criança ambulante, de uma família e outra, me dá vontade de chorar, mas de repente estou aqui e olha tudo o que eu fiz na minha vida.” Sua história de vida foi a de uma criança “ambulante”, termo usado pela depoente, pois era órfã de mãe, sendo criada pelas irmãs. Segundo o relato,

passava de família em família, pois suas irmãs passavam o dia no trabalho agrícola na roça, para garantir o sustento da família.

Ana Lúcia relata um aspecto que considerou triste em sua infância:

“Foi uma infância muito triste, muito sofrida, sabe. Eu sofri bastante, eu, meus irmãos e minha mãe. A minha mãe depois se jogou na vida... daí ela deu todos os filhos, eu fiquei com minha avó e os outros foram morar com os pais deles. A única que ficou aqui fui eu. Sempre fomos bem-unidos, a gente nunca se desuniu até quando a minha mãe deu meus irmãos, eu quase morri chorando, ela não tinha como manter a gente, ela foi obrigada a dar os filhos, cada um para um pai. Só que não conheci meu pai.”



Figura 19. Primeira Eucaristia de Ana Lúcia Monteiro, década de 1950.

O relato oral dessa depoente aponta para muitos caminhos, vários aspectos devem ser considerados para se compreender as dificuldades que cercavam essas vidas. Essa depoente foi uma criança muito pobre, vivia no abandono mesmo no tempo em que vivia com a mãe. Era ela, responsável pelos irmãos, chegando a fazer limpezas nas casas para conseguir comida para os irmãos. A mãe era alcoólatra, ficava muitos dias sem ver os filhos. Nesse relato denso, a depoente diz que chorou pela separação dos irmãos, sofrimento que transpareceu em seu semblante na ocasião do relato oral. Crianças separadas, vínculos desfeitos, histórias interrompidas, identidades perdidas...

João Carlos aponta para as dificuldades de sobrevivência de um depoente pobre, negro, morador do morro na cidade:

“Eu morei um tempo com minha madrinha em Caxias do Sul, eu era piá ainda, ela me dava todo conforto, ela veio aí e quis me levar embora, queria me botar no colégio quando tivesse idade e tudo, mas eu não suportava ficar fechado dentro de casa... Comecei a desobedecer e ela me mandou embora pequenininho. Chegou e me entregou pros meus pais; disse que eu não servia porque era muito mau elemento, muito mal-educado; vim embora, fiquei um tempo com meus pais, depois me deram para um camponês, deram como se tivesse dado ou vendido.”

Nesse depoimento, num pequeno intervalo de tempo, a criança ainda pequena foi dada para duas famílias em épocas diferentes, antes mesmo da idade escolar, como diz no relato: “Naquele tempo a vida não era fácil, aí eles davam porque era uma boca a menos para comer em casa chegava e dizia: ‘Eu tenho fulano, você quer levar? Só traz ele uma vez por mês que dá saudade em nós’”. Nessas histórias, os pais desfaziam-se de seus filhos como se fossem mercadorias. Na luta pela sobrevivência, na pobreza, nas diversas carências vividas no cotidiano, relatadas nos depoimentos, transparece o desespero pela vida, que remete à força

mais instintiva e primitiva de manter-se vivo. Muitas vezes, dar um filho para outra família era a única maneira de garantir sua vida (do filho), que passaria menos dificuldades, segundo a maneira de pensar dos pais diante de suas circunstâncias. Nesse relato, apesar do ato de dar o filho, uma demonstração de afeto fica evidente na fala do pai: “Traz ele uma vez por mês que dá saudade em nós” [sic]. Era uma forma de manter o vínculo com esse filho e saber de sua vida, uma forma também de continuar com a identidade de pertencer a uma família.

Terezinha, refere o fato de ser criada pelos tios:

“Minha mãe teve nove filhos, eu não fui criada com minha mãe, fui criada com meus tios, eles me pegaram com nove meses, minha mãe ficou com o resto de meus irmãos, minha tia que me criou não tinha filhos... depois a minha mãe explicou que me deu como deu uma irmã minha para uma tia e outra irmã para um pessoal do campo, também a Gina porque ela não podia sustentar, meu pai tinha abandonado minha mãe.”

Nesse depoimento, mais uma vez fica reforçada a idéia do afastamento dos filhos por parte da família, como única alternativa possível para garantir a sobrevivência. Terezinha relatou sua mágoa por ter acreditado que sua tia era sua mãe e que sua mãe era sua tia, além do mais achava que seus irmãos eram seus primos. A mãe da depoente deu suas filhas para suas irmãs, sendo que a Terezinha sempre residiu na casa ao lado de sua mãe, tendo contato diário com ela. As outras irmãs de Terezinha foram morar em outras cidades e uma delas foi entregue a uma família de camponeses sem haver laço de parentesco. Foi interessante, pois no relato a depoente soube com doze anos sua verdadeira filiação, e, mesmo sabendo das inúmeras dificuldades pelas quais passava sua mãe e seus irmãos, voltou para casa de sua mãe, retornando depois novamente para a casa da tia por falta de espaço físico; seus irmãos e sua mãe moravam em uma casa pequena, dividindo o espaço com dificuldades.

6.4 UM OLHAR BASTAVA

Nos relatos orais dos depoentes, foi freqüente o uso da expressão “um olhar bastava”, para ilustrar de certa maneira a educação familiar às crianças, hoje adultos dessa mostra. Os depoentes relataram o silêncio ao qual foram submetidos ao longo da vida nos diversos contextos de suas relações. Nas diversas instituições que destinavam-se à educação das crianças, como a família, a escola, a Igreja, as crianças em muitas situações eram compreendidas como pequenos adultos para desenvolver atividades de trabalho, no cuidado dos irmãos, nas responsabilidades diárias, nos castigos infligidos, nos rituais religiosos. Por outro lado, não eram tidas como sujeitos participativos, com vontade própria, com voz, para expressarem seu próprio mundo, para questionarem, para serem simplesmente “crianças”.

A seguir, alguns depoimentos que reforçam a idéia da educação familiar, dando elementos para análise dos dados. Antônia diz:

“Agora as mães antigamente eram muito rigorosas. Quando as mães iam fazer visita, então nós ficava dentro de casa. Elas mandavam a gente brincar. Minha mãe nunca deixou a gente ir num baile, em festa, nunca, nunca... nunca fomos a um baile, ela dizia não, não! Não dizia duas vezes.”

Também Genoveva relata:

“Quando a mãe disse agora você vai trabalhar, agora tu tá grande, tem que ajudar, tem que ficar em casa. Eu fazia, eu não era uma criança rebelde como hoje em dia. Os pais falavam de uma vez só, sim, não, não, pronto. Não se repetia as coisas, não se podia responder, para todos era assim. Eu não podia conversar,

conversava-se na mesa, cada um tinha seu lugar, o pai, a mãe, meu pai dizia: ‘Dexemo ali... falemo um pouco.’”



“Conhecia um pouco, meu pai ensinava alguma coisa, mas eu tinha uma vontade de estudar, era sempre adiantada [...]”.

Figura 20. Genoveva Bellan Pontel, 100 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio

“Sou mulher como outra qualquer.
Venho do século passado
E trago comigo todas as idades.” Cora Coralina



Figura 21. Genoveva na vida familiar. Autora
Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Em seu relato, mencionou várias vezes que sua educação havia sido rígida, que sua mãe precisava de sua ajuda no trabalho, pois era proprietária de uma pequena pensão e necessitava de auxílio nos serviços da cozinha. Foi assim que a menina deixou seus estudos e dedicou-se aos serviços domésticos, ajudando no preparo das refeições para os hóspedes. No relato também ela referiu-se muitas vezes à privação de lazer. O passeio até a igreja para a missa era uma das únicas alternativas de lazer. Mesmo na mocidade, ela e sua irmã não tiveram experiências de dança, nem participaram de acontecimentos festivos. Em sua

narrativa, ela demonstrava a necessidade de conviver com jovens, “porque de tarde tinha gente que jogava baralho, tinha gente jovem”. Antônia sintetiza sua opinião sobre a educação familiar quando diz: “Eu digo sempre que minha mãe foi uma pessoa muito boa, mas muito rigorosa.”

Geneveva, a depoente com mais idade, ilustra uma prática familiar que parece repetiu-se por muito tempo, no que diz respeito ao abandono da vida escolar para dedicar-se ao trabalho doméstico. Foi dessa forma também com Geneveva, segundo seu relato, que gostava imensamente de estudar, recebendo elogios de sua professora e até convite para seguir seus estudos em uma cidade próxima de Antônio Prado, em Flores da Cunha, tal sua dedicação aos estudos. Viu-se, apesar disso, obrigada a abandonar a escola. Geneveva relata ainda que “tinha uma vontade de estudar, era sempre adiantada”, mas a mãe dizia: “– Não! É aquela que me ajuda em casa.”

Em seu depoimento oral, Geneveva diz que sua irmã mais velha com quinze anos havia morrido vítima de uma descarga num temporal, por isso ela ficou sendo a ajuda mais imediata de sua mãe. Dessa forma, foi-lhe negado o direito de prosseguir nos estudos. Cabe aqui uma reflexão que traz como importante um elemento que parece contraditório, ou seja, ao mesmo tempo que as mulheres demonstravam-se subservientes em muitos aspectos em relação aos homens, nesses dois relatos são as mulheres que decidem sobre a vida de suas filhas. O traço cultural, o papel que as mulheres deveriam seguir, o que era esperado do gênero feminino foi culturalmente perpetuado pelas mulheres; era difícil, sobretudo, romper com o que se esperava das mulheres.

Gelcy apresenta em seu relato: “Na mesa, sentava, fazia o sinal da cruz, todo mundo almoçava, jantava, mas ninguém falava, ninguém levantava da mesa até que meu avô e meu pai levantassem... era proibido levantar. Antigamente os pais eram severos, todos eram assim.”

Maria Craves refere-se ao medo como sentia da figura do pai. “Nós tinha muito medo dele, meu pai não precisava dizê: “– Tu não mexe ali’. Era só com o olhar dele nós tinha medo.”

Vitor, em seu relato, aborda a questão se havia necessidade de alguma punição dos pais em relação aos filhos. Recorda: “Meu pai me olhava e não precisava dizer mais nada.” É interessante, pois a família desse depoente era constituída por dois filhos apenas, sem dificuldades financeiras, morando no centro da cidade, condições diferenciadas dos demais depoentes. No entanto, a forma de educar, o rigor, a forma de imposição de valores era um modelo seguido por todos. O modelo de família diferenciava-se em alguns aspectos de uma família para outra: porém, a rigidez na educação foi um fato abordado com frequência pelos depoentes.

Leonardo fala sobre o tratamento que os pais esperavam dos filhos, dizendo:

“Ele não falava duas vezes, ele era severo, mas naquele tempo todo mundo era assim. Pai era aquele que mantinha o filho ali: agora, por exemplo, ao mais velho se diz ‘senhor’ ou ‘você’; naquele tempo se dizia ‘você’ era castigado, tinha que dizer ‘vu’, que era senhor, ficavam bravos caso contrário.”

Nessa informação, Leonardo traz algo que ainda não havia sido mencionado pelos demais depoentes, ou seja, o modo de tratamento exigido pelos pais a seus filhos, de forma a manter o respeito e a hierarquia familiar. Quando um depoente enfatiza que nada era dito duas vezes, subentende-se que não havia contestação, questionamento, não havia possibilidade alguma de uma criança manifestar-se verbalmente. Foi freqüente o uso da palavra “obediência”, para demonstrar as bases da educação familiar. Um aspecto que considero importante era o fato de as mulheres descendentes de italianos referirem-se aos seus maridos pela mesma expressão de tratamento exigida pelas crianças ao dirigirem-se aos pais: “o senhor”. Dessa forma, sem dúvida, ilustra o lugar das minorias, a subordinação. Ribeiro (1997), em seu artigo “O poder de infantilizar”, faz relação ao poder exercido aos poucos “racionais” que seriam as crianças, as mulheres e os insanos. Estes não teriam poder político e deveriam obedecer; sem condições de racionalidade, alguém com sabedoria se responsabilizaria por eles, os subordinados.

Elsa refere-se ao silêncio imposto às crianças, dizendo:

“Tu sabe que eu me lembro de uma época que meu pai, quando vinha visita na nossa casa, pessoas estranhas, ele não deixava participar da conversa... aquilo me doía, porque às vezes ele só olhava, não deixava dar uma opinião, conversar, nada, criados como bichinhos, com bastante educação.”

É interessante considerar que, nessa informação, assim como nas demais dessa depoente, fica evidente a contestação da educação familiar recebida e que lhe foi imposta. Comparando-a aos relatos de outros depoentes, que narravam os fatos de sua infância com certo conformismo, Elsa, ao contrário, expressa desagrado, sentimento: “aquilo me doía”, referindo-se à impossibilidade de poder pensar, manifestar seu pensamento por meio de

palavras, dar opinião. Ela refere-se ao modo como foram educados, “criados como bichinhos, com bastante educação”. Isso remete à idéia de que a linguagem humaniza e diferencia os homens dos animais; ainda reforça a educação recebida, como silêncio, resignação e impossibilidade de pensar.

Irmã Conceição também refere-se à obediência e ao silêncio em relação à educação familiar dizendo:

“Nunca ganhei castigo, eles não batiam, quando a gente fazia alguma coisa errada que ele não gostava, ele olhava assim com os olhos bravo. Não se dizia nada, ficava lá escutando o que dizia, ele dizia isso aqui você não pode fazer... Agora o pai sempre foi mais rígido.”

Relata, ainda, que o pai era bastante rígido, severo na educação em relação aos filhos. Foi a única depoente que era filha de uma mulher que dedicava-se ao trabalho de “parteira”, ausentando-se por vários períodos da família para auxiliar no nascimento de crianças, ajudando outras mulheres na hora do parto. O pai, segundo o depoimento oral de Lúcia, ficava responsável pelos afazeres da família, pela educação dos filhos durante longos períodos. O trabalho da mãe era aceito, suas ausências foram suportadas, pois seu ofício era importante, indispensável, lidava com o sagrado “a maternidade”, sua função tinha ligação estreita com a religiosidade.

Frei Rovílio contribui com seu relato explicando a ligação da educação familiar com os princípios religiosos:

“Honrar pai e mãe, você pergunta para cinqüenta pessoas de idade se um filho desobedecesse ou fizesse um desaforo pra própria mãe, você não encontra alguém que não dissesse vai sê infeliz. Deus vai castigá-lo porque ofendeu a própria mãe, porque a mãe era um poder sagrado, e o pai era o poder ainda sobre a mãe porque ele era responsável pela mãe, era responsável pela família, era responsável por esse novo contexto. A frase de São Paulo “Fora da Igreja não há salvação”, devem obedecer as autoridades, aos príncipes mesmo ímpios; então, essa idéia de autoridade sagrada esteve presente em uma família de uma maneira legítima, e obviamente qualquer transgressão de uma ordem do pai, mostrar a língua para pai e mãe, já pensou? Hoje qualquer criança faz isso, responde ou não gosta do que come, aquela coisa impensada, desobedecer o pai e a mãe é uma coisa sagrada, honrar pai e mãe e Deus era sagrado. Aliás, Deus é Deus para ti por causa do teu pai e da tua mãe... Desobedecer o pai, desobedecer a mãe é desobedecer a autoridade, é também a autoridade sagrada. É uma construção do imaginário da família da época que não deixa de ser o imaginário hoje.”

Frei Rovílio acrescentou informações qualitativamente e com propriedade à pesquisa. Ele é considerado um dos mais importantes e respeitados estudiosos do processo imigratório no Brasil, com várias obras publicadas sobre o assunto. Nessa reflexão, Frei Rovílio explicita a religiosidade como suporte nas quais se alicerçava toda a educação familiar, a noção de pecado como pano de fundo para a obediência, para o respeito aos princípios religiosos. O silêncio, como resignação, a obediência como valor, a religião como bem maior, determinantes de um modo de viver, no qual o sofrimento era valorizado e seria recompensado em outra vida, ilustrado muitas vezes no símbolo da cruz, como penitência e recompensa.

6.5 FAZEDORA DE FOLIA

Nesta parte do texto, que se refere à educação familiar, traz-se a violência infantil, com castigos físicos, como uma prática familiar comumente utilizada pelos pais e culturalmente aceita.

O título desse relato é decorrente de uma expressão utilizada por Alzira, uma das depoentes que, de forma espontânea, valendo-se de coloquialidade própria, resume os motivos pelos quais muitas crianças foram vítimas de violência física, sendo submetidas a maus-tratos por parte de familiares quando pequenas.

Leonilda relata sobre esse tema: “Ela pegava na cama com o chicote. Eu também apanhei, porque se eu saísse para brincar com as meninas. Quem apanhou mais eu acho que fui eu. Sim, porque criança... ela queria que eu trabalhasse.”

Leonilda contou as dificuldades pelas quais passou na infância, por quanta violência física foi submetida, pois gostava de brincar e sonhava em andar de balanço com suas amigas. Relatou também que, depois que sua mãe enviuvou, acumulou responsabilidades e funções e se portava de maneira mais agressiva. A depoente contou uma história impressionante sobre seu gosto pela leitura, relatando também todas as dificuldades por que passou para poder desfrutar do prazer de ler. Leonilda gostava de ler romances, sua mãe proibia que ela lesse pequenas histórias de amor que eram publicadas no jornal a que a família tinha acesso, porém diz a depoente que sua própria mãe lia todas as histórias românticas dos jornais.

Para poder ler livros que retirava na Casa Paroquial, prédio próximo à igreja Sagrado Coração de Jesus, no centro da cidade, Leonilda fechava a porta de seu quarto, abria um guarda-chuva próximo à porta, de maneira que impedisse a mãe de ver o “clarão” do lampião aceso em seu quarto (material utilizado para iluminação). A mãe de Leonilda queria evitar gastos, dizendo que era para a menina deitar e dormir. Leonilda achou uma forma de ler, sem receber punição, porque, conforme seu relato, era punida com castigos físicos quando queria brincar, por exemplo.



“A minha mãe me tirou do colégio e me botou na cozinha, cozinhar e fazer o serviço de casa, para ela poder costurar pra ganhar um dinheirinho.”

Figura 22. Leonilda Baggio Grazziotin, 82 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.



Figura 23. Aquarela – Leonilda fazendo leitura. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005

Maria Craves refere: “O nosso castigo era o laço, a mãe surrava a gente e o pai também... a gente apanhava de ficar marcado, quantas vezes a gente assinalava os braços e as pernas.” Nesse relato, Maria Craves expôs as dificuldades econômicas em que viviam, a miséria e a luta pela sobrevivência. O pai bebia, sendo que castigos físicos eram impostos aos

filhos e à sua mulher, pois, muitas vezes, diz ela, sua mãe e seus irmãos dormiam no mato para fugirem da violência do pai. A violência destinada às crianças era uma prática comum, independentemente muitas vezes da classe social, da etnia, do sexo, ao menos nesses relatos orais que compõem os dados desta pesquisa. Alzira disse: “Se a gente fazia um negócio errado que tinha que tomar uns tapas a gente tomava.”

João Carlos era um *menino negro* (faz-se uso desse termo aceito na cidade, para distinção de descendentes de italianos que seriam os brancos, pois os nascidos no Brasil eram chamados de negros) e em seu depoimento relatou as dificuldades pelas quais passou em sua infância, inclusive por experiências de abandono. Em suas vivências dentro e fora da família, foi comum ter sido vítima de castigos físicos.

Este mesmo depoente, referindo-se à sua vida familiar, relata: “A única coisa era apanhar, apanhar e castigo.” Ao mencionar sua experiência fora da vida familiar, vivendo um período no campo, diz: “No campo apanhei bastante, com aqueles reios trançados, te chamavam lá no quartinho e te davam. Eu desobedeci bastante, não era como agora que pode pegar o chinelo e dá uma chinelada, eu saí de lá com o “ombro batizado”, o couro tava machucado.”

A história desse depoente, relacionada à sua vida de criança, talvez tenha sido o relato em que a violência infantil ocorreu de forma mais cruel, se for comparado ao modo como se concebe a infância nos dias de hoje, em determinados contextos. João Carlos sofreu ainda muito pequeno todo tipo de maus-tratos, caracterizando-se literalmente por violência, privações de toda ordem.

Elsa relatou em sua história oral ter sofrido castigos físicos em sua vida de criança. Esse fato ilustra que os castigos físicos não ocorriam apenas em famílias pobres, de etnia negra. Elsa viveu em uma família que sempre trabalhou para dar condições para que os filhos pudessem estudar. O pai de Elsa, um prático em farmácia, tinha como objetivo de vida dar condições para que seus filhos pudessem seguir os estudos, por isso oportunizou que estudassem em outras cidades. Seus filhos estudaram em Porto Alegre, sendo que, na coleta de dados para esta pesquisa, foi a única família que conseguiu dar aos filhos ensino universitário, por exemplo. Também em seu depoimento oral, deixou claro que eram dadas poucas tarefas para as crianças, sempre foi priorizado na família o estudo dos filhos.

Mesmo vindo de uma família diferenciada, sua infância foi marcada por questionamentos, pois sentia-se injustiçada por sofrer tantos castigos físicos. Elsa refere:

“Ele era muito enérgico, quem fazia alguma arte ia para o banheiro, ele pegava um pedaço de borracha, aquelas de amarrar no braço quando fazem injeção e dava umas borrachadas nas pernas... eu sempre tinha as marcas porque apanhava bastante... eu sempre achava que não merecia o que tava levando. Hoje eu penso que eu era a pior, a terrível da casa, então eu me conformo agora, eu tô crescida, me conformo, mas não que naquela época eu me conformasse.”

Elsa prossegue em seu relato:

“Eles não se interessavam, sabiam que tinha alguém fazendo arte e que deveria ser eu, então dele pancada; talvez fosse psicológico, eu urinava na cama, eu fazia coco nas calças, todas as manhãs eu acordava molhada, talvez minha mãe não gostasse de ter uma pessoa assim dentro de casa, talvez fosse psicológico porque eu me sentia rejeitada... na escola pedia para a Irmã para fazer xixi e ela não deixava, então abria as perninhas e fazia xixi ali no banco. Tinha esse problema e ninguém me orientava, ninguém tratava, naquela época era assim.”

Esse depoimento inquietante aponta vários aspectos para reflexão. A princípio, porque é o primeiro depoimento oral que demonstra haver uma “transgressão”, um pensar sobre suas atitudes, sobre as atitudes dos adultos nos ambientes em que viveu a infância. Elsa pensava, questionava a autoridade do pai que lhe impunha castigos físicos e que ela achava injustos naquele momento. Mesmo vindo de uma família de classe social diferenciada daquela dos demais depoimentos, mesmo seu pai exercendo um trabalho relacionado com a saúde, Elsa não relatou em momento algum um cuidado especial com sua saúde, apesar dos sintomas que apresentava.

É interessante reafirmar que memória não é apenas recordação, lembrança. Conforme Bosi (2003), em sua obra que trabalha com as lembranças de velhos, aborda que memória é pensamento, é reconstrução, é trabalho. No relato oral de Elsa, fica evidente, na sua reflexão atual, a tentativa de compreender os fatos de sua vida de criança, tanto que se vale do termo “psicológico”, para explicar de maneira mais contemporânea suas experiências com certas dificuldades na infância. Fica evidente que essa depoente sentia-se sozinha em muitas situações de sua vida quando criança, dizendo “ninguém orientava”, como se esperasse mais dos adultos.

6.6 OS NENÊS VÊM DO BANHADO



“Quando os sapos gritavam no banhado a minha mãe dizia que eram os nenês que tinham lá. Então nós fomos lá e fazia buraco pra tira os nenê de lá.”

Figura 24. Maria Craves Faustina da Silva.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.



Figura 25. O trabalho de Maria Craves Faustina da Silva.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio, 2005

Nos depoimentos por meio da história oral, foram unânimes os relatos de existência de assuntos proibidos, assuntos que eram tabu, que por isso mesmo não havia nem a necessidade de proibição, pois não eram ventilados em hipótese alguma. Os depoentes relataram que, nas famílias, nunca conversaram sobre sexualidade humana, a origem da vida, o nascimento dos bebês, as transformações da puberdade, como a menstruação nas mulheres, por exemplo.

Geneveva refere-se aos assuntos proibidos dizendo: “Era mais difícil que agora, eles eram sempre mais seguros de tudo, de falar essas coisas, não é como agora, que fala, que diz, não... Ah eles por acaso que tivesse alguma coisa, meio escondida, eles falavam entre eles a mãe e o pai.”

Geneveva, a depoente com cem anos de idade, não conseguiu definir o assunto proibido, não conseguiu nomear; esse “tabu”, termo usado por Elsa, fez compreender a força que esse assunto ainda tem para Geneveva, pois a depoente referiu-se à sexualidade humana como “de falar essas coisas”. Leonilda comenta:

“Ah sobre sexo, era tudo escondido. Eu me veio a menstruação com doze anos e meu pai já tinha falecido, eu não sabia o que era, eu toda assustada pensei que tinha me cortado. Depois a minha mãe foi bem no escurecer fechar o galinheiro das galinhas, aí eu falei para ela, ela me disse que acontecia para todas as mulheres... mas era tudo escondido, tudo segredo.”

E Leonor complementa em seu depoimento oral:

“Muito desse sexo, meu Deus, de onde vinha as crianças. Tinha um banhado lá, que as rãs cantavam, diziam que eram as crianças que as mulheres ganhavam. Eu casei com dezessete anos, ninguém falava sobre nada de sexo, eu casei e nem sabia de nada, porque não me disseram nada. Quando eu fui morar em Caxias com a minha irmã mais velha, eu me assustei, fui na cama e tudo escondido, acordava de noite e lavava minha roupinha e botava no teto, tudo em silêncio, tudo em sigilo, sempre na cama, eu perdi aula. Minha irmã perguntou o que eu tinha e eu assustada, depois ela descobriu o que eu tinha e me ensinou: – ‘Não te assuste, porque as mulheres é assim, então se cuide porque com as mulheres é assim todo mês.’”

Nesses dois relatos aparece o medo, a solidão, por ter que lidar com acontecimentos que seriam naturais no transcorrer da vida, acontecimentos que fazem parte da própria trajetória de vida do ser humano. A visão de pecado, proliferada pelo Catolicismo, tirava qualquer possibilidade de prazer para as mulheres, já que a sexualidade na vida conjugal tinha o objetivo apenas de gerar filhos; por isso, evitá-los por meio de qualquer alternativa, era também contra os princípios da Igreja. Esse tema parece ainda muito atual, essas questões são discutidas contemporaneamente pelas Igrejas. Decorrentes de uma educação familiar baseada no silêncio, na autoridade masculina, como representante do poder familiar, a submissão feminina aparece também numa submissão do corpo, no desconhecimento de seu próprio corpo. Parece pertinente que, em situações difíceis, como “menstruar” para as meninas, estas procuravam as mães, as irmãs, enfim, as mulheres para que pudessem ter uma resposta, que era dada de forma sucinta quando a situação exigia. As figuras femininas adultas, com a

simplicidade de suas palavras, confortavam de certa forma nesses momentos de mais intensidade, dúvidas e medos.

Maria Craves afirma:

“Ganhar nenê, quando os sapos gritavam no banhado a minha mãe dizia que eram os nenês que tinham lá. Então nós íamos lá e fazia buraco pra tirar os nenês de lá. Diferente de hoje, porque hoje a gente já tem a explicação na televisão, então a gente pode explicar pras crianças, eu explico pra essa guria eu digo, olha é assim, é assim. Naquele tempo, a gente era mais fechado, os pais não puxavam os assuntos, agora a gente explica pros filhos. A minha mãe era mais reservada, depois que eu casei eu disse para ela: ‘– Mãe, eu vou ganhar nenê, como é que eu vou fazer’? Ela não dizia nada, só dizia: ‘– Mais tarde tu vai ficar sabendo’.”

Fica distante de muitas mulheres, hoje, que têm acesso a diversas informações, colocar-se no lugar daquelas mulheres ao menos nesse aspecto de total desinformação sobre seu corpo. Maria Craves aposta que, quando criança, sua mãe informava que os nenês estavam no banhado, ela e seus irmãos tentavam achar os nenês cujo choro era o coachar dos sapos. É interessante pensar no imaginário dessas crianças, o que desencadeava, o que ficava entrelaçado nessas fantasias, em que medida uma informação verdadeira aliviaria ou ao menos diminuiria a possível angústia dessas versões criadas pelos adultos. Não passa aqui críticas às possibilidades e aos modos de como lidavam com as circunstâncias, já que a desinformação estava ligada a vários aspectos, dentre eles a ausência de escolarização, a classe socioeconômica, a religiosidade, como também a tradição cultural, que passava pela tradição oral informações de geração para geração.

A depoente foi menina pobre, negra, nunca frequentou escola, tendo trabalhado desde muito pequena para ajudar no sustento da família. A pesquisa revela famílias

numerosas. Isso quer dizer que as famílias tinham muitos filhos, as questões sobre a origem dos bebês deveria ser uma constante, pois as mães ganhavam filhos com muita frequência, sendo que a resposta também se repetia: “Os nenês vêm do banhado.” Se havia resposta, supõe-se que as crianças indagavam a respeito da origem dos irmãos, por exemplo, já que a gravidez das mulheres era frequentemente escondida pelas vestimentas, sendo surpresa a chegada de um novo membro familiar, pois nada se falava sobre o assunto.

Maria Craves engravidou; iria ser mãe e não tinha conhecimento sobre o que iria acontecer; a resposta que teve quando criança já não se justificava. O nenê estava em seu corpo, ela gerava seu filho e não tinha nenhuma informação sobre o parto, como nasceria seu filho. Na informação da depoente, ela ressalta a televisão como um meio de comunicação social que ajuda, ao menos em determinados contextos, a passar informações sobre assuntos antes não-abordados.

Zilba informa a respeito do assunto:

“Mas não se falava nada, esse negócio de hoje em dia como sexo, mas nem falar, a gente não sabia o que era, tanto é que eu fiquei moça eu tinha quatorze anos e meio. Quando fiquei menstruada, eu chorei achando que tinha uma doença, nem sentei na mesa de vergonha, mas parece mentira, ninguém acredita, eu tinha quase quinze anos fiquei menstruada e não sabia nada, nada. A mamãe, ela tinha preparado os panos higiênicos que eram uma caixinha, mas ela não tinha coragem de falar comigo, quem falou para mim foi minha cunhada, depois que eles viram. Era rígido demais, mas eles não tinham culpa, ninguém sabe o que minha mãe passou, porque minha mãe casou com quinze anos. Eles diziam que aquelas rãs que a gente ouvia cantar eram as crianças que iam nascer. Eu acho que aquela época era fechada e agora aberta demais. Eu acho melhor a gente saber o que ia acontecer com a gente; o pior é que muita gente achava que nós éramos sábias, mas era pura ignorância.”

Leonardo diz:

“Bom, esse negócio de sexo era pecado só falar, ninguém falava, os pais principalmente. Deus o livre! Era proibido. Uma vez eu já era crescido, eu tinha um livro que falava de amor, que falava de sexo, essas coisas todas e emprestei para meu primo, ele leu. Sabe, o “véio” pegou aquele livrinho e um dia desses quando veio para praça me chamou e disse para nunca mais emprestar o livro pro filho. Todo mundo tinha curiosidade, o livrinho era de propaganda em revistas, mandei buscar, eu não sabia escrever, mandar buscar alguma coisa era o dono da banca, eu pedia para ele e mandava buscar, pagava no correio. Sei que aquela vez se invocaram comigo porque eu emprestei o livrinho.”

Aqui temos dois relatos, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, a depoente que estudou, e de Leonardo que nunca frequentou escola. Aqui fica evidente que a repressão e o tabu, em certos assuntos, era para ambos os gêneros. Zilba relata que assustou-se ao ficar moça, sendo que frequentar escola, conversar com amigas da mesma idade não garantiu avançar em certos aspectos; parece que certos assuntos não eram conversados nem entre amigas, muito menos na escola por ter cunho religioso. No levantamento de dados, não houve nenhum relato em que houve interação entre amigos, em que tivessem aprendido sobre as transformações do próprio corpo, por exemplo. A depoente deixa evidente o quanto facilitaria conhecer determinados assuntos, como as transformações do próprio corpo.

6.7 BRINCADEIRAS DE GURI

Os guris pra cá! As meninas pra lá!



[...] o meu primeiro emprego foi na pensão com 7 anos. Então eu ia pra lá e não conseguia fazer muita coisa, então tinha que pegar, enchia garrafa de vinho[..]".

Figura 26. Alzira Vargas dos Santos-66 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 27. Aquarela - Brincadeiras de Alzira. Autora
Melina Roveda Stimamiglio

Nas informações coletadas, ficou evidente a separação entre o gênero feminino e o masculino, diferenciação manifestada na divisão social de papéis, na divisão do trabalho, na divisão do capital, na separação entre meninas e meninos na educação escolar, bem como nas brincadeiras. Na descendência italiana, são evidentes as manifestações claras de poder do gênero masculino na organização do trabalho familiar. Percebe-se claramente a ideologia de poder perpetuada culturalmente; porém, em outros contextos, constituídos por outra etnia, também havia uma separação dos gêneros, principalmente na divisão do trabalho e na cultura lúdica.

Maria Craves relata: “Entre meninas porque meu pai não deixava nós brincar com os meninos, nem com os irmãos, muito custoso. Os guris brincavam pra cá e as meninas brincavam pra lá com as meninas.”

Zilba diz o seguinte a respeito da divisão das tarefas na família:

“Mamãe cuidando da casa e criando os filhos, trabalhando dentro de casa e o papai tinha todo aquele comércio todo. A mamãe nem tinha tempo de estar falando essas coisas, era só trabalho, lavar roupa, passar roupa, costurar, fazer as coisas para as crianças, fazer almoço.”

A mãe da depoente teve quinze filhos, por isso Zilba referiu-se à falta de tempo de sua mãe para falar com os filhos, pois as tarefas domésticas exigiam dedicação e trabalho intenso. Bourdieu (2002), referindo-se à divisão social do trabalho, distinção classificatória que define todas as práticas entre o masculino e o feminino, diz que às mulheres ficaram os serviços domésticos, o trabalho muitas vezes vergonhoso, dentro de casa, escondido e “invisível”, o cuidado das crianças e dos animais. Ainda, como tarefa do gênero feminino, o trabalho externo não vai além do espaço da casa, do terreno, isto é, o cuidado com a jardinagem, além das tarefas mais humilhantes relacionadas ao sujo.

Alzira diz:

“Eu me lembro que eu era fazedora de folia [sic], eu era a mais que fazia, mais que meus irmãos. Era sapeca, gostava de sempre tá em carrinho de lombá, era tudo coisa de guri, era carrinho de lombá, bolinha de gude, funda, era trepada em árvore. O pouco que eu brinquei era tudo assim, era mais coisa de guri, eu passava mais tempo com meus primos, porque era coisa de guri o que eu fazia, então mais ficava junto com os guri do que com gurias, porque as gurias brincavam com bonecas, mas eu não gostava de boneca, gostava mais de coisas de guri, era o

brinquedo de guri que eu gostava. As gurias iam tudo trabalhar nas casas, fazer faxina, tinha meu irmão que era mais velho que trabalhava numa oficina.”

Alzira traz elementos interessantes para a análise, colocando no simbolismo lúdico a diferenciação de gênero. O lúdico é um elemento que dá identidade para a infância, a necessidade de brincar está presente na trajetória humana nos diversos registros da História, em todos os tempos. No simbolismo lúdico, há uma representação dos papéis sociais, no jogo a criança representa o mundo adulto. Quando Alzira enfatiza que gostava somente de brincadeiras de guris, está designando os papéis sociais aceitos culturalmente. Ela disse não gostar de brincar com bonecas, o brinquedo oferecido para as meninas, que treinam desde cedo para os cuidados maternos.

Gelcy relata sobre o que aprendeu com sua mãe: “Saudades de tudo o que ela me ensinou. A mãe me ensinou cozinhar, lavar roupa, costurar, limpar a casa, tudo de bom ela me ensinou, ela me ensinou bordar ponto cruz, fazer crochê de linha carretel, se tu visse os trabalhos que minha mãe fazia!”

Elsa relata:

“Minha mãe dizia que ela ia na escola e a professora mandava ela limpar a escola e depois que ela limpava a sala de aula, ia na casa da professora fazer limpeza. Estudar ela estudou pouco. Ela dizia que tinha raiva da professora dela que fazia ela trabalhar, que ela era muito caprichosa. Ela sabia ler não muito corretamente, ela não lia muito, nunca vi ela com um livro, só de receitas. Ela era doceira.”

Nesse relato, podemos estabelecer uma relação direta com o papel social do gênero feminino, principalmente o que há entre a mulher e a criança, como categorias excluídas e negadas, objeto de estudo da sociologia por muito tempo.

O depoimento aponta para o poder exercido sobre a criança quando esperava-se dela apenas obediência na infância e a negação de seus desejos, como aprender, por exemplo. Outro aspecto importante é o fato de uma mulher exercer a autoridade adulta para submeter outra “mulher, nesse caso uma criança, ao papel culturalmente imposto para o gênero, o feminino, perpetuado pelas mulheres”. Alanen (2001) aponta para a importância dos estudos feministas, como desencadeadores de um olhar a outras minorias excluídas socialmente, dentre elas as crianças. Sem dúvida, há uma relação direta dos *estudos feministas* com um novo campo o de *estudos de crianças*.

Ainda é importante considerar o entrelaçamento entre o público e o privado, uma vez que a professora estava em seu trabalho e solicitava para sua aluna que limpasse também sua casa, bem como é indispensável pensar no *saber* negado e no *saber* determinado para as mulheres.

A mulher desse exemplo, assim como muitas mulheres de sua época, cumpriram os “mandatos”, que lhes forem dados, assim como relatou Elsa. Narrando aspectos de sua vida familiar na infância, contou que sua mãe aprendeu a ler muito pouco, lia somente receitas de doces, sem jamais tê-la visto ler qualquer outro material.

Nicola contou: “Minha mãe não conhecia dinheiro quando casou, depois junto com meu pai ela contou dinheiro, senão não sabia o que era, não foi na aula, nada, nada.” Esse fato

mais uma vez ilustra a proximidade entre a criança e a mulher dentro das relações sociais; o dinheiro, ou melhor, o valor do dinheiro é um critério do qual as crianças precisam ter certos conhecimentos lógicos para compreender, por isso, muitas vezes, é desprezado pelas crianças que preocupam-se mais com a quantidade do que com o valor da moeda. A mulher que, nesse exemplo, casou sem conhecer dinheiro, tem uma dependência total em relação aos outros, como também uma falta de autonomia para gerenciar sua vida adulta. Além do mais, numa sociedade capitalista, dinheiro é poder e, conseqüentemente, seu uso gera poder.

É importante considerar que, por muito tempo, na cultura de descendência italiana, a divisão do capital na herança familiar era diferenciada para os gêneros, cabendo para os filhos homens os bens materiais de produção, como a terra. Já às mulheres era comum herdar uma máquina de costura para, após o casamento, poder costurar para a família, bem como o enxoval que elas mesmas confeccionavam nos intervalos entre todos os trabalhos desempenhados diariamente.

Maria Craves, disse a respeito de suas brincadeiras:

“Nós fazia aquelas bonecas de sabugo, nós enfiava um pauzinho e fazia as perninhas, os bracinhos, fazia o cabelinho com aqueles cabelinhos do milho e brincava de boneca. Nós trabalhava e enquanto o pai e a mãe descansavam um pouco por lá, a gente brincava entre nós, de corre, de se pega, de roda, mas se tinha muito pouco tempo pra brincar. Nós pegava um pedaço de pano e jogava pra outra, a outra já corria atrás de nós. Entre meninas porque meu pai não deixava brincar com os guris. Os meninos jogavam bola e quando não tinha bola faziam de meia e jogavam, ou de funda e aqueles balanço no mato de corda e balançavam.”

6.8 HOJE É DOMINGO! REZAR E BRINCAR!

Nesse momento quero refletir sobre o espaço-tempo lúdico dessas infâncias que compõem a pesquisa. Desse modo, busco analisar a concepção de criança pelo olhar do adulto nesses relatos, busco também analisar a infância dentro de um contexto histórico, por isso um contexto composto por muitas relações e implicações sociais.

A necessidade e o prazer de brincar parecem compor o universo das crianças da pesquisa, independentemente da classe social, do sexo, da etnia, bem como do espaço geográfico em que estavam inseridas.

Antônia relata sobre suas experiências lúdicas dizendo:

“Nós brincava, nós pegava um pau e uma tábua, botava um prego no meio e fazia a balança, depois nós fazia uns pacotinhos de terra, brincava de vender. Nos reunia em quatro, cinco meninas, com seis, sete e oito anos. Depois a gente cantava, nós vinha da igreja e arrumava um lugarzinho no potreiro ou na estrada e ia lá e cantava o que se cantava na igreja e a gente dizia que era nossa igreja, era bem divertido, bem mais que agora. No domingo, a gente ia na capela, no terço; depois a gente ia na casa das comadres da minha mãe. Só aos domingos, nem todos os domingos ainda. Agora no verão mais porque no inverno a gente não saí de casa, mas as brincadeiras eram assim, gente inocente e também nunca junto dos guri, as meninas com as meninas e os meninos com os meninos. Antigamente todo mundo tinha um monte de filhos, então a gente ia brincar, nos dias de semana não, dia de semana todo mundo ia para roça. Como eu disse, nós brincava de comadre, de ir na igreja, de boneca. Nós fazia uma boneca de pano, nós roubava a linha e a agulha da mamãe, pedaços de pano e costurava o corpo, os braços, as perninhas, nós adorava fazer o rostinho e pronto, era a boneca da gente porque os meus pais não tinham recursos.”



“E também no Natal a gente não ganhava presentes, ganhava um tostão, duas, três balinhas ou um biscoito. Eu já ganhei doce, um biscoito, um tostão. [...] eu como sou uma pessoa pobre nunca tive boneca[...] eles botaram a boneca no lixo e eu fui lá e peguei.”

Figura 28. Antônia Nicolussi, 82 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 29. Aquarela - Brincando de igreja.
Autora Isabela Roveda Stimamiglio, 2005.

Antônia traz, mais uma vez, o aspecto da religiosidade como fator determinante na cultura de descendência italiana. Agora, o aspecto religioso aparece na cultura lúdica, principalmente nas brincadeiras das crianças que residiam no interior do município. Huizinga (2000) aborda o jogo, dentre outros aspectos, como um fator cultural da vida, como *função significativa*, por isso revestido de um determinado sentido. Desde as sociedades primitivas, o homem, por meio do mito, busca respostas para os mais diversos fenômenos que o cerca, celebrando seus ritos sagrados, utilizando-se deles, de cultos, diante dos mistérios da vida. A religiosidade exprime o sagrado, como fator cultural, pois se reveste de profundo significado, ao menos para esse grupo cultural que tem no Catolicismo suas bases.

As famílias que residiam no interior moravam geralmente distantes umas das outras, por isso os encontros sociais aconteciam nos filós:²² encontros noturnos que permitiam ampliar as experiências familiares. Esses encontros implicavam conversas, alimentação, cantorias e jogos.

Nicola contou a respeito dos serões: “O mais era que se jogava baralho, jogava o quatrilho, depois no final tomava vinho, comia pinhão, batata, depois saía um canto italiano.” No filó, homens e mulheres ficavam divididos, as mulheres geralmente ficavam na cozinha conversando, preparando os alimentos que seriam servidos e cuidando das crianças pequenas. Os homens jogavam cartas, conversavam e cantavam. Outro acontecimento que fazia parte das relações sociais era o encontro das famílias pertencentes a uma mesma capela, nos fins de semana, geralmente aos domingos. Frequentar a Capela aos domingos era fazer parte da convivência daquele grupo de famílias que residiam próximas, sendo que, nessas capelas, aconteciam encontros religiosos, conversas, jogos. Era o momento também de estabelecer trocas, falar dos problemas do trabalho, buscar auxílio para mutirões, isto é, eram grupos de agricultores que residiam próximos e que colaboravam uns com os outros, para os trabalhos na agricultura, como organizar uma colheita, por exemplo.

Nesse momento, mais uma vez, a diferenciação de gênero se fazia presente, agora determinando as relações de lazer. Nos domingos, após o culto religioso, mais precisamente na parte da tarde, as mulheres rezavam o terço, conversavam entre si e confeccionavam trabalhos artesanais. Os homens, enquanto as mulheres dedicavam-se às orações, reuniam-se no salão próximo à igreja e aproveitavam as horas de lazer para jogar seus jogos preferidos,

²² Filós eram encontros familiares geralmente entre vizinhos de uma mesma Capela do interior, que reuniam-se para confraternizações, onde eram servidas comidas e vinho como bebida. Os homens jogavam cartas e conversavam sobre o trabalho agrícola, as novidades. As mulheres ficavam na cozinha com as crianças pequenas. Elas confeccionavam trabalhos manuais e conversavam. Os filós se convertiam encontros sociais.

regados com vinho. Essa bebida era produzida por meio do cultivo de uvas, cultura agrícola grandemente difundida em toda a região da Serra gaúcha.

Antônia disse que brincava de comadre, de ornamentar sua própria igreja, disse ainda que as brincadeiras geralmente aconteciam entre crianças de mesmo sexo, eram animadas com cantos que aprendiam na igreja. Nesse relato, a depoente demonstra que os momentos reservados para as brincadeiras reproduziam as vivências da vida de criança da roça, ou seja, as experiências que compõem o conjunto de traços da própria cultura.

Genoveva diz, a respeito das brincadeiras de sua infância: “Brincava de domingo, de sábado de tarde, mas não tinha os brinquedos de criança que nem agora, cantava nossas canções velhas e pulava.”

Leonilda relatou: “Eu também apanhei porque se eu saísse para brincar com as meninas mas ela batia na gente, tinha chicote embaixo da cama.” A depoente disse que, na sua infância, gostava de andar de balanço com suas amigas que moravam próximas da sua casa; para isso fugia em momentos que sua mãe não a visse, prática quase sempre frustrada, pois geralmente sua mãe percebia sua ausência. Nessas ocasiões, costumava submetê-la a castigos físicos. Leonilda contou que seu irmão mais velho construía brinquedos, para que ela pudesse brincar em casa, brincadeiras que realizava sozinha, pois sua mãe não permitia que se ausentasse de casa. Relatou: “Quem mais apanhou acho que fui eu, sim, porque criança, ela queria que eu trabalhasse, fizesse as compras.” Por meio dessa fala, Leonilda evidencia seu desejo de brincar, seu desafio diante da figura autoritária, porque, se foi a que mais apanhou em sua vida familiar, subtende-se que foi a que mais transgrediu, foi a que mais tentou viver como criança no que se refere ao direito de usufruir de momentos lúdicos.

Leonilda ainda aponta:

“Eu gostava de montar casa, daí eu dividia: sala, quarto, cozinha, e meu irmão fazia uma caminha de ferro, com aquele ferro que vinha na mercadoria com a madeira, de caixa de madeira fechada com ferrinhos, com aqueles ferros ele montava caminha, fazia fogão, panelinha. Ele ajudava a fazer as coisas, montava as casinhas. As meninas brincava de roda, de dominó.”



Figura 30. Aquarela brincadeiras preferidas de Leonilda. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Nesse relato, é importante considerar que o irmão participava da brincadeira de sua irmã, considerada *brincadeira de menina*, embora sua função fosse apropriada ao gênero masculino, pois cabia-lhe construir os móveis da casinha, montar, planejar os brinquedos, ou mesmo levar as peças que projetava para um latoro, para que fossem soldadas, já que os brinquedos construídos eram confeccionados com aproveitamento de ferro. Leonel, o irmão de Leonilda, encontrou uma forma de brincar de casinha, de estar envolvido com esse tipo de brincadeira próprio das meninas e, muitas vezes, proibido para os meninos em certos ambientes familiares.

Ferreira (2004) em sua dissertação de Doutorado na Universidade do Porto, entafizou: “A infância é uma variável da análise social que não pode ser compreendida, senão na sua relação com outras variáveis da estrutura social que faz parte, como gênero, classe social, etnia”. Esse é um dos aspectos que essa autora aponta, depois de ter convivido com uma classe de jardim de infância durante o transcorrer de um ano letivo, observando e registrando como ocorriam as brincadeiras.

Leonor disse a respeito de suas brincadeiras na infância:

“Nós brincava de “façoleto”(palavra usada em dialeto vêneta para designar lenço), pulava corda, ia se esconder, de pega-pega, de anel. Nós brincava, aprendemos nós mesmos, pegava laranjas e jogava “as bochas”, com laranja porque bola não se tinha, nós dançava, nós ia no rio pegar caranguejo. Não existia brinquedo, nós tinha um lajeado perto de casa, um lajeado bonito, nesse lugar tinha umas tocas que parecia forno; então, meu irmão juntava a terra, pegou umas latas e fez buraquinhos com prego e pegava a terra e peneirava, peneirava e a terra ficava bem fininha, ele dizia que fazia pão, fazia bichinho, bonecos, fazia tudo o que podia e deixava secar. Quando tava seco nós tirava e brincava com aquele brinquedo, com os bichinhos que ele fazia.”

A depoente Leonor ficou órfã logo após seu nascimento. Suas irmãs trabalhavam todo dia na roça, pois o pai fora convocado para cuidar das estradas. Leonor enfatiza os momentos de solidão na sua infância, ficando em companhia de seus irmãos gêmeos, com pequena diferença de idade, enquanto suas irmãs trabalhavam para o sustento da família. Na maior parte do tempo, os três ficavam sozinhos em casa, sendo que, muitas vezes, ela e seus irmãos já haviam adormecido quando suas irmãs chegavam da lida. Nesse relato, parece que as brincadeiras ocupavam o tempo dessas crianças, fortalecendo o vínculo entre os irmãos. De acordo também com o depoimento, eram eles que preparavam seu próprio alimento, “inventavam”, segundo a depoente, algo para comer, já que passavam o dia sozinhos.

Maria Craves, referindo-se ao tempo destinado às brincadeiras, disse: “Era só no fim de semana mesmo pra brincar, só no domingo porque no sábado a gente deixava tudo pronto pra minha mãe, porque minha mãe chegava de noite.” Em outro relato, também fica evidente o tempo livre. Gelcy relatou: “Era uma vida bem- atribulada sabe, mas era boa. Tinha a parte boa de passear com as colegas nos domingos de tarde.” A depoente segue com seu relato informando que, depois do almoço do domingo, ficavam algumas horas conversando com suas amigas, brincando de jogar prenda, de se esconder, além disso gostavam de comer pipocas enquanto conversavam.

Gelcy segue falando aspectos interessantes sobre o tempo que tinham para brincadeiras:

“Olha, nós jogava no meio da rua, arquinho, jogava bola, não tinha auto, mais era cavalo. Os moços passeavam de cavalos, era muito divertido. Nós jogava tudo no meio da rua. Nós ia na roça lá fora, fazia uns buraquinhos, fazia poças de água e brincava. Brincava pouco de boneca porque a mãe dava serviço dentro de casa, para entreter as pessoas, porque não queria que a gente saísse para a rua.”



Figura 31. Gelcy Olga Citton, 84 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



“Parece que tu tava no céu. O cavalinho que ia. Ai, que bom! A Lorena disse outro dia: - Que saudades da charrete do nono, né? Ah, que bom que era, Neusa”.



Figura 32. Aquarela – “Saudades”. Autora Isabela Roveda Stimamiglio, 2005

Aspectos interessantes precisam ser considerados a partir desse relato, isto é, a cidade de Antônio Prado daquela época era uma cidade calma, poucos automóveis transitavam pelas ruas, sendo que a rua era também o espaço do brinquedo, dos encontros dos amigos, do lazer coletivo. Gostaria também de registrar que, nesse relato, Gelcy evidencia que não havia algo estanque entre trabalho e atividade lúdica, pois, mesmo estando na roça, desenvolvendo tarefas obrigatórias para ajudar a família nas atividades de rotina diárias, como ela mesma disse, “se fazia uns buraquinhos, fazia poças de água e brincava”.

Silva (2003) possibilita uma reflexão a partir de sua pesquisa realizada com crianças trabalhadoras nos canaviais. O autor traz presente a dialética do corpo, do corpo oprimido e submetido às pressões sociais, que é também um “corpo-sujeito”, que resiste às circunstâncias reais, pois é também um corpo do simbólico, um corpo desejante, “um corpo brincante”, manifestado no tempo do trabalho.

Alzira é uma depoente que disse: “Gostava era de andar de cavalo, gostava de entrar no mato de cavalo, buscar lenha no lombo do cavalo, carregava água.” Nessa revelação fica evidente que Alzira conciliava trabalho, tarefas familiares obrigatórias com prazer, com momentos lúdicos. A depoente trabalhou desde muito pequena, não frequentou escola, sua família vivia uma difícil situação economicamente. Por isso, a menina tinha a tarefa de buscar lenha e água. Sua família tinha que suprir necessidades básicas do cotidiano. Alzira, no momento em que relatou esse fato, sorriu, seus olhos adquiriram brilho especial, transparecendo alegria, prazer em realizar aquelas tarefas. Passou esses sentimentos muito mais que amargura pelas dificuldades da sua vida na infância.

Leonardo aborda: “Nós jogava bolinha de gude, aquilo era sagrado todo domingo, gostava muito de jogar bola. No domingo, nós combinava, nós ia em vinte, trinta num potreiro onde tinha o futebol pé-no-chão.” É mais um depoente que enfatiza que tinha um tempo específico, livre. Esse tempo sem tarefas acontecia no domingo à tarde.

Leonardo seguiu dizendo:

“Em domingo era missa e pra casa, nós combinávamos nos domingos de manhã e íamos fazer represa onde tinha um rio, nós fazia represa, de tarde tomar banho. A gente ia em turma pra tomar banho, principalmente aos domingos, porque dia de trabalho, ou era aqui ou era ali, sempre tinha onde trabalhar. Lembro bastante de carrinho de lomba, tinha um potreiro lá num tio e tinha bastante morro, nós descia em dez no carrinho e depois levava de volta.”



“Eu nunca fui na escola, eu não conheço escola. Eu nunca fui na aula. O meu irmão mais velho ia mas não tinha cabeça pra estudar. O outro estudou um pouquinho, aprendeu matemática muito pouquinho também. Mas eu nunca fui. Naquele tempo eles diziam- Tem que ser enxada! Estudar pra quê? – Pra carpir não precisa estudo!”

Figura 33. Leonardo Stedile, 78 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.



Figura 34. Aquarela - A vida de Leonardo.
Isabela Roveda Stimamiglio, 2005.

O tempo-espaço para as brincadeiras dependia, dentre outros fatores, da condição socioeconômica das famílias dos depoentes. As crianças que residiam no interior do município, local em que as famílias tinham sua economia diretamente ligadas à agricultura, bem como as crianças da cidade, oriundas de famílias com dificuldades diárias no sustento dos filhos, tinham suas atividades lúdicas restritas. Nessas famílias, o trabalho dos filhos era fundamental para suprir as dificuldades imediatas do cotidiano, para a alimentação dos filhos, por exemplo.

O trabalho das crianças tanto acontecia nas famílias de descendência italiana como nas famílias de etnia negra, sendo que as tarefas cotidianas desenvolvidas pelas crianças estavam diretamente ligadas às dificuldades econômicas. As crianças do interior trabalhavam para ajudar os pais nas constantes tarefas ligadas à agricultura, sendo que o trabalho era para o capital da família, eram proprietários. As crianças da cidade, que desenvolviam atividades de trabalho, eram oriundas de famílias com muitas necessidades.

Os filhos de descendentes de italianos que moravam na cidade, muitas vezes não possuíam terra para a produção familiar, por isso mesmo trabalhavam como empregados em terras de outros proprietários. Quando desenvolviam tarefas na agricultura, como empregados, muitas vezes combinavam antecipadamente como se daria a divisão dos lucros da colheita.

Já as crianças negras que residiam na cidade, vinham de famílias que não possuíam terras para cultivo e, muitas vezes, não eram proprietários nem do terreno nem da casa onde residiam. Os pais das crianças negras, desta pesquisa, mais especificamente os homens, trabalhavam geralmente como biscateiros, enquanto as mulheres desempenhavam serviços de domésticas e de faxina.

6.9 ERA SÓ PRODUZIR!

Genoveva assim relatou a respeito do trabalho na infância:

“Na minha infância, eu sempre digo que comecei ajudar, trabalhar bem nova. Fazia tudo com seis, sete anos, eu me lembro que fazia comida pra gente, não é brincadeira, não é mentira. Eu infância não tive, porque eu sempre trabalhei desde criança. Eu ajudava em tudo, arrumar a cama, lavar, eu ajudava minha mãe, fazia comida. A minha infância foi esta, trabalhando a vida toda, eu não tive infância, eu garanto que tudo era assim. Eu fazia vestidos para as colegas, numa máquina grande da minha mãe. Era uma máquina boa, aprendi com minha mãe. Eu me lembro até o vestido que eu fazia, com duas pregas. Mais que vestido! Ah, eu sempre trabalhei, porque quem sabe o que eu trabalhei, ninguém acredita.”

Genoveva, a depoente que completou 100 anos em fevereiro de 2005, recebeu homenagem da família, ganhou faixa na frente de sua casa, com dizeres parabenizando-a pelos anos de vida e pelo convívio familiar. Comemorou seu centenário com uma festa. Essa depoente, nos momentos em que estivemos juntas, evidenciou questionamentos sobre sua longevidade, disse não saber o porquê de estar ainda viva. “Deus não vem me buscar.” Na ocasião em que estivemos em sua residência para a filmagem, ela falou a respeito de sua idade e concluiu dizendo: “Acho que é o amor de meus filhos que me mantém viva.”

Genoveva tem uma história secular, viveu em diferentes épocas, presenciou fatos históricos, mas principalmente viveu transformações significativas ao longo de sua vida. Quando a depoente quer dar veracidade ao modo como viveu sua infância, enfatiza: “Não é brincadeira, não é mentira.” Ela mesma percebe uma grande diferença na forma de viver nos dias de hoje, comparada à forma de viver do início do século XX. A depoente por diversas

vezes argumenta: “Eu infância não tive”, fazendo relação com essa infância dos dias atuais e que certamente se distancia da infância que viveu.

Como relatou Genoveva, era uma forma diferente de organização social, aprendeu a rezar em italiano, língua que falava em todos os contextos de suas relações, língua em que foi alfabetizada. Era também a maneira de comunicação que utilizava para brincar, cantar. Depois, como ela contou, teve que “trocar, aquela língua não valia mais nada, tive que deixar tudo e pegar a doutrina brasileira”.²³ A forma de seu relato passou a idéia do quanto precisou transformar e transformar-se ao longo de sua vida.

É importante fazer relação do depoimento de Genoveva, que acha difícil alguém acreditar que se vivia uma vida de criança, “sem ter infância”, referindo-se aos trabalhos desenvolvidos desde muito pequena, com a experiência vivida por Silva (2003), quando relata os dados de pesquisa realizada com crianças trabalhadoras nos canaviais. Esse autor, em trabalho produzido recentemente, aponta dados importantes para a reflexão sobre a exploração do trabalho infantil, deixando claro que, em muitas realidades, o trabalho infantil ocorre ainda hoje de forma intensa.

Maria Craves refere:

“Nós nos seis anos de idade já tinha que pegar no cabo da enxada, nós tinha que trabalhar. Desde pequena a minha mãe sempre me levava pra ajudar ela. Os outros ficavam em casa, ficavam fazendo alguma coisa, carpindo em volta da casa. Com nove anos eu era babá, eu cuidava dessas crianças eu vi a Angélica nascer.”

²³ Genoveva em entrevista concedida no dia 16.09.2004, fita n. 1, relatou que inicialmente começou a estudar com o livro em língua italiana, chamado de “Manuscrito”, logo após começou a estudar em língua portuguesa.

Essa depoente era uma criança negra, vinda de uma família com muitas dificuldades econômicas. Em seu relato, informou que muitas vezes tinham que trabalhar apenas para se alimentar. Trabalhava na roça quando a família morava no interior; depois, já na cidade, ajudava sua mãe que era faxineira. Surpreende quando Maria Craves, com a idade de nove anos, relatou que cuidava de crianças, como se ela mesma não fosse uma criança. Talvez as dificuldades pelas quais passou desde seu nascimento e o fato de ter sido a filha mais velha da família, ficando com a tarefa de cuidar dos irmãos, a tenham afastado de sua própria infância. A responsabilidade que teve desde muito pequena antecipou sua “adulterz”.

Alzira contou sobre seu trabalho desenvolvido na infância:

“Eu tinha meu ordenado também, era tudo para minha mãe. Eles me pagavam para fazer aquilo, porque mesmo não se arriscavam nem de fazer eu lavar a louça, porque eu era pequena, eu era muito miudinha, não tinha muita força, então meu serviço era aquele, era encher as meias garrafas de vinho, botava nos engradados, os rapazes levavam para cima. Depois eu colocava nas mesas. Naquele tempo era bastante gente, os caminhoneiros vinham tudo por aqui, almoçavam na pensão.”

Alzira disse que foi ela mesma que conseguiu seu primeiro emprego; com sete anos de idade já tinha uma rotina de responsabilidade e cumpria horário diariamente, trabalhava das oito às dezesseis horas. Há uma relação direta entre as histórias dos depoentes, no fato de trabalharem desde criança e ficarem evadidos da escola.

Nesse relato, bem como no anterior, existe uma relação direta com a etnia, com a classe econômica e com o fato de nunca terem frequentado escola na infância. Essas duas depoentes estudaram depois de muito tempo, já na fase adulta. Nesses dois relatos de infância, as depoentes disseram que não sabiam ler nem escrever quando eram criança.

João Carlos assim se manifestou sobre suas responsabilidades na infância:

“Sempre trabalhei, nunca tive uma folga, de dizer hoje eu tô livre. Sempre trabalhei desde pequeno. Quando eu comecei a caminhar, que eu comecei a conhecer a vida, sempre trabalhando. Trabalhava em colônia, carpia, roçava, colhia uva. Depois, com doze anos, arrumei emprego no armazém e fiquei na cidade. Sempre trabalhei, sempre tive que trabalhar, não tinha escolha. Se eu não trabalhasse eu apanhava em casa.”



“Sempre trabalhei, nunca tive folga de dizer: - Hoje eu tô livre. Sempre trabalhei desde pequeno. Quando eu comecei a caminhar, que eu comecei a conhecer a vida, sempre trabalhando. Trabalhava em colônia, carpia, roçava, colhia uva”.

Figura 35. João Carlos Borges, 60 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 36. Aquarela – O trabalho e o lazer de João Carlos. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

O depoente, já conhecido do leitor pelos relatos das dificuldades vividas na infância, ilustra mais uma vez esta pesquisa, reafirmando a ligação estreita existente entre trabalho infantil e a própria etnia. Aqui, mais uma vez, esse aspecto fica entrelaçado a outros, como, por exemplo, residir no morro da cidade, lugar designado para os negros, passar situações de

muita pobreza na família. João Carlos disse, em seu relato, que nunca pôde ficar um dia de “folga”, isso implica trabalho diário desde muito cedo. Seu relato aponta também para os castigos físicos que sofria, caso não trabalhasse para ganhar dinheiro.

Leonardo assim expôs a respeito dos trabalhos desenvolvidos na infância:

“Bom, eu trabalhava de manhã à noite; com treze anos comecei a trabalhar no moinho, era de manhã às seis da manhã, até sete oito horas da noite. Antes disso, nós fazia roça na colônia, era um cestão de milho, a gente plantava e colhia. Quando nós tinha folga nós ia, no sábado, no domingo colher trigo. Trabalho e trabalho, só trabalhando. Infância, eu não tive infância. Acho que naquela época muito pouca gente teve infância. Lembro que uma vez eu e meu irmão ficamos mais ou menos quinze dias na casa da colônia, no pasto de noite, no inverno. Choveu bastante e nós ficamos perto de um moinho de pedra, tinha pasto lá dentro e nós dormia lá. De noite aquela água fazia barulho, nós pequenos e com medo que o rio enchesse. Era frio, só com um lençol por cima, nós fazia um buraco no pasto e colocava o lençol por cima. Naquela época, tanto era um guri ou um homem para trabalhar na colônia porque era a mesma coisa. Nós éramos pobres e precisávamos de trabalho, nós éramos explorados.”

O depoente, com a simplicidade de suas palavras, aponta para aspectos importantes para esta análise. Leonardo, diante da experiência de sua vida, hoje tem clareza que foi explorado na divisão dos lucros de seu trabalho. “Vai e planta, vai carpi, vai tirá o milho e quase a metade do que se ganha.” Relatou ainda que naquela época havia muita oferta desse tipo de trabalho. “Nós era bastante procurado para trabalhar.” Esse fator de oferta de trabalho, em uma sociedade capitalista, reafirma o modelo vigente de exploração da mão-de-obra. Como arrendatários, com necessidade de terra para o cultivo, ficavam submetidos aos donos do capital. Quem detinha o capital – nesse caso os proprietários da terra – participava da divisão dos lucros, sem precisar dispor da força de trabalho.

Wintersberger (2001, p.94) em seu artigo: “Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças”, traz elementos importantes para reflexão sobre o trabalho infantil. Aborda as novas formas do trabalho infantil na sociedade, afirmando que “a escola é o universo do trabalho das crianças na sociedade moderna”, bem como aponta para os resquícios do trabalho infantil tradicional. O autor faz relação entre a existência de situações escolares mais e menos humanas, assim como sempre existiu no “trabalho infantil clássico situações humanas e desumanas”.

A leitura inquieta, principalmente quando o autor faz uma analogia entre o trabalho realizado nas escolas e nas fábricas, sendo que ambos podem levar à desesperança e à destruição das aptidões das crianças, considerando as diferentes oportunidades escolares dos filhos de classe média, em comparação com as oportunidades dos filhos dos pobres e dos filhos de imigrantes. Estes últimos conhecem muito bem as consequências do fracasso escolar, das experiências de repetência e evasão. Enfatiza, ainda, que a sociedade moderna não deu conta de resolver a exploração econômica das crianças; hoje, a exploração se dá de outras formas, ou apenas houve um adiamento do problema.

Mais uma vez, volto às reflexões de Wintersberger (2001), quando coloca a possibilidade que cerca uma criança que é produtiva, que desenvolve um trabalho infantil, que é também considerada protagonista social.

Frei Rovílio, sobre a questão do trabalho infantil em uma família colonial, disse:

“A criança é um bem enquanto dom de Deus, e também um estorvo, enquanto eu não posso mais me dedicar à lavoura porque vou ter que me dedicar em casa. Os animais que tratava antes, vai me tirar uma hora porque preciso cuidar de meu filho.

É um estorvo para o trabalho, para o econômico, mas por outro lado ele é um dom de Deus. Quanto antes ele se aliar ao econômico, eu fico livre também para o trabalho. É natural que a criança saiba fazer alguma coisa [...] ir junto com a mãe tirar leite era um grande privilégio de estar junto com a mãe, recebemos também um copinho de leite quente logo que ela tirava, minha mãe sempre fazia isso. Era um brinquedo, também a realização, o 'eu sou útil, sou importante'. Não é deixar de ter infância. O dia em que a mãe disse: 'Experimenta aqui, vê se consegue tirar leite dessa vaca, daí eu deixo ela para ti!' A mãe ensinava a tirar leite, criança de três anos, para a criança se tirasse isso, tirava seu brinquedo, era tirar a melhor coisa que se podia tirar. Então, numa família colonial, a infância que tiveram foi a infância que era possível, dentro do espaço geográfico, que era a própria casa, a própria colônia, dentro do espaço social, que era o filó, momento em que a criança ficava junto com as mulheres na cozinha, se a criança fosse muito pequena; já se era autônoma, ela ficava junto com outras crianças lá fora no pátio, brincando com cabo de vassoura de cavalinho, se correndo atrás, subindo nas árvores, comendo fruta, enfim, aquilo que sua criatividade permitisse."



“Numa família colonial, a infância que fizeram foi a infância que era possível, dentro do espaço geográfico que era a própria casa, a própria colônia, e dentro do espaço social que era o filó, momento em que a criança ficava junto com as mulheres na cozinha. Se a criança fosse muito pequena, ficava junto da mãe, já se era autônoma, ela ficava com outras crianças lá fora no pátio [...]”.

Figura 37. Frei Rovílio Costa
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 38. Aquarela – “Sentido de Identidade”. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Nicola comenta sobre o trabalho:

“Tinha que ir na roça, roçar e carpi. Não tinha moleza de ficar em volta. Só pra produzir. Limpar milho, plantar. Foi assim. Com onze anos o presente foi a foicinha pra ir cortar trigo. Ainda tenho lá aquela foicinha. Foi indo, depois enxada, e vai, foice e vai.”

O depoente disse em seu relato que, para quem tivesse vontade, “serviço não faltava”. Nascido em uma família de descendência italiana, residindo no interior do município, sendo também o filho mais velho, desde pequeno tinha responsabilidades no meio familiar. Cuidava dos irmãos pequenos enquanto os pais trabalhavam na roça, ajudava no preparo das refeições, colaborava em todos os serviços e ajudava a mãe no trato com os animais. Com o passar dos anos, ia para a roça com a família, como ele mesmo disse “era só produzir”.

Gostaria de fazer um comentário, pois acredito seja pertinente nesse momento. Nos depoimentos orais foram relatadas as responsabilidades que as crianças tinham desde muito pequenas, praticamente em todas as famílias que compõem esta pesquisa. Porém, é interessante estabelecer algumas diferenças nas tarefas desenvolvidas pelas crianças, o objetivo e o modo como realizavam essas tarefas na infância. Parece diferente uma criança com tarefas rotineiras, desenvolvidas no espaço da casa ou na propriedade da família, com o trabalho infantil realizado fora do ambiente familiar, tarefa obrigatória e necessária para sobrevivência, dadas as condições de pobreza em que muitos viviam.

Nicola comentou o quanto sua vida foi repleta de tarefas diárias, mas lembrou também, com muita alegria e saudade, as cantorias que a família realizava nos fins de tarde

quando estava terminando mais uma jornada de trabalho na roça. Ele lembrou a voz agradável que sua mãe tinha e o modo como ela entoava canções em italiano.

Relatou que sua vida sempre esteve ligada à música, fato que unia a família seja nos encontros religiosos, nas viagens a cavalo, durante a realização dos trabalhos, na reunião das famílias, nos chamados filós. Era por meio da música, também, que Nicola animava os colegas da escola nos dias em que o professor ficava impedido de realizar o trajeto de acesso até o colégio devido ao mau tempo. Nesses dias, o depoente relatou que tocava gaita-de-boca, proporcionando aos colegas momentos de música e dança. Nicola mantém ainda hoje essa forte ligação com a música, valor aprendido na família, integrando três grupos de corais na cidade de Antônio Prado. É com orgulho, também, que exhibe para visitantes fotografias tiradas com autoridades políticas nas ocasiões em que participou de festas comemorativas. Nelas mostrava seu trabalho artesanal, confeccionando cestas de vime.

Dosolina falou sobre os trabalhos que realizava na infância, dizendo:

“É um contador de histórias o meu pai. Ele contava histórias pra nós ajudar ele. Então ele chamava nós pra ajudar e trabalhar fora, carpi alguma coisa, ele sempre contava um caso que tinha acontecido, então nós gostava. Depois tinha minha mãe que gostava de cantar, então ela cantava e mandava nós cantar junto. Quando nós tinha que ajudar ele, que ele trabalhava do lado da cadeira, nós tinha que puxar a vime, então ele contava história enquanto a gente ajudava.”



“[...] Não tinha nenhum outro homem que contasse estória. Meu pai fazia as caminhas de vime pra nós e as cadeirinhas pra brincar de casinha. Brincava no chiqueiro quando não tinha porco. [...] Minha mãe não era contra os brinquedos, nem o meu pai”.

Figura 39. Dosolina Zamboni Zambianco, 88 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 40. Aquarela – “Um contador de história”.
Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Em mais um relato, o trabalho fica permeado de jogo, e a cultura lúdica é vivenciada nesse exemplo, nos contos orais que eram narrados no desenvolver dos trabalhos familiares. Parece que há uma sensibilidade nas figuras adultas que compõem esse contexto familiar. Os pais de Dosolina demonstram uma aproximação com a infância, no sentido de compreender o significado que o conto tem para a criança. O prazer de quem narrava e o prazer de quem escutava estavam entrelaçados pelo imaginário coletivo, na medida em que as histórias relatavam acontecimentos de um determinado grupo cultural, ao mesmo tempo permeado por um imaginário subjetivo.



Figura 41. A partir da esquerda: Antônio, Dosolina, Erecília e Hilário Germano Zamboni. Acervo família Zamboni.

Dosolina seguiu seu relato afirmando que as crianças próximas de sua casa, as que residiam na mesma rua que ela, ofereciam-se para ajudar seu pai, para que ele contasse histórias, dizendo: “Nono me conta uma história que eu fico aqui pra ajudar o senhor.” Relatou ainda que não saíam de casa, o ponto de encontro dos amigos era em sua casa, pois, como contou, “não tinha nenhum outro homem que contasse histórias”, fato que a enche de orgulho ainda hoje. Ela lembrou algumas histórias contadas pelo seu pai, como a do Nanetto Pipetta²⁴ e a História do Céu²⁵.

Essa depoente tinha a certeza de que a possibilidade de haver momentos lúdicos, proporcionados por seus pais para ela e a seus irmãos, foi uma característica que diferenciou sua família das demais famílias conhecidas. A família de Dosolina ouvia com frequência que

²⁴ Nanetto Pipetta é um personagem folclórico criado por Aquiles Bernardi (Frei Paulino). Suas primeiras publicações datam de 1924 no jornal “Stafetta Riograndense”, hoje Correio Riograndense. Suas histórias geraram alguns conflitos, pois contava a vida dentro da própria ordem religiosa. Durante a Segunda Guerra com a repressão ao dialeto italiano, fato que alterou inclusive o nome do jornal que publicava as histórias, as edições ficaram suspensas por 20 anos.

²⁵ Festa no Céu é a história de um homem que observava o mundo dentro do ovo com o qual se alimentava. A história se passava dentro do ovo. Informação concedida por Dosolina no dia 07 de março de 2005.

a maneira “mais solta” como eram criados e educados pelos pais, possivelmente seriam pessoas sem vontade de trabalhar, como costumavam dizer os vizinhos de sua residência, isto é, sem rigidez na educação dos filhos, os mesmos se tornariam “vagabundos”. Argumenta a depoente que tanto ela quanto seus irmãos tiveram família e criaram bem seus filhos. Dosolina, com 88 anos, é apaixonada por leitura, hábito diário em sua vida. Ela afirmou: “Se o romance é bom, leio até o fim.”

Nesse aspecto, mais uma vez a religiosidade está na trama de conceitos e valores que dignificam o trabalho, o sofrimento, em detrimento muitas vezes do prazer e de momentos de alegria. Historicamente, o riso da criança, a alegria, não podia ser manifestado, por ser considerado pecaminoso, insano. O prazer, a alegria era pecado, por isso a criança deveria ser purificada, afastada desses sentimentos.

Leonilda contou: “Quando tinha pasto, recolhiam pra pôr no galpão, meu pai comprava rapadura e garrafão de vinho, a gente sentava lá e comia. Fazia isto porque estava no fim do trabalho.”

Nesse relato, Leonilda contou que havia uma espécie de ritual para comemorar a conclusão de um trabalho, celebrado pela família, pois o pai trabalhava cercado pelos filhos. A depoente também relatou que seu pai tinha muita ocupação, mas que gostava de fazer pipoca para os filhos.

Frei Rovílio, em seu depoimento, reflete sobre o modo de se fazer infância numa família colonial:

“Se olhamos em meios materiais é uma coisa, se olharmos por intencionalidade humana é outra coisa. Os meios materiais, se não forem revestidos ou percebidos como intencionalidades, eles passam a ser ocasionais. Então, o fato das grandes intencionalidades que os pais têm, que passam pros filhos, para os quais dão a vida, sentido de identidade.”

6.10 PRA “CARPI” NÃO PRECISA ESTUDO

Nos dados da pesquisa, as pessoas de mais idade viveram em uma época em que a institucionalização das crianças era um fato novo. Sabe-se que a escola já tinha surgido como instituição; porém, o acesso das crianças à vida escolar, na realidade de Antônio Prado, ainda exigia uma reorganização na vida familiar.

As famílias de descendência italiana que residiam no interior do município, tinham dificuldades, sendo que muitas crianças percorriam trajetos extensos para chegar à escola.

Como as famílias do interior do município viviam economicamente do que produziam na agricultura, as crianças eram força produtiva importante, pois elas aliavam-se ao econômico quando começavam a ser força de trabalho para a família. Dessa forma, em muitos depoimentos, os relatos se aproximam, no sentido de que muitos pais valorizavam o estudo. Porém, o trabalho e o sustento da família tinham mais força. É muito comum aos pais dos depoentes de crianças que trabalhavam na roça considerarem como importante conhecer letras e números. Eles valorizavam a aprendizagem da leitura, da escrita, como também a realização de cálculos matemáticos, indispensáveis para a atividade agrícola, para os negócios.

Uma característica bastante comum era que as crianças do interior ingressavam na vida escolar com idade bem superior ao que é estabelecido hoje por meio da legislação. Algumas famílias ensinavam seus filhos em casa, da forma que sabiam e podiam.

Antônia relatou sobre esse aspecto: “Eu gostava de estudar, eu tinha quinze anos e minha mãe me botou trabalhar na cozinha e ajudar ela. Aí eu parei de estudar.”

Genoveva disse: “Estudei até que passava o primeiro livro, depois ela não dava mais aula.”

Essa depoente falou do prazer que tinha em estudar e o quanto queria prosseguir os estudos: “Mais eu tinha uma vontade de estudar!” Mais uma vez, o relato reuniu vários impedimentos para que ela pudesse estudar. Para que Genoveva prosseguisse seus estudos, teria que estudar em outra cidade, por exemplo em Flores da Cunha. O trabalho familiar a impediu, pois sua mãe considerava Genoveva sua maior aliada para ajudar nos trabalhos domésticos, bem como para cuidar de seus irmãos.

Leonilda disse: “A minha mãe me tirô do colégio e me botô na cozinha, cozinhar e fazer serviço de casa, pra ela poder costurar, pra ganhar um dinheirinho.” A depoente perdeu seu pai quando ele tinha 42 anos, repentinamente. Depois que o pai de Leonilda faleceu, a situação econômica da família ficou delicada. Sua mãe ficou com nove filhos menores. A mãe ficou encarregada de sustentar a família, alguns filhos ainda eram muito pequenos. Então precisou reorganizar sua família. Sua filha Leonilda ficou encarregada dos serviços domésticos, para que sua mãe pudesse exercer a profissão de costureira. A família de

Leonilda desenvolveu durante décadas esse ofício, mantendo na cidade uma alfaiataria, sendo que seus irmãos seguiram a profissão dos pais por longa data.

Leonor assim referiu-se a respeito das dificuldades de acesso à escola:

“Eu fui no colégio na linha trinta. Às vezes nós ia com minha irmã na roça, elas me levavam. Nós tinha um barraco feito de madeira velha. Esperava lá as colegas, depois a professora vinha me trazer. Levava pão, um pouco de vinho, pra ir na aula nós tinha que sair lá do fundo da colônia e chegar na cabeça da colônia. Às vezes dava temporal, aquela enxurrada forte, tinha um rio pra passar. O rio avançava, ficava loco de feio. O Gaetano, que tinha mais coragem, ele carregava um por vez pra passar no rio, com aquela bruta correnteza. Gostava de estudar, mas às vezes não tinha nem dinheiro pra comprar caderno. Não tinha esses cadernos pra escrever com caneta, nós tinha uma pedra preta e a gente comprava aquela pena de escrever, depois apagava com um paninho, depois tu escrevia.”

A depoente narrou um pouco das dificuldades que viviam diariamente para freqüentar a escola. Naquela época, que fica bastante distante de hoje, no que se refere aos avanços conquistados em termos de políticas públicas, os depoentes com mais dificuldades econômicas sofriam diretamente essas conseqüências, o que impedia, inclusive, de continuarem os estudos. Muitas eram as dificuldades que as crianças do interior enfrentavam quase diariamente para percorrer o trajeto até à escola.

Alzira comentou:

“Falei, porque que os outros iam e eu não ia. Ela me disse que achava que eu era muito fraca, não podia, não ia aprender nada. Naquele tempo era assim, não deixavam muito a gente ir pro colégio, tinha que trabalhar. Daí eu respondia: – Como é que pro serviço eu não sou fraca! Mas eu não consegui ir nenhuma vez no

colégio. Era meu sonho estudar, por isso que depois que eu já tinha uma idade eu fui. Comecei ir pro colégio quando eu já tava com quase trinta anos. Daí que eu fui pro colégio, senão eu não sabia nem o que era uma sala de aula.”

Alzira não teve oportunidade de realizar seu sonho na infância, “era meu sonho estudar”; sonho que não deixou de sonhar, adiou, mas realizou da forma como suas circunstâncias permitiram. Já adulta, mãe de filhos pequenos, operária, conheceu uma sala de aula, como relatou. Alzira aprendeu a ler e escrever, ao menos seu nome consegue assinar, foi o que disse a depoente, pois considera muito importante ter título de eleitor, para ter seu direito à cidadania.

Nesse momento, aponto para um fato interessante que faz repensar esse lugar dado para Alzira em sua família, de alguém com impossibilidades. Menina “miúda”, como ela mesma se descreve, fraquinha, mas que rompia esse mandato, quando pensava e questionava sua mãe. Alzira tinha um profundo desejo de poder aprender, de conhecer uma escola. Seus irmãos estudaram, ao menos tiverem o direito de frequentar esse espaço designado, social e culturalmente, como o “espaço de conhecimento”.

Fernandez (2001), argumenta que “todo autorizar-se é sempre uma tarefa que requer certo desafio ao que está instituído;” dessa forma, foi instituído na família de Alzira que ela era muito “fraquinha” para estudar, fato que não impediu a menina de questionar o porquê do trabalhar, o porquê que essa tarefa ela podia desempenhar, enquanto que o aprender lhe era negado.

Alzira continuou acreditando que também poderia aprender, desafiou o destino de impossibilidade que a família designou para ela; por isso, nem as dificuldades de sua vida posterior impediram-na de conhecer e freqüentar uma escola.

O depoimento de Alzira sugere caminhos para múltiplas reflexões. Nesta pesquisa, os depoentes negros têm uma história em comum: “fracasso escolar, história de repetência”.

João Carlos relatou:

“Estudei até a quinta série. Apesar que eu repeti. Repeti muitas vezes. Tinha que fazer tema, às vezes não dava tempo de fazer tema porque tinha que trabalhar. Então ia rodando, rodando, um ano passava, dois, três rodava. Depois, fiz a sexta série no quartel. Muita coisa eu aprendi depois que comecei a trabalhar na loja. Com doze anos, muita coisa eu aprendi foi ali, fazer nota, somar. Matemática eu aprendi mais na loja do que no colégio.”

A infância somente pode ser analisada numa rede de relações; dessa forma, a repetência e o fracasso escolar também somente poderão ser concebidos no entrelaçamento de múltiplos fatores: socioeconômico, educacional, emocional, intelectual, orgânico e corporal. Historicamente, a escola tem sido um espaço de exclusão, na medida em que segrega as classes populares e as distancia cada vez mais do saber institucional, que se alicerça no saber da (e para a) classe dominante. Dessa forma, podemos considerar que muitos depoentes desta pesquisa ficaram marginalizados pelo sistema escolar, pois consideravam-se fracassados, e eram os únicos responsáveis pela experiência negativa que viveram na escola.

Portanto, sem pretender reduzir esse assunto amplamente discutido e refletido na modernidade, aponto para o fato de que a pesquisa demonstra que crianças pobres, negras,

filhos de imigrantes tiveram uma história de fracasso e repetência escolar, ou mesmo não chegaram a freqüentar a escola.

Leonardo informou:

“Eu não conheço escola, como era a escola. Eu nunca fui na aula. O meu irmão mais velho ia, mas não tinha cabeça pra estudar. O outro estudou um pouquinho, aprendeu matemática muito pouco também. Naquele tempo lá eles diziam: “Estudar o quê? Tem que ser enxada! Estudar pra quê? Pra carpi não precisa estudar. Eu aprendi a fazer meu nome com minha mãe. Eu gostava de desenhar. Uma vez eu roubei dinheiro da minha mãe, queria comprar uma caixa de lápis de cor. Fui comprar e o dinheiro não chegou. Daí eu devolvi o dinheiro e ela nem descobriu. Se dava para comprar eu comprava mas não deu. Eu gostava de pintar, nunca fui na aula, mas eu gostava de fazer desenhos.”

Leonardo, em seu relato, contribui para fundamentar a reflexão de que as razões pelo fracasso escolar eram das crianças. O depoente disse: “Meu irmão mais velho ia, mas não tinha cabeça para estudar.”

Nessa forma de pensar, as crianças ficavam depreciadas, sem capacidade de aprendizagem, culpadas pelo mau desempenho escolar. Assim, outros exemplos relatados na pesquisa colaboram para reafirmar a culpa pelo fracasso escolar, como proveniente e responsabilidade da criança.

O depoente relatou que gostava de desenhar, de colorir, disse também o quanto desejava comprar uma caixa de lápis coloridos, o que acabou por não conseguir. Gostaria, neste momento, de contar um pouco sobre a vida criativa na qual o depoente vive hoje. Leonardo gosta de fazer invenções que venham a facilitar seu trabalho. Cria seus instrumentos de trabalho, máquinas. Está constantemente envolvido com seus projetos, “como a cabeça

imagina”, criando e executando o que pensa. Sua última criação foi um maquinário para facilitar a produção de vinho. Ele gosta de mostrar o que cria para os familiares e amigos.

Terezinha, sobre sua vida escolar,

“Quando era castigada ia embora, daí ficava uns três dias que não ia na aula. Daí a gente não aprendia nunca. Minha mãe não tinha culpa disso, nem minha tia, nem ninguém porque a gente que era sem vergonha. Naquele tempo as crianças eram sem vergonha.”

O relato de Terezinha requer uma revisão crítica do fracasso escolar. Patto (1993) questiona o fracasso escolar e o apresenta como um fracasso produzido pela escola. Essa autora faz uma detalhada revisão histórica, para que o leitor possa compreender as raízes do fracasso, da repetência e da evasão escolar. Essa avaliação exige uma reflexão profunda para que se possa compreender que o fracasso escolar faz parte de uma rede de acontecimentos; para entendê-lo é necessário revisitar a História humana.

Patto (1993) refere que “a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade”, dessa forma, a inferioridade das classes subalternas tem raízes profundas, por isso, persistente na história do pensamento humano.

Irmã Conceição abordou o seguinte, a respeito de sua aprendizagem:

“Nós não tinha escola. O irmão da minha mãe era professor, então ele nos ensinava a ler em casa, porque eu nunca fui em escola. Não, nada, não tinha aula, os irmãos mais velhos sabiam ler porque ensinavam pra eles, não ensinavam pra

nós que eram menor, ensinavam a ler a fazer contas, assim vai. Não era grande coisa. Eu fui na escola quando fui interna pra ser irmã.”

A depoente resume de forma simples o que era considerado importante a uma criança aprender, quando relatou: “Ensinavam a ler e a fazer contas. Não era grande coisa.” Os filhos de imigrantes italianos, bem como os descendentes, tinham uma relação de estranheza com a escola, sem dúvida as interferências do dialeto ficavam como um impedimento que ajudava a afastá-los da vida escolar.

O trabalho voltado para a agricultura, as inúmeras tarefas para o cultivo da terra, bem como contarem com a mão-de-obra dos filhos, eram responsáveis a que esse grupo cultural tivesse uma passagem breve pela escola.

Nicola contou que “ia pra escola quando chovia”, porque quando fazia sol tinha que dedicar-se ao trabalho na roça. O depoente também relatou que chorava de tristeza quando fazia tempo bom, pois gostava muito de estudar.



na roça”.

Figura 42. Nicola Visentin, 82.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 43. Aquarela – “Fazendo baile”. Autora
Isabela Roveda Stimamiglio, 2005.

6.11 PROIBIDO FALAR ITALIANO



“Na minha época, as pessoas obedeciam mais do que agora [...] A gente tinha muito mais respeito uma vez. Meus avós não falavam português porque não sabiam, e o pai também tinha que acompanhar para falar com eles. Nós aprendia por causa que tinha os brasileiros morando perto e viviam lá e casa”.

Figura 44. Lúcia Pongiluppi, 81 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 45. Aquarela – “Vida em família”. Isabela Roveda Stimamiglio, 2005.

Neste ponto da pesquisa, são relatados fatos interessantes sobre o período de repressão ao dialeto italiano. Essa repressão foi o marco histórico eleito para a realização deste trabalho, considerando a importância que o fato teve na história desse grupo cultural. Dessa forma, um acontecimento mundial teve fortes repercussões locais. A proibição ao uso do dialeto italiano, assim como dos demais dialetos falados no Brasil, ocorreu no período da Segunda Guerra Mundial, no momento em que o Brasil vivia a implantação do Estado Novo. O governo brasileiro impingiu uma represália aos países que não eram seus aliados na Segunda Guerra Mundial, como resultado proibiu o uso dos dialetos falados no país pelos descendentes de imigrantes. Em Antônio Prado, naquele período, os descendentes de italianos

comunicavam-se, na grande maioria, por meio do dialeto vêneto, originário da região do Vêneto na Itália, local de origem da maioria dos imigrantes de italianos que povoaram a região da Serra no Rio Grande do Sul.

Nos depoimentos orais, a comunicação por meio do uso do dialeto surgiu de forma espontânea, fazendo parte dos valores culturais desse grupo. A língua materna é a forma de comunicação que ainda hoje, os descendentes de imigrantes utilizam frequentemente, pois, quando usam a língua portuguesa, ocorrem interferências próprias do dialeto.

Em muitas situações, no momento da pesquisa, alguns depoentes demonstravam-se constrangidos por falar o dialeto italiano; nessas situações, solicitavam consentimento para se comunicarem dessa forma. Nessas situações ficou claro o registro ainda presente da época da repressão.

Antônia referiu:

“A mamãe teve presa. Nesse pequeno hotel, a gente da colônia não sabia falar em brasileiro, então minha mãe e meu padrasto falavam com eles em italiano. A gente não sabe quem denunciou, que lá a gente falava em italiano. Então, a polícia viu e disse para minha mãe que tinha mandato de prisão. A mamãe foi presa e ficou na delegacia. Minha mãe disse para o delegado: – Sr. Delegado, não seria melhor ensinar do que reprimir?”

A depoente contou que a família utilizava o dialeto italiano como forma de comunicação, sendo que a língua materna era falada em todos os contextos de relações, entre amigos, nas brincadeiras, nas canções, no trabalho, enfim, no cotidiano de suas vidas.

É importante assinalar a capacidade de reflexão e questionamento de Margarida, mãe de Antônia, que com sua simplicidade destaca a importância da educação, dizendo: “Não seria melhor ensinar do que reprimir?” Sem dúvida, os imigrantes que num momento histórico vieram pra o Brasil com o consentimento do governo brasileiro, de repente foram cobrados por algo de que nunca foram oportunizados: aprender a língua do país que seria sua nova pátria.

Leonor, relatando sobre esse assunto, disse:

“Todo mundo falava em italiano. Lembro que tinha duas moças, elas vinham pra casa da missa falando em italiano, tinham proibido. Elas vinham descendo da missa, passava na frente do clube onde tinha os polícia. Eles estavam cuidando, as moças coitada tavam falado italiano, não pegaram as coitada e botaram na cadeia. Eu me lembro muito bem. Os meus piá costumavam falar em italiano, agora quando eles viam que era brabo eles se foravam em falar português.”

Lúcia disse a respeito do uso do dialeto italiano, que “os meus avós costumavam falar em italiano, a nona não sabia nem bom-dia, não conseguiu aprender”. A depoente relatou que ela e seus irmãos aprenderam a falar português com os vizinhos: “Nós aprendia por causa que tinha os brasileiros morando perto e vivia lá em casa. Então a gente aprendeu a falar desde pequeno.”

Nicola apontou sua experiência a respeito do uso do dialeto italiano, dizendo:

“Eu brasileiro eu não sabia, só italiano assim. Naquele tempo não tinha negócio de falar em brasileiro, nada, nada. Ele falava assim em italiano, mas não brasileiro, italiano. Ensinava o ABC, que tinha o “primo libro”, ele dizia. Fazia um ‘poquetin de parole’. [...] A gente nem saía da colônia, ficava em casa escondido, de medo.

Então se olhavam um com outro, mas ninguém falava. Em casa se podia falar. Sim, dentro de casa sim, entre nós, mas na cidade tudo escondido, ninguém falava. Porque naquele tempo não tinha esse estudo de falar em brasileiro, tudo italiano, falava tudo italiano, tudo italiano. Com medo, tudo assustada. Não podia conversar assim, só podia conversar com amigo, assim, escondido, que ninguém vê.”

Esse depoente contou que naquele tempo todos falavam o dialeto, até na escola, entre os colegas. Disse que aprendeu a ler e a escrever com seu pai em casa, sendo que foi na língua materna, no ambiente familiar, que alfabetizou-se. Disse ainda, lembrando da época da repressão ao dialeto italiano, que o fato gerou medo, e que o pessoal do interior, quando vinha até o centro da cidade, constrangido comportava-se assim: “Então se olhavam um com outro, mas ninguém falava.”

Nicola relatou que seu pai também foi preso por ter falado em dialeto italiano com um cunhado, na ocasião em que sua esposa estava internada no hospital para ser submetida a uma intervenção cirúrgica. Seu pai solicitou auxílio aos cuidados que seriam necessários com sua esposa, comunicou-se no dialeto, por isso foi detido na delegacia. Naquela ocasião, foi o médico de sua esposa que conversou com o delegado para liberá-lo.

Elsa, assim se expressou sobre a época da repressão à língua materna:

“Era, era usado na família. Sabe, quando nós tivemos que deixar de usar o dialeto, quando entrou aquela guerra, não sei em que ano foi, que nos proibiram de falar em italiano. Meu pai sempre dizia: – Não falem italiano na rua, não falem italiano. Então nós íamos na loja e nós tínhamos que nos esforçar para pronunciar as palavras em português, porque nossa primeira vontade era falar italiano. A gente ia na loja e comprava as coisas assim, mas era aquilo lá, a gente não falava mais nada, senão saía coisa italiana. O pai dizia que tinha guarda por tudo, dizia que não podia mais falar em italiano.”

Elsa viveu esse período quando estava com sete anos de idade, sendo que, em seu ambiente familiar, todos usavam o dialeto como forma de comunicação. É impressionante que, mesmo a depoente residindo no centro da cidade, passou por esse momento com certa dificuldade de adaptação à nova situação. A depoente disse que sua mãe falou em dialeto até o final de sua vida e que ela falava e brincava com seus amigos no dialeto italiano.

A depoente continuou seu relato sobre a experiência de ter vivido nesse período da Segunda Guerra Mundial, dizendo:

“Agora eu me lembro também que naquela época a gente tinha que apagar todas as luzes à noite, porque naquela época era guerra eu acho. Apagar todas as luzes à noite, então nós nos recolhíamos cedo, apagava todas as luzes e aí de quem falasse italiano. Havia guardas caminhando, soldados caminhando pelas ruas, tudo escuro. Era muito triste, aquela época foi. Tocava a sirene do cinema uma certa hora, então a gente apagava as luzes, era bem triste. Eu acho que foi uma época mais triste que nós passamos na infância. De dia não, de dia não tínhamos medo, não tinha perigo nenhum, mais era de noite. De noite eles assustavam a gente, ou assustavam ou era realidade, que vinham os aviões e que eles largavam bomba. Então, sempre de noite, a gente tinha um medo louco, ficava em casa quieto, rezava.”

Elsa expressou: “Foi uma época mais triste que nós passamos na infância.” Um período lembrado espontaneamente e que deixou um registro de tristeza e medo. É interessante também considerar que, para uma criança, somam-se às fantasias próprias dessa fase os temores. A depoente enfatizou os momentos difíceis pelos quais passou, quando relatou: “Então, sempre de noite, a gente tinha um medo louco, ficava em casa quieto, rezava.”



“[...] Apagar todas as luzes a noite, então nós nos recolhíamos cedo, apagava as luzes e aí de quem falasse italiano. Havia guardas caminhando, soldados pelas ruas, tudo escuro sabe. Era muito triste, aquela época.”

Figura 46. Elsa Dotti Golin, 72 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio.



Figura 47. Elsa Dotti, década de 1940.

Dosolina referiu:

“Sim, nós falamos italiano, meu pai nem falava nada brasileiro.[...] Naquela época que foi proibido foi muito triste, meu pai nem saía de casa e nem minha mãe saía de casa, e ela sempre dizia: – ‘Quando vir gente, vão vocês lá’. Então conforme a pessoa eles falavam em italiano. Não sabiam nada em brasileiro, daí eles disseram para a gente falar em brasileiro com eles pra eles aprenderem um pouco também. Naquela época que era proibido uma vizinha nossa, ela tava fazendo compras na loja e ela falô em italiano, o soldado levô ela presa. Meu pai cumpria a ordem, ele não falava quando tinha uma pessoa diferente que ele achava que era brasileiro, ele não falava. Só falava em italiano com pessoas conhecidas.”

As conseqüências desse período foram inúmeras, devido à repressão ao dialeto italiano: a diversidade, a diferença cultural passou a ser vergonhosa; a língua, que é uma forma de comunicação própria de um grupo, ficou classificada como inferior, por isso, quem fazia uso do dialeto ficou inferiorizado, como se estivesse errando, como se não pertencesse ao grupo culto. A diferença cultural ficou negada por um longo período, foi maior o silêncio,

o medo, o constrangimento. Muitas foram as tentativas desse grupo cultural de se adaptar ao momento, fazendo improvisações, misturando palavras, tentando apertuguesar seu dialeto. Na busca de maiores informações e documentos que pudessem ampliar os dados sobre período, Vergílio Bortolotto, estudioso da cultura de descendência italiana, Presidente do Círculo Ítalo-Brasileiro de Antônio Prado e responsável pelo atual programa na Rádio Solaris que cultiva e difunde o dialeto Vêneto na região, relatou um fato muito interessante. Nilo²⁶ informou que o primeiro programa em dialeto Vêneto transmitido pela Rádio Solaris, em 1988 pelo Frei ainda estava em vigor o decreto da proibição de dialetos estrangeiros no país, herança do período de repressão aos dialetos na Segunda Guerra Mundial.

Leonardo relatou:

“Tinha um policial comprando carne, meu tio mandou eu ir falar com o açougueiro, eu tinha medo, eu não sabia falar em português, daí eu fiquei esperando, esperando. Quando ele saiu eu fui falar, eu tinha receio, porque me botava na cadeia. Minha mãe foi presa uma vez, ela ia subindo, ia na missa de domingo e eu ia descendo. Daí nos encontramos, ela falô em italiano pra mim e nisso passo um polícia e ele parou, chamou atenção: – ‘Sabe que é proibido falar em italiano, eu posso prendê-la.’ Eu me lembro, eu passei tanto medo que vou dizer uma coisa. Olha nós tinha medo, depois que terminô a guerra, depois nos livraram. Em casa nós falava como a gente sempre falou, depois que terminô, no fim da guerra mundial, ficamos livres de novo.”

Nesse depoimento de Leonardo, fica evidente o sentimento de opressão vivido pelos descendentes de italianos, de perda de liberdade; mais do que isso, ocorreu uma perda de identidade de grupo, uma negação da diversidade cultural. O grupo foi submetido ao silêncio, ao medo, ao aprisionamento. Leonardo deixa registrada a forma de como viveu essa experiência quando disse: “[...] no final da guerra mundial, ficamos livres de novo.” Esse

²⁶ Nilo é como é conhecido Vergílio em Antônio Prado. Ele foi um idealizador e colaborador das reedições de Nanetto Pipetta, escrevendo alguns capítulos, nas novas edições do livro.

depoente evidencia que o sentimento de perda da liberdade foi uma experiência que o grupo cultural vivenciou, independentemente de ter sofrido uma coação mais direta, como por exemplo, ficar detido na delegacia.

Foi no dialeto vêneto que os imigrantes e seus descendentes conheceram o mundo, formaram seus conceitos, construíram suas aprendizagens. Foi também no dialeto que vivenciaram a forma de comunicação aceita pelo mesmo grupo cultural, que possibilitou o sentimento de pertencimento, de identidade: a língua utilizada por um mesmo grupo, carregada de valores afetivos, de memória, de história. A língua materna foi a única herança que os imigrantes italianos trouxeram para a nova pátria; por meio dela mantiveram a identidade, a história e o pertencimento.

6.12 OLHA A COR!



Figura 48. Aquarela – “As lavadeiras” (Terezinha). Isabela Roveda Stimamiglio, 2005



Figura 49. Aquarela – “O trabalho de Ana Lúcia”. Melina Roveda Stimamiglio, 2005

Antônio Prado foi colonizada por descendentes de italianos, sendo que a grande maioria vinha da região do Vêneto, no Norte da Itália. Naquela época os imigrantes encontraram, na região da Serra do Rio Grande do Sul, os nativos que aqui moravam. Os imigrantes foram denominados de *brancos*, enquanto os afro-brasileiros eram conhecidos como *negros*.

Na história de Antônio Prado, a separação das etnias e a diferenciação cultural muitas vezes representaram a supremacia da maioria branca, com a inferioridade da minoria negra. A História humana é repleta de exemplos de opressão e dominação de brancos sobre os nativos, índios,²⁷ por exemplo.

Dessa forma, o preconceito, a hostilidade mesmo que velada sempre existiu, manifestada muitas vezes nos dizeres populares,²⁸ que referiam-se à diferenciação de cor, à forma de viver, uma forma de rótulo e preconceito com o “outro”. Deve-se considerar, também, que a separação de etnias ficava demarcada na ocupação do território, tendo na cidade, geograficamente, o lugar para os brancos e o lugar para os negros. Os brancos ocupam lugares específicos para residir, para desfrutar de horas de lazer; na ocupação dos espaços da cidade sempre existiu uma separação evidente.

Durante o transcorrer da pesquisa, mais especificamente no momento da filmagem, ficou evidente a rivalidade entre brancos e negros, quando, por exemplo, Terezinha fala sobre racismo. A depoente deixou claro que, em Antônio Prado, sempre existiu racismo, e reflete

²⁷ Só o indígena, tape e coroado (caigangue), percorria as montanhosas paragens, cobetas de imensos pinhais (...) praticamente em todas as linhas foram encontrados vestígios indígenas: grandes covas afuniladas, pedaços de cerâmica e até panelas inteiras. Antônio Prado e Sua História. Fidélis Dalcin Barbosa, 1980, p.11.

²⁸ Mai vérgine, nella casa, nigri, cávere e mussi. Não ter em casa negros, cabras e mulas. Panorama Pradense, janeiro de 1989, n. 173. Coletâneas de provérbios intitulado Parole Della Nostra Gente, trabalho realizado por Neusa Maria Roveda Stimamiglio.

que não sabe o porquê dessa diferenciação; afinal, os proprietários das terras eram os índios, os brancos é que vieram de fora. O racismo acontece dos dois lados, isto é, são dois grupos que evidenciam, ainda hoje, suas diferenças e sua forma preconceituosa de um conceber o outro.

Quando realizei a pesquisa “Língua Materna e o Processo de Alfabetização”, coletei provérbios, dizeres usados por descendentes de italianos. Nesses dizeres, muito preconceito referente à cor apareceu de forma mais clara e, em outras vezes, de forma mais velada.

Maria Craves teve este entendimento sobre racismo:

“Tinha umas crianças brancas que gostavam de brincar com a gente e até hoje a gente brinca, se loqueia, mas tinha umas crianças que são meio racistas, às vezes até para cumprimentar eles não gostavam. Sim, a gente sentia, até uma vez nós entremos numa igreja, eu e a nossa turma, umas branquinhas começaram a olhar para nós e dar risada, elas davam muita risada de nós, dos nossos cabelos, da nossa roupa. Nossa roupa era simples, porque a gente ganhava, porque comprar que era bom, a gente não podia.”

João Carlos contou sua experiência com discriminação, dizendo:

“O único problema mesmo eu achei, quando era negro, que comecei a trabalhar em Nova Roma do Sul, eu ia engraxar lá, o único problema foi lá. Nova Roma naquele tempo eram muito racista. Chegava um negro lá, as janelas então não paravam de se abrir, ver o negro passando. Eu era engraxate lá. Naquele tempo ia pra lá no sábado e voltava no domingo de noite, parava numa pensão. Em Antônio Prado, naquele tempo, o negro era bem visto, porque aqui era só brasileiro.”

O depoente aborda um²⁹ fato sem dúvida que precisa ser considerado, quando se refere à comunidade de Nova Roma do Sul.³⁰ Essa localidade recebeu, no processo imigratório, um número considerável de suíços, poloneses e italianos. Dessa forma, caracterizou-se por ser uma comunidade quase exclusivamente de população branca, com resistência a aceitar outras etnias.

Quando o depoente relata que “as janelas não paravam de se abrir, ver o negro passando”, existia também a curiosidade pela diferença racial, fato pouco comum na cidade de Nova Roma. Já quando se refere à cidade de Antônio Prado, diz que “era tudo brasileiro”, porque o número de luso-brasileiros, de nativos que aqui viviam era um fato comum, fazendo parte da história dessa cidade.³¹

João Carlos, no momento que contou sobre a diferença e o preconceito racial, talvez precisou esquecer o que já havia dito sobre sua triste experiência: quando ainda era muito pequeno, foi entregue a um camponês que havia dito para seu pai, naquela época, que iria cuidá-lo como a um filho. O depoente relatou sobre sua vivência no campo, dizendo que, “naquele tempo, nego era que nem escravo, eles falavam antigamente. Que nem escravo, eles te jogavam lá e pronto; tu ia lá tu dormia, tu comia resto, se sobrava, se não sobrava tu passava fome”.

³⁰ Mai vérgine, nella casa, nigri, cávere e mussi. Não ter em casa negros, cabras e mulas. Panorama Pradense, janeiro de 1989, n. 173. Coletâneas de provérbios intitulado Parole Della Nostra Gente, trabalho realizado por Neusa Maria Roveda Stimamiglio.

³¹ Nova Roma pertencia ao município de Antônio Prado. Em 1919, passou a ser paróquia e em 1923, foi conduzida à categoria de segundo distrito de Antônio Prado. Em 30 de setembro de 1987, conseguiu sua emancipação política e passou a se chamar Nova Roma do Sul. Durante a Segunda Guerra Mundial, por determinação do governo, Nova Roma passaria a se chamar Guararapes (1940) e, após, Guaicurus de 01.01.1941 a 31.12.1949. Em 31 de dezembro de 1949 voltou a se chamar Nova Roma. Nova Roma do Sul. A Construção Social de Um Espaço. Secretaria de Educação, Turismo e Desporto. EDUCS. 1996.

Souza (2002, p. 45) ao analisar a história humana como uma forma de compreender o preconceito racial, argumenta que “ser negro e africano, portanto, era a condição principal para ser escravizado, surgindo assim a pior forma de escravidão: a escravidão racial”. A autora analisa o preconceito datando historicamente a maneira como ocorria, diferenciando a escravidão nas sociedades antigas, onde povos se tornavam escravos quando derrotados nas guerras, por exemplo, e, na Época Moderna, cuja escravidão é determinada pela etnia.

Terezinha relatou:

“Esse negócio sempre foi assim em Antônio Prado. Acho que sempre foi assim e vai continuar assim, porque é a mesma coisa até hoje, acho que não mudou. Aqui é assim: quem é branco é branco e quem é preto é preto. Hoje em dia muda um pouco é o dinheiro, tu tem um pouco mais de, como é que eu vou dizer, de *status*. Se tu tem alguma coisa, tu ainda é mais um pouco, mas assim mesmo tu nota. Nas lojas que tu vai, porque comigo já aconteceu e não mudou, tem lugares que tu chega, se tem duas, três pessoas e tem um moreno, eles atendem os branco primeiro e te deixam por último. Eu não sei por que isso, porque o dinheiro é o mesmo.”

A depoente aponta dados para serem analisados e que, de certa forma, estão entrelaçados em uma sociedade capitalista. Em muitas situações, os negros sofrem também por dificuldades econômicas, pelas precárias oportunidades que historicamente segregam esse grupo étnico. Os depoentes de descendência luso-brasileira desta pesquisa tiveram uma vida de poucas condições econômicas, de pobreza, situações de miséria. As crianças negras trabalhavam na infância por necessidade de sobrevivência, muitos não conheceram escola e outros aceitaram o estigma de “não ter cabeça” para o estudo.

Terezinha reflete sobre a necessidade de se ter poder econômico para ser reconhecido socialmente, como ela mesma diz, *status* ajuda na aceitação do negro, deixando evidente a relação que há entre poder econômico e o lugar social que o indivíduo ocupa.

A depoente relatou ainda que o preconceito ocorria inclusive no colégio. “A gente chegava no colégio começava a chamar a gente de negra”, situação que era respondida com agressão pelas crianças negras. Terezinha contou que certa vez sua turminha reuniu-se e bateu nas meninas brancas, “um dia nós se juntamos uma tropinha, eu e minhas primas, peguemos elas e damos uma surra”. A depoente sofria agressão verbal, preconceito; dessa forma, reagiu com agressão física, um modo possível de defesa e de poder.

Terezinha ainda enfatizou:

“Nem tanto pelas crianças, mais pelos adultos. As crianças não têm essa maldade. Meu irmão o Nango foi criado com os filhos do Sr. Guilherme, tanto que levavam ele escondido para dentro de casa, botavam ele dormir junto com eles. Quando os pais batiam na porta, eles escondiam ele embaixo da cama. Os adultos, “Deus o livre’, se soubessem que ele tava lá. As crianças nem tanto, porque as crianças já têm outra mentalidade, mas o que eu digo, os adultos. Agora tá mudando. É ruim sabe, mas ainda tem.”

Nesse relato, Terezinha aponta para o adulto como um sujeito pronto, com vícios preconceituosos instalados na sua forma de olhar o mundo e os sujeitos que compõem esse cenário humano. O adulto a que ela se refere possui valores, pensamentos predeterminados, que constituem-se em verdades acabadas.

Segundo Larrosa (1998, p. 85) “o sujeito da experiência está disposto a transformar-se numa direção desconhecida”, referindo-se ao adulto que encontra a infância, desprovido de certezas, de verdades, do que supõe que já saiba, do que já possui. Dessa forma, seria um encontro com o desconhecido, com o enigma, com o que não pode ser apropriado. A criança seria esse novo, que quando tem espaço próprio, sem dominação, poder ou controle adulto, demonstra uma nova possibilidade de fazer esse novo.

Dessa forma, nesse relato, Terezinha contou que as crianças brancas aceitavam as crianças negras, porém o preconceito, as regras sociais vinham impostas pelos adultos. Esse assunto, o preconceito racial, será abordado em outros momentos da pesquisa e refere-se às experiências da infância na vida escolar e à infância em relação à vida na cidade.

Ana Lúcia assim se referiu:

“É que nem eu disse, a gente só ficava dentro de casa, porque não saía, não tinha aonde ir. Ah, era difícil porque o racismo aqui era difícil. Ainda é, mas mudou um pouco. Naquele tempo, Deus me livre, a gente saía na rua, um italiano chamava a gente de negrinha, nega pra cá, nega pra lá. Isso sempre foi. Não mudou, mudou um pouco, mas ainda continua.[...] A gente se sente mal, porque o racismo, o pessoal acha que pessoa negra não tem valor nenhum. Pessoa negra, porque é negro não tem nada. Agora mudou um pouco, no meu tempo era feio, a gente não podia sair na rua que eles chamavam de negro. Agora eles vão no sol pra ficar preto, igual à gente.[...] Primeiro te davam um pedaço de pão e tu tinha que sair faceira com aquilo, era o único que davam.”

Lúcia traz elementos interessantes sobre o preconceito racial, porque os fatos narrados são antes de mais nada muito atuais, acontecem talvez de outra forma que em épocas passadas, porém ocorrem. Durante séculos, o negro foi considerado mercadoria, mesmo após a Abolição da Escravatura, acontecimento que o deixou jogado à própria sorte, desprotegido e

sem amparo para ser proprietário de algo. Desde esse momento, inicia um novo processo de subordinação, desigualdade social.

Souza (2002, p. 45) argumenta que, “entretanto, a organização do trabalho humano vai sempre determinar as condições de vida material e de cultura da maioria da população”. A depoente relatou que seu trabalho valia somente um pedaço de pão, jamais recebeu dinheiro por ele. Seu trabalho valia pouco, “como o negro”, que poderia ser pago com qualquer coisa que o “outro” achasse suficiente e necessário. Sem autonomia para adquirir o que quisesse ou precisasse, era pago com alimento, já que as condições dos negros sempre foram de pobreza, de trabalho serviçal e de dependência do branco.

Maria Craves, ao relatar sobre a discriminação racial, disse que, “um dia, uma vez nós entramos numa igreja, eu e a nossa turma e umas branquinhas começaram a olhar e dar risada”. A depoente informou que na igreja havia lugar determinado para os brancos, isto é, ficavam separados dos negros.

Souza argumentou:

A Igreja Católica foi a principal autora do arcabouço ideológico de sustentação da escravidão negra e africana, divulgando que o negro era filho do pecado, devendo por isto se tornar escravo. Pelo seu importante papel junto à educação, na Europa e na América, a Igreja Católica foi, portanto, uma das instituições que contribuiu sobremaneira para incutir nas sociedades a idéia que o negro era inferior, assim como a sua cultura. (2002, p. 46).

Os imigrantes italianos e seus descendentes foram fortemente influenciados por uma educação européia, devido à influência que o clero europeu sempre teve em muitos países. A

Igreja Católica teve enorme responsabilidade pelo preconceito racial, determinando que o negro era “filho do pecado”³² e liquidou com a possibilidade de igualdade cristã, social e cultural.

6.13 DIA FELIZ ERA O NATAL

Neste capítulo, em que trago dados sobre o modo de viver as infâncias desses depoentes da pesquisa, a forma de relações e implicações sociais nas famílias é importante. Convém considerar as festas religiosas, que fazem parte significativa de suas lembranças. As festas comemorativas do Natal, da Páscoa e da Epifania são constantemente recordadas e descritas pelos depoentes.

Era, nesses momentos festivos, que as famílias consideravam a infância de maneira diferenciada, ao menos o ritual era vivido muito em função das crianças. As famílias organizavam-se para comemorar esses dias de forma festiva, cada família tinha uma maneira própria de festejar, que dependia, dentre outros fatores, das condições econômicas.

Antônia, a respeito da festa natalina, recorda: “A gente ganhava um tostão, duas, três balinhas, ou um biscoito. Eu já ganhei doce. Um biscoito, um tostão.” Antônia recordou das brincadeiras que fazia com suas amigas, das bonecas que confeccionavam com material de costura de sua mãe. Disse que conheceu boneca, esse objeto vendido em comércio, quando saiu da colônia e foi morar na cidade.

³² A Igreja Católica foi a principal autora do arcabouço ideológico de sustentação da escravidão negra e africana, divulgando que o negro era filho do pecado, devendo por isso se tornar escravo. Deixei meu coração embaixo da carteira! Caderno de Educação Infantil. Yvone Costa de Souza. Editor Mediação. 2002, p. 46

Nesse momento, vou relatar um fato que considerei interessante na ocasião em que fui visitar Antônia em sua residência. Nas dependências de sua sala, sobre o sofá, está uma boneca sentada, que parece, em muitas situações ser uma companhia para ela. A boneca ela apanhou no lixo, quando uma vizinha, fazendo limpeza em sua casa, se desfez da mesma, pois não era mais utilizada. Antônia falou com sua vizinha e avisou que retiraria a boneca do lixo. Antônia disse que essa foi sua única boneca. Naquela ocasião, nós duas brincamos, jogamos com palavras, fizemos um jogo simbólico, no qual a depoente comportou-se como uma criança, dando vida à boneca. É interessante a expressão que utilizei: “como uma criança”, quando me refiro à capacidade e disponibilidade de Antônia de brincar.

Larrosa (1998, p.15) sugere a possibilidade de uma reflexão, que torna-se interessante quando aponta para o que é esperado socialmente e aceito culturalmente para cada idade. Conforme o autor, “pertencer a um grupo de idade significa ter que adequar-se a uma normativa bastante precisa”. Em cada faixa de idade, são esperados determinados comportamentos; esses comportamentos já vêm com as possibilidades e os impedimentos esperados, bem como apontam para os desvios, que fogem ao padrão esperado socialmente. Portanto, a capacidade de brincar, de criar um espaço lúdico, é uma forma de viver de maneira mais criativa, superar mais facilmente situações difíceis que são inevitáveis ao longo da existência humana.

A instituição escolar é um exemplo que ilustra esse movimento em busca da vida, da criatividade, do espaço lúdico. Essa capacidade de transformar um espaço educativo institucionalizado, em um espaço que gera vida, depende de circunstâncias externas. Entretanto, em grande parte depende da disponibilidade interna e subjetiva de cada sujeito que faz parte do espaço escolar.

Geneveva relatou:

“Comemoravam, todos os pequenos se aprontavam. Minha mãe quando era pra se aprontar pro Natal, ela chamava minha nona para ajudar, porque era muito o serviço. Então ela vinha ajudar a fazer roupa. Ela fazia camisa pros guris, e minha mãe me fazia vestido, e fazer vestido pra todo resto.”

Geneveva contou que, nessa época, havia um movimento mais intenso em sua casa, com a visita da nona para ajudar na confecção das roupas. Ela relatou que aguardavam essa época comprando peças de tecidos na cidade para as roupas das crianças.

Leonilda contou a respeito da festa natalina, dizendo:

“Leonel, meu irmão mais velho, ele ia no mato e cortava árvores, ele fazia um canto assim no galpão. Trazia barba e fazia a gruta do presépio. Uma manhã eu nunca esqueço a gente ia no galpão pensando que fosse o Menino Jesus, nós achava um pacote de balas. Meu pai botava assim, na gruta. A gente ia no galpão para ver nossas balas. Era melhor naquele tempo do que agora. Agora querem mais, mais, mais e mais. Para mim qualquer coisa está bom.”

Leonor Ana (informação verbal) expôs:

“Minha alegria era quando me dizia que chegava o Natal e a Páscoa. Meu pai dizia: ‘– Se ajeitem porque vai vim o Papai Noel, apronta o pratinho’. Nós botava o pratinho com um copo de açúcar, pra ver o presente. – Sabe o que nós ganhava? Um tercinho, umas balas, daquelas duras mesmo. Nós ficava feliz, feliz mesmo quando ganhava as balinhas e o tercinho. O presente que nós ganhava do pai, era uma alegria, nós não usava para não sujar. Hoje em dia ganham um brinquedo, ainda não estão satisfeito.”

Nesses dois relatos aparece um aspecto da sociedade capitalista: o crescente consumismo, que cria necessidades e insatisfações. A infância na atualidade é um alvo atraente, na medida em que gera necessidades para o consumo, criando a cada dia novos e atrativos artefatos destinados à infância. As depoentes da pesquisa refletem sobre esse aspecto da vida moderna, em que a oferta e a proliferação de produtos destinados à infância crescem constantemente. Nos relatos fica evidente que essas festas eram de cunho religioso, tendo um sentido espiritual, pois o valor comercial estava distante do universo e das experiências da forma de vida daquela época.

Marcia Elizabete Wilke Franco (2002,), analisando a influência da mídia sobre a infância, destaca que ela é uma das responsáveis “por algumas dessas armadilhas à infância”. Refere-se ao consumismo das crianças que beneficia e mantém o sistema capitalista. Numa sociedade capitalista, o poder econômico tem supremacia sobre o “poder político e a cultura”. Franco argumenta que “a criança de hoje é diferente da de ontem. Sem dúvida, a criança da atual fase do capitalismo não é igual à do capitalismo mercantil, pois a criança cresce em relação constante com o ambiente sociocultural”.

Antônia também se refere ao modo de vida na sua infância dizendo que, “depois, não era que nem hoje em dia que a gente tinha dúzias de chinelo e sapatos, quando a gente tinha um furado a gente ia comprá um novo. Era assim, bem assim”. Distante da influência da mídia, as crianças viviam de forma bem diferente da de hoje, no que se refere ao consumismo; quem morava no interior do município vinha para a cidade para comprar somente o necessário; todos dependiam da comercialização dos produtos da colônia para poder adquirir os produtos da cidade; dessa forma, havia muita comercialização em função da troca de produtos.

Zilba relatou:

“Eu me lembro que na Páscoa, que a gente ia deitar porque diziam que iam chegar os ovos. Nós enfeitava os galinheiros antes de dormir pras galinhas porem os ovos coloridos. O galinheiro era preparado onde as galinhas põem os ovinhos. Quando nós levantava íamos direto pro galinheiro e estava cheio de ovos coloridos. A mamãe preparava, os ovos eram só pintados, não tinha nada dentro, era pintado, todo colorido, era bonito de ver. Coisa mais linda aqueles ovos pintados, depois eles davam balas. Os ovos eram cozidos, a gente mostrava pros outros.”



“Eu na família, era lava louça, lava o chão, lava as janelas e vidros e esfrega assoalho, de cima a baixo. Desde guria sempre fomos de trabalhar. E depois que eu fiquei maior eu comecei a trabalhar fora tirando cursos de bordado e fazia enxovais para fora..”

Figura 50. Zilba Empinotti Grazziotin, 86 anos.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 51. Aquarela – “A Páscoa”. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Nesse relato aparece uma demonstração de carinho, de tratamento diferenciado para a criança, possibilitando a fantasia própria desse período da vida. Zilba continuou seu relato contando que, certa vez, levantou ansiosa para participar dos preparativos da Páscoa. No momento que desceu a escada de sua casa, viu sua mãe ao lado do fogão pintando os ovos.

“Nós descobrimos que alguém pintava os ovos e já perdeu a graça.” Depois disso, mudaram a forma de receber os doces, pendurando uma meia no fogão. Essa “graça” demonstra a necessidade de a criança fantasiar e de o adulto proporcionar esses momentos de fantasia para a criança e para si, como forma de manter sua própria imaginação e criatividade.

Alzira informou:

“O presente sempre a gente ganhava no Natal. A gente fazia aqueles ninho com aquelas barba de pau, então vinha assim um Papai Noel de chocolate, alguma coisa. Era sempre assim uma roupa, um calçado, que a gente ganhava, se não, não era brinquedo, então era isso que a gente ganhava.”

Essa depoente se diferenciou dos relatos dos demais depoentes de sua etnia, pois a família comemorava essa data. Gelcy, quando indagada sobre a possibilidade de brincar com brinquedos comprados, disse que “não só gente rica, gente que podia mandar buscar em Porto Alegre, fora. A gente pobre, não; a gente pobre, no dia de Natal, ganhava um vestido, um chinelo, sapato ou meia. Tudo que era necessário tu ganhava no Natal”.

Nicola assim descreveu suas lembranças sobre a comemoração do Natal:

“A festa do Natal era assim, não era que nem hoje. Então de noite, ensinava o pai e a mãe, botar um pratinho de farelo, na porta da cozinha, que de noite passava o Menino Jesus, botava umas balas, uns doces no pratinho. De manhã levantava, não tinha mais farelo, botavam os doces ali. Mas quem era? – O pai e a mãe. Eles que faziam, nós acreditava em tudo. [...] Na festa de Natal nós era muito cuidadoso. Tudo na missa, não podia falhar. Eles sempre faziam comida um pouco diferente.”

Por meio dos depoimentos, um aspecto é importante destacar. As pessoas de mais idade, ao relatarem as festas religiosas, evidenciam que essas comemorações tinham um cunho acima de tudo religioso, com rituais religiosos seguidos pelos fiéis católicos. Esses depoentes disseram que, no Natal, era o Menino Jesus que visitava as famílias, deixava balinhas. Já os depoentes mais jovens relataram que, nessas festas, era o Papai Noel quem visitava as famílias.

Vitor assim se manifestou:

“Olha, eu diria que era muito simples, porque Papai Noel naquele tempo não existia, não estava introduzido no nosso meio³³. O coelhinho se ouvia falar pouco. O que nós fazíamos foi uma coisa que me marcou, nós enfeitava um galho de árvore porque diziam que pinheirinho era coisa de luterano, não fazia parte das tradições da igreja católica. Na minha casa muito tempo depois que nós começamos adotar o pinheiro como símbolo natalino, mas sempre foi um galho que nós enfeitávamos, um galho seco, com bolinhas, com algodão. Uma outra coisa que eu acho que caiu em desuso foi a festa da Epifania, festa dos Reis, era tradicional que a gente pegasse e colocasse no pé da cama uma meia, que no dia seguinte estava cheia de guloseimas. No Natal eu acho que nunca passei sem ganhar um brinquedo, eu acredito os únicos brinquedos de fabricação que a gente tinha, o restante nós mesmos fazíamos.”



Figura 52. Clementina Bocchese Grazziotin com Vitor Grazziotin, Praça Garibaldi, década de 1940. Acervo família Grazziotin.



Figura 53. Roque Grazziotin, Clementina Bocchese Grazziotin e Vitor Grazziotin, Praça Garibaldi, década de 1940. Acervo família Grazziotin.

³³ Vitor Grazziotin usou a expressão “Papai Noel naquele tempo não existia, não estava introduzido no nosso meio”, em entrevista concedida em 30 março de 2005. Ele nasceu no dia 11 de março de 1942.

Esse relato se diferenciou dos demais, porque, na maioria deles, não era nada comum ganhar brinquedos no Natal. Vitor morava no centro da cidade; filho de pai comerciante, tinha um único irmão, situações que o diferenciavam dos demais depoentes.

Leonardo falou a esse respeito dizendo:

“Chegava Natal, então ele dizia que tem que fazer o presépio, nós fazia essas coisa e tudo, o Papai Noel, mas naquele tempo não era Papai Noel, era musseta que falavam. Era pra trazer presente, mas lá nunca passava, nunca passava. Porque não tinha dinheiro, nós se ganhava mal pra comer e comprar uma roupinha.”

Leonardo disse claramente que, naquela época, não era o Papai Noel; quando ele se refere em dialeto à palavra “musseta”, refere-se a um animal, um burrinho, uma mula. O depoente relatou que enfeitavam o presépio com uma imagem do Menino Jesus. Quando conta que “nunca passava”, deixa claras as diferenças socioeconômicas vividas pelas famílias. A maioria das famílias dessa pesquisa organizava-se para, no Natal, adquirir o que era necessário para os filhos, por isso, presenteavam-nos com roupa ou calçado.

6.14 QUASE TUDO ERA PECADO



Figura 54. Lembrança da Primeira Eucaristia de Vitor Bocchese Grazziotin, década de 1950.

A pesquisa esteve constantemente permeada pela questão religiosa, que alicerçou a visão de mundo, a forma de organização e o modo de viver dos depoentes e de suas famílias. A Igreja Católica determinou comportamentos, baseada no pecado, na culpa, tendo no sofrimento um valor.

Muitos depoentes lembraram das dependências das casas repletas de quadros de santos, que, tendo vidas sofridas, tinham a recompensa de se tornarem santos. Além dos quadros de santos, uma família de descendência italiana recordava o pecado, o castigo, com quadros do purgatório, local onde o fogo e o sacrifício castigavam os pecadores.

Sem dúvida, o medo de uma vida mais prazerosa, com mais direitos, com realizações, é uma herança marcada pela religião católica, que sempre priorizou a cruz, o

sacrifício. Nos depoimentos dos descendentes de italianos, fica claro que a religião era praticada com rigor. As famílias rezavam o terço todas as noites, e o ritual religioso do domingo era obrigatório.

As famílias costumavam guardar orações, santinhos, recordações de Primeira Comunhão, com cuidado e respeito, sendo que alguns depoentes ainda conservam essas lembranças. A depoente Lúcia entregou, para fazer parte dos materiais desta pesquisa, imagens de santos, lembranças que ganhou de seus pais e avós vindos da Itália.

Antônia referiu:

“A gente levava muito a sério, a minha mãe dizia que não tinha o que pagasse uma missa, que a missa era coisa grandiosa, por isso fomos criados assim, nós era muito de missa, de igreja, de terço. Muito de igreja, desde nova muito à igreja. Nós fomos mesmo de famílias muito católica. O tio de minha mãe era padre, uma irmã era freira, agora duas sobrinhas da minha mãe que moravam na Argentina eram freiras. Quer dizer que nós somos de famílias muito católicos.”

É importante considerar que era um orgulho para uma família ter uma pessoa religiosa, era uma autoridade respeitada e temida. Irmã Lúcia, relatando sobre a relação da família com a religião, contou que sua mãe queria ser religiosa, sonhava em ser freira. Dessa forma, dois filhos mais velhos: um menino e uma menina, foram encaminhados para seguir a vida religiosa, antes de Lúcia. Foi uma decepção para a família de Lúcia os irmãos desistirem da vida religiosa.

Irmã Conceição assim se expressou a respeito das relações com a religião:

“A minha mãe tinha umas irmãs que tinha conhecido em Antônio Prado, ela explicava como eram as irmãs, como se vestiam. Tudo aquilo minha mãe me ensinava, eu lembro quando ela começou a falar das irmãs e eu fiquei gostando. Minha mãe me vestia como se estivesse na frente das irmãs. Então me vestia como elas, colocava um pano branco na cabeça, pra fazer de lenço. Ela me dizia sempre que queria ser irmã.[...] A gente não ia deitar sem rezar o terço, a gente rezava o terço todas as noites. Só o domingo a gente saía, aquele era sagrado para ir pra missa. Sempre que nós voltava o pai perguntava: – O que o padre disse? Pra ver se a gente tinha ido à missa ou não.”



A minha mãe tinha umas irmãs que tinha conhecido aqui em Antônio Prado. Ela explicava como eram as irmãs, como se vestiam e tudo aquilo minha mãe me ensinava. Eu me lembro quando ela começou a falar das irmãs, aí eu fiquei gostando”.

Figura 55. Lúcia Joanazzi – Irmã Conceição.
Foto: Neusa Maria Roveda Stimamiglio



Figura 56. Aquarela – “Brincando de ser irmã religiosa”. Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

No relato, Irmã Conceição contou a forte ligação que sua mãe tinha com a religião e o quanto era importante para ela ter um filho na vida religiosa. Desde pequena, a vida religiosa fazia parte das histórias que sua mãe narrava, das brincadeiras entre ela e sua mãe, bem como com seus irmãos quando dramatizavam o ritual da missa. O terço rezado todos os dias mantinha a família em oração. Irmã Conceição diz que, apesar do rigor que a família estabelecia para os rituais religiosos, ir à igreja aos domingos era também uma forma de

passaio, de brincadeiras. Ela confessou que sempre saíam da missa para conversar, brincar, aproveitar alguns momentos fora da igreja, porém sabiam que a homilia deveria ser ouvida, pois o pai iria indagar sobre seu conteúdo.

Sem dúvida, as crianças tinham uma forma criativa de “abrir frestas” diante do rigor da educação a que eram submetidas, dando conta das solicitações dos adultos, ao mesmo tempo que criavam espaços para vitalizar a própria experiência de infância. Ficou claro na pesquisa que as crianças buscavam alternativas, abrindo espaços criativos, como uma necessidade vital do lúdico em suas vidas. Isso transparece nos relatos em muitas situações. Lúcia relatou também que, no trajeto até a igreja, iam de pés descalços. Era uma forma de economizar os calçados. Lavavam os pés num riacho antes de chegar na igreja e somente nesse momento calçavam os sapatos.

Alzira relatou que sua mãe era católica e que por isso freqüentavam a igreja todos os domingos; disse que “sempre acostumou nós desde pequeno, pra igreja, então tinha que ir sempre. Tinha que ir na missa todos os domingos”.

Nicola recordou:

“A missa era sempre às dez horas, às onze horas saíia, meio-dia tava em casa. Tudo de a cavalo. Lá em casa o pai tinha quatro enciliadeiras, quatro animais para ir na missa. Um com o selim para as meninas e três para os homens de sela. O meu pai queria ir na missa, não tinha história. No domingo de manhã tinha que levantar, se preparar para ir na missa. Tinha assim onze quilômetros, uma hora e pouco, uma hora e meia. Nós ia conversar com as meninas, cos outros, brincar a cavalo. Era um divertimento, ia pra casa com cantoria de cavalo, com gente amiga. Hoje não existe isso aí. Ia pra casa cantando, canto e canto.”

No relato de Nicola, o aspecto da religiosidade fica entrelaçado com a vivência social. Por meio dos rituais religiosos, existia a possibilidade de convivência, de encontro, de conversas, de iniciar namoros. Os trajetos realizados até a igreja foram oportunidades de ampliar a vida social para além da família; momentos de divertimento; ocasiões informais diante de uma vida repleta de trabalho.

Elsa contou:

“Quem dava muita atenção a isso era meu pai. Nós rezávamos o terço de noite. Sempre acabava em risadas e gargalhadas, mas que interessante sabe. Nós tínhamos nossas vizinhas que eram parentes. Sempre acabava em risada. Ríamos, ríamos, nossa mãe ficava brava, pegava o chinelo e ameaçava. Então a gente começava a rir, assim de boca fechada, ria desse jeito. Meu pai fazia ir à missa todos os domingos, com roupa, sem roupa, porque nós nunca tivemos roupas finas. Era um vestidinho por ano, que a mãe fazia, ou ganhávamos tecido das madrinhas e a mãe fazia uns vestidinhos, mas nunca tivemos roupas caras. Nos faziam ir à missa todos os domingos. Quando fui fazer a Primeira Comunhão, quase desmaiei na igreja. A gente não podia comer nada, nem água podia tomar. Em jejum. Agora a gente vê como é bobagem.”

No depoimento de Elsa, mais uma vez aparece o ritual religioso como uma forma de convivência, de encontro social. Na família da depoente, o terço era rezado em sua casa, em companhia de suas tias e primas. Nesses momentos, as crianças deveriam divertir-se, pois uma linguagem própria, sinais, olhares desencadeavam a graça, o riso, que, reprimido tornava-se intenso. A Igreja Católica historicamente via no riso, na alegria das crianças, um devaneio, um pecado que precisava ser banido.

Sennet (2001), ao referir-se aos espaços cristãos, aborda que “assim desde uma geração após a morte de Jesus e até meados do século II, a casa serviu à comunidade cristã; depois, os fiéis transferiram o culto para outros tipos de edificações”.

Dosolina contou a respeito da relação com a igreja, dizendo que, “nós ia na igreja, não faltava um domingo, se tinha no dia de semana, na sexta-feira, nós ia também”.

Leonardo relatou a relação que estabelecia com a religião dizendo:

“Mas uma coisa que até hoje quiseram que eu fosse só de rezar, rezar. Eu nunca fui de rezar, muito pouco. Desde rapaz quando comecei a namorar, o pai rezava o terço e eu não quis rezar. Eu fui fazer a barba, quando eu estava cortando a barba, ele veio e me deu com a cinta. Era assim, achava que tinha que ser ao modo dele. Naquela época, todas as famílias eram assim, ninguém ia dormir sem rezar o terço.”

No depoimento de Leonardo, o rigor da educação familiar fica evidente quando o pai, valendo-se de sua autoridade, ou melhor, de seu poder, agrediu fisicamente seu filho que não juntou-se com a família para rezar o terço, pois o depoente, já moço, iniciava um namoro, preparando-se para visitar sua namorada. Não havia uma reflexão, nesse caso, sobre as atitudes dos pais e sobre os valores cristãos.

7 O SILÊNCIO EDUCA A INFÂNCIA



Figura 57. Irmã Conceição, Ana Bellorini Juanazzi e Ângelo Juanazzi, 1937.

Nos relatos orais, ficaram evidentes os silêncios a que as infâncias, desta pesquisa, foram submetidas nas famílias, na igreja, na escola. Os depoentes relataram que a experiência escolar foi baseada no silêncio, como forma de disciplina; nos castigos, como forma de manter a autoridade do professor: uma educação calcada na repressão e no medo.

Muitos depoentes falaram dos castigos que sofreram ou que presenciaram com colegas, sendo que o uso da força física era aceito como uma forma de educar, tanto na família como na escola. Na Igreja Católica, a repressão vinha por conta do pecado, dos medos atribuídos ao “demônio”, figura usada pelos adultos para atemorizar as crianças, bem como um recurso disciplinador nas escolas religiosas cristãs.

Tendo sido o primeiro colégio a ser construído em Antônio Prado foi o das Irmãs de São José, presentes na cidade desde 1900. As Irmãs, vindas da França, aceitavam meninos

como alunos somente até a idade dos dez anos. Isso ocorria até o ritual da Primeira Comunhão; depois disso, ficavam sob a responsabilidade da família. A continuidade dos estudos estava condicionada à existência de algumas escolas particulares, ou à saída de Antônio Prado para estudar em outros municípios, em regime de internato.

Algumas famílias formaram uma comissão pró-colégio, presidida por Domingos Grazziotin, a fim de suprir a necessidade de um colégio para meninos. As negociações com os Irmãos Maristas iniciaram em 1919 e, em 1920, começaram a construção do prédio. Enquanto os trabalhos de construção do prédio estavam em andamento, coordenados pela equipe de construtores da família Nodari (Napoleone, Atílio e Beniamino), com tecnologia já comprovada no Vêneto (também construtores de casas, que hoje estão tombadas pelo IPHAN), a sede provisória do colégio foi instalada nas dependências da Sociedade de Mútuo Socorro, onde foram feitas as primeiras matrículas.

O colégio dos Irmãos Maristas, discípulos de seu fundador Padre Marcelino Champagnat, os quais vieram da França e da Itália, ficou pronto e recebeu a bênção em 6 de julho de 1920. O prédio foi construído totalmente em madeira com dois andares.

Leonilda relatou:

“Eu estudei no colégio das Irmãs de São José. Era de manhã e de tarde. A gente ia de manhã, ia pra casa ao meio-dia, depois descia de tarde e ia pra casa às quatro horas. No inverno tinha gelo e eu de tamanco, de roupa de pelúcia, nós ficava com o dedo duro que não dava pra pegar o lápis. [...] Tinha a irmã Raquel que era braba, tinha a Irmã Madalena que ensinava pintura e tinha a Irmã Matilde, que era gorada, tinha mesa e ela sentava e dizia: – ‘Tempo perdido não volta mais!’ Eu fui pouco na escola, tinha aquelas que trabalhavam na cozinha. Eu lembro que uma vez a Irmã Madalena e a Irmã Cláudia, que também era braba, elas falavam em latim e a gente não entendia nada, elas brigavam em latim. O castigo que elas

davam tinha que ficar na aula escrevendo, não saía na hora que todos saíam, bem pra lavar a escola nós ficava quando elas precisavam, nós esfregava o chão.”

Lúcia informou a respeito de sua vida escolar, dizendo que “a professora ensinava, só que era diferente do que é agora, porque dava bastante duro. Às vezes botava de castigo lá no canto sozinha. [...] No recreio se tinha liberdade, depois que entrou na sala ninguém falava só a professora”.

Zilba relatou:

“Naquela época, as Irmãs de São José assustavam muito a gente. Depois que a gente aprontava uma, elas mandavam uma por uma na capela rezar e elas diziam que tinha o diabo, era pra assustar. É lógico que a gente tinha muito medo.[...] Na hora da saída, me deu uma vontade de urinar e eu pedi para a Irmã e ela respondeu: ‘– Não tem, ajoelha e reza!’ Eu não agüentei e urinei lá mesmo. Elas faziam ajoelhar em cima de grão de milho. Era silêncio na aula, quem falasse era repreendido, não se podia de jeito nenhum. A Irmã Raquel foi terrível, medonha. A Irmã Madalena era muito boa, tocava piano muito bem.”

É interessante pensar nesse depoimento que revela a força da tradição cristã, que concebia o ser humano como aquele que nasce com o pecado original, dominado pelas figuras de Deus como o *bem* e do diabo como o *mal*. Este precisava ser banido com sacrifícios, penitências e orações. Sacristán (2005, p.20) analisando historicamente o surgimento da cultura da infância e do aluno, como conceitos compartilhados e construídos socialmente, argumenta que “ser aluno supõe acumular a dupla carga semântica de ser menor mais a de ser escolarizado, existindo variações culturais tanto nas formas de conceber os menores como nas formas de ser aluno”.

Barbosa (2000) em sua pesquisa para a tese de doutorado, com o título “Por amor & por força – rotinas na educação infantil”, analisa as formas de educar a infância, refletindo sobre o poder de disciplinar, citando, por exemplo, Foucault.

Foucault, a respeito do poder de disciplinar argumenta:

Micropenalidades do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosserias, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). [acompanhada de um elenco de punições]... processos sutis, que vão do castigo físico e privações ligeiras e a pequenas humilhações. (1982, p.159).

Com respeito às humilhações a que muitas crianças foram expostas em sua experiência escolar, o relato de Elsa ilustra, dentre outras possíveis reflexões, a humilhação, o constrangimento a que foi submetida.

Elsa assim se referiu:

“Sabe quem tinha notas altas lá na Escola São José? A filha do prefeito, a filha do Almirante, a filha do não sei o quê. Era assim, não era brincadeira não, é verdade. Se levava castigo, se levava castigo. Sabe onde elas me botavam de castigo? Num cantinho com pasto, porque eu era muito emburrada, qualquer coisa eu tava emburrada, então elas me mandavam no cantinho com pastinho. Ficava lá até desemburrar, quando eu desemburrava eu voltava pra minha classe. Elas diziam: ‘– Vem aqui no cantinho, fica aí.’ Então, elas botavam um pastinho lá, e eu ficava sentadinha no chão até que me passasse aquela onda sabe, de brabeza. [...] Elas tinham uma vara comprida que batia até a última classe, elas pegavam aquela vara, só batiam na cabeça, elas só pegavam a vareta, chamavam a atenção, ou se a gente tava distraída, ou sabe não dava muita atenção à aula. O método que elas usavam mais para nós aprendermos era a repetição, eu me lembro que a gente repetia, repetia. Fazia aquelas linhas de caligrafia.”

Nesse relato, Elsa recebe uma punição diferenciada de outras experiências narradas pelos depoentes, quando se referem aos castigos escolares a que eram submetidos. Em sua experiência, Elsa foi submetida à profunda violência, humilhação, colocada no canto da sala cada vez que, por algum motivo, ficasse “com aquela onda de brabeza”, como ela mesma relata. Era necessário disciplinar e controlar o corpo, como forma de conter e manter um corpo passivo, disciplinado, dócil. Assim, esse corpo paralisado também vive em silêncio, longe de poder manifestar seu pensamento, seus desejos, conflitos ou mesmo necessidades, até mesmo as fisiológicas.

Em relação ao corpo, era comum os descendentes de italianos enfaixarem o corpo dos bebês para levá-los para a roça. Esse procedimento era utilizado na rotina cotidiana de cuidados com os pequenos. Enfaixar o corpo era imobilizar esse corpo, que obediente ficava à mercê do desejo do “outro”. Assim, os bebês enfaixados, em nome da segurança, da proteção ficavam imobilizados. Dentro da concepção de educação que norteou a infância dos depoentes em suas experiências escolares, os mesmos ficavam “enfaixados” às suas carteiras, imóveis e calados.

Com as contribuições socioconstrutivistas de diversos teóricos na educação, refletiu-se hoje sobre a importância da oralidade, como um dos recursos que pode auxiliar no aprimoramento cognitivo, na medida em que qualifica e refina o pensamento da criança. A oralidade proporciona e facilita relações interpessoais e, sem dúvida, trabalha com conteúdos afetivos que possibilitarão à criança o autoconhecimento, portanto, desenvolvimento inter e intrapessoal.

Vygotsky (1991, p. 131) aponta que “a relação entre pensamento e a palavra é um processo vivo: o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não-expresso por palavras permanece uma sombra”. Nos exemplos dos depoentes desta pesquisa, quando falam sobre suas experiências escolares, referindo-se aos castigos a que foram submetidos, fica evidente que não tinham espaço para expressar seu pensamento, seus conflitos, seus medos. O adulto sabia o que era preciso para disciplinar, para submeter a criança ao seu poder, acreditando que, no silêncio e na coerção, a criança aprendia a não repetir comportamentos indesejados.

Sacristán argumenta:

*A criatura miúda ou pequena é, desse modo, um sujeito que não tem o que o adulto tem. O mesmo significa original do conceito de “infância” continua nos lembrando a condição que se tem dos que fazem parte dela. “Infante” vem de *infans*, que significa o que não fala, não porque não disponha da capacidade de fazê-lo, mas porque a palavra é negada a ele. (2005, p. 69).*

Ana Lúcia relata:

“A gente era discriminado no colégio também, porque qualquer coisa que a gente fazia é porque era negro. Branco não sentava perto de negro. Só que naquele tempo eu era mais brava, quando me chamavam de negra eu já caía em cima. Dava para brincar na escola, só como eu te disse aquele racismo deles não gostar de preto, mas a única que sempre foi minha amiga foi a Flávia. [...] A professora botava a gente ajoelhada em cima de uns grãos de milho, a gente ficava ali atrás da porta em cima de grão de milho até que ela quisesse. Ela era severa naquele tempo.”

Ana Lúcia trouxe lembranças de sua infância que penso sejam interessantes para despertar uma reflexão no leitor, no que diz respeito ao preconceito racial na vida escolar. O relato de Ana Lúcia fez-me recordar dos colegas “invisíveis”, no fundo da sala, que ali ficavam como sombras, desconsiderados, esquecidos, sozinhos. Olhados rapidamente, brevemente, reproduzindo as relações preconceituosas de uma sociedade desigual, de uma escola desigual, ambivalente: uma escola que, embora tendo um cunho cristão, preenchendo vagas para crianças com dificuldades econômicas, deixava claro, ao mesmo tempo, que estavam no espaço escolar como uma “caridade”, deixando-os ausentes, negligenciados.

Nicola recordou:

“Tinha castigo e era forte. Então era assim, o professor dizia: ‘– Quem tem a vime mais comprida, me leva aqui na aula.’ Eu não levei, mas tinha gente que levava. Então botava tudo nuns bancos assim. O que pegava, pegava, largava com a vime. Vê se um fala. É só castigo de nada. Depois em cima da mesa se não sabia lê, dava com a régua nas mãos. Era assim.”

Sacristán (2005), analisando os castigos corporais que muitas infâncias sofreram e aos quais ainda são submetidas em muitos contextos, traz a tradição cristã e a de outras religiões, como o fundamento para o controle do corpo, argumentando que “vêm no corpo não só a morada do espírito, mas a sua prisão”. Dessa forma, o corpo precisa ser controlado, reprimido, para livrar a alma de sua condenação. Analisa ainda que muitos rituais religiosos são praticados hoje para punir o corpo, considerados como castigos corporais, “tão normais” como foram os castigos físicos nas salas de aula e no meio familiar”.

Nicola, em seu depoimento, relatou castigos físicos a que foi submetido. A vara que os próprios alunos levavam ao professor, era utilizada para submeter os alunos a castigos físicos, reprimir, chamar atenção. Diz ainda Nicola que quem não soubesse ler era obrigado a colocar suas mãos para que o professor batesse com violência.

Vitor relatou:

“Olha, o Colégio Marista era fogo, era praticamente militar, a partir do uniforme que a gente era obrigado a usar, com cinturão de couro. Os Irmãos Maristas eram muito rígidos na disciplina, aquilo não podia nem olhar pro lado já tavam xingando a gente. Tinha bastante tarefas escolares. Nós tínhamos uma horta que era mantida pelos alunos e tinha aulas de técnicas agrícolas, que acho era de grande valor. Cada dois alunos tinha um canteiro e com vantagem de que tudo que a gente produzisse lá a gente podia levar para casa. Tinha bastante esporte, tanto assim que ali onde é hoje a AABB era a parte esportiva. Foi ali que aprendi a jogar futebol, salto em distância, salto em vara, barras paralelas, argolas.”

Vitor relatou detalhes interessantes sobre sua infância, referentes à sua vida escolar, quando estivemos em sua residência para filmagem. Ele voltou a lembrar do uniforme “militar” que foram obrigados a usar no colégio, relatando que inibia qualquer movimento, pois por mais vontade que tivessem de brincar se tornava impossível. O tecido utilizado para confeccionar o uniforme era o mesmo tecido usado nas fardas militares, repleto de botões, com cinturão que inibia o movimento. Vitor enfatizou o rigor da disciplina, dizendo que “não podia nem olhar para o lado”.

Esse relato me fez lembrar das narrativas de meu pai a respeito de sua experiência escolar como aluno do Colégio Marista. Ele sempre falava do rigor, da disciplina, do controle corporal a que eram submetidos. Com tom crítico e humor necessário para suportar situações difíceis, referia-se aos prêmios por bom comportamento, guardados por ele como um

“Diploma de Honra ao Mérito”, por ser aluno disciplinado. Relatou que ficavam imobilizados tanto dentro da sala como no período de recreio, sem brincar. Certa vez, por volta da década de 40, ocorreu na cidade uma invasão de gafanhotos, fato inédito que surpreendeu a todos e exigiu atitudes imediatas, pelo prejuízo causado na agricultura. Meu pai contava que ficou “paralisado”, como um bom aluno disciplinado. Por ficar parado, quando naquele momento era exigido movimento, criatividade na resolução do problema, foi submetido à violência física.

Nesses relatos, a relação de escola e quartel surgiu espontaneamente, pois o espaço escolar, assim como os espaços que compõem os cenários de nossas vidas, estavam e estão carregados de símbolos, de sinais, que passavam longe da neutralidade.

Escolano argumenta:

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares. (1992, p. 27).

Escolano segue sua reflexão sobre o entrelaçamento que ocorre entre a arquitetura, ou melhor, a “especialização” e o currículo da escola, argumentando a existência de um currículo oculto que circula na forma de distribuição dos espaços. O autor lembra ainda que “essa especialização” organiza minuciosamente os movimentos e os gestos e faz com que a escola seja um “continente de poder”. Escolano cita Foucault (1982), por ser esse autor quem descreveu analiticamente a similaridade da distribuição dos espaços em escolas, fábricas, quartéis, hospitais e cárceres.

O relato de Irmã Conceição traz momentos importantes que contribuem para esta pesquisa. Num primeiro momento, ela narrou sua infância dentro desse contexto da família, depois entra na sua formação religiosa, fala da saída de sua casa para ficar interna num colégio religioso. Irmã Conceição descreveu sua experiência como estudante para se tornar Irmã de São José. Depois, ela relatou sua experiência quando voltou para Antônio Prado como Irmã de São José, como educadora na cidade.

Gostaria de, nesse momento, considerar uma relação que parece evidente, mas necessária, quando se refere ao rigor educacional presente nas narrativas dos depoentes. Irmã Conceição relatou o rigor que existiu na sua formação, como preparação para o trabalho religioso. Ela disse que saiu de casa com apenas 11 anos. “Senti tanta saudades dos meus pais, pelo amor de Deus, nem quero me lembrar. Eu chorava quando estava no colégio.”

Irmã Conceição rememorou:

“A gente trabalhava na colônia, limpava o potreiro que tinha as vacas, botava os tijolos no sol, depois colocamos na fornalha, depois se cozinhava os tijolos. Quando estavam cozidos, a gente tirava e deixava tudo aberto. Então, quando os tijolos tavam prontos, nós tirávamos e colocávamos em cima da lápide pra secar. A gente ficava com as pontas dos dedos todas escapeladas. A gente estudava nos dias de chuva, daí a gente ficava estudando. Nos dias bonitos, nós ia na fornalha do tijolo, íamos roçar os potreiros das vacas. Quando começava as férias, a gente tinha que esfregar aquele colégio, o assoalho era branco, não era pintado, a água que vai nisso, a força que vai, a gente limpava, fazia todo trabalho, não tinha empregada nenhuma, tinha cozinheira. Não, não tinha muito lazer não, só de vez em quando, nós fazia um passeio mais longe, ou ia na casa de uma candidata que ia entrar no colégio, ou visitar outra família, mas não se podia comer em outra casa, não dava para comer. [...] Se fosse no meu tempo que eu entrei não ficava nenhuma agora, porque era bastante rígido. A gente não podia comer fora de hora nunca, tomar água nada, era tudo marcado, almoço, merenda às dez horas e às três horas. Mas olha, meu Deus do Céu, não tem nem sombra daquilo que a gente teve.”

Irmã Conceição contou ainda que, naquela época de sua formação religiosa, ficou doze anos sem visitar sua família, sem viajar para a casa de seus pais. Na casa dos familiares, um quarto era reservado para o filho religioso. Nesse ambiente reservado, ninguém entrava, mesmo o filho não morando com a família; esse espaço ficava reservado para quando viesse visitar a família. Irmã Conceição disse que “era uma regra que a gente tinha, só em caso de doença dos pais, senão não ia para casa. Nem sei por que faziam a gente ficar sem os pais, porque saudades eu passei bastante”.

É interessante refletir que as religiosas eram rigorosas como professoras, isso aparece nos relatos dos depoentes, porque a formação religiosa era realizada pela imposição de uma disciplina rígida, um corpo controlado, disciplinado. Era um controle da sexualidade, impondo rituais cotidianos que anulavam, ou melhor, tentavam negar instintos, pulsões, necessidades. Irmã Conceição relatou que, desde que entrou no colégio como interna, passou a tomar banho coberta por uma camisola, não tendo contato com seu próprio corpo. As roupas que usavam eram pesadas, engomadas, exigiam uma disciplina corporal para usá-las, dificuldade que aumentava no verão, em que se tornava quase insuportável carregar essas vestimentas de tecidos pesados. O tecido utilizado para o hábito era o mesmo que usavam na Europa, um tecido que não se adaptava ao clima do Brasil. Desde os quinze anos, quando se tornou Noviça, passou a usar o hábito religioso. Ela também contou que as camas nos conventos eram separadas por cortinas, sendo que não poderia haver maior contato entre elas.

Como religiosa, Irmã Conceição relatou que trabalhavam diariamente e passavam por muitas dificuldades econômicas, principalmente em Antônio Prado. Ela disse: “Uma coisa que estranhei bastante é a dureza do povo aqui do centro, pra viver aqui tinha que roçar na terra dos outros.” A vida religiosa seguia rotina rígida. Relatou que acordavam às cinco horas

e rezavam até por volta das sete horas. Logo após, tomavam café e trabalhavam como professoras. Depois atendiam ao turno da tarde. Terminado o período da escola, faziam limpeza e dedicavam-se aos trabalhos agrícolas, plantando milho, batata-doce, feijão. O trabalho agrícola ajudava na alimentação das irmãs, pois, de acordo com seu relato, as famílias encontravam dificuldades no pagamento da escola.

Na Escola das irmãs de São José, fazia parte do currículo o aprendizado de trabalhos manuais, por isso bordado, crochê, desenhos, estavam incluídos na carga horária. As depoentes dessa pesquisa se referiram muito aos trabalhos manuais aprendidos nessa escola. De acordo com o modo de vida relatado na pesquisa, onde o lugar social da mulher ocorria exclusivamente no espaço familiar, o aprendizado de trabalhos artesanais possibilitaram uma forma de confeccionar os artigos utilizados pela família, como o enxoval, por exemplo, representando uma economia familiar. Além disso, muitas depoentes a partir das habilidades manuais aprendidas na escola, seguiram realizando esses trabalhos como profissão, conseguindo.

8. TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 ANTÔNIO PRADO: VÁRIOS LUGARES; MÚLTIPLAS INFÂNCIAS; OS DA PRAÇA, OS DO MORRO, OS DA ROÇA

Neste trabalho de pesquisa, a relação dos espaços da cidade e o modo como as infâncias se constituíram ficaram entrelaçadas com outros elementos, como classe, etnia, gênero, traço cultural. No espaço geográfico estão as marcas de como um grupo cultural se organiza. Isso revela também como esse mesmo grupo constrói seus valores, suas tradições, sua forma de pensar e conceber o mundo.

A ocupação do espaço deixa de ser algo *ao acaso*, baseado em uma neutralidade, para demarcar o poder, as diferenças existentes em uma sociedade. Anselmo Alfredo, em seu artigo “Economia política da cidade”, argumenta que “o espaço como mercadoria torna-se também um elemento reprodutor do capital, de desigualdades sociais. Não só o acesso ao espaço se torna seletivo, hierárquico [...]”.

Nesta pesquisa, que abordou as infâncias vividas em diferentes períodos na cidade de Antônio Prado, constatou-se que o espaço foi um elemento importante nas experiências vividas pelos depoentes, por exemplo, pois o lugar ocupado no território diferenciou essas mesmas infâncias. A vida do ser humano está entrelaçada pela dimensão espacial e temporal; suas ações, suas experiências ocorrem num certo lugar, datado de um certo tempo. Dessa

forma, o espaço precisa ser compreendido em forma complexa, abrangente e dinâmica, própria de uma sociedade em movimento.

Na cidade de Antônio Prado, as diferenças sociais, as desigualdades, a separação de classes e étnica sempre estiveram presentes na distribuição do território. Na paisagem natural da cidade de algumas décadas atrás, aparecia com mais clareza e evidência a desigualdade social. A distribuição do espaço fornecia dados para a compreensão das relações sociais, econômicas, raciais que aqui ocorriam.

Na cidade, as principais avenidas, os terrenos privilegiados, os espaços centrais sempre estiveram “em poder” dos *brancos*, dos descendentes de italianos. Nesses espaços havia a concentração do comércio, a igreja, os bancos. Os *negros* moravam nos morros, pendurados em moradias pobres, passando por dificuldades econômicas. Era uma cidade dividida na questão racial, dividida no território. Na cidade, existem partes altas e partes baixas, devido à geografia natural de uma região serrana, a separação ficou visível. Assim, como destaca Sennett (2001), os pobres ficavam pendurados nos morros “perto de Deus”, enquanto os brancos detinham o poder territorial, que era também o poder econômico.

Frei Rovílio expôs:

“Então você vai trabalhar a infância, você vai trabalhar tendo em vista a identidade geográfica, porque a identidade geográfica também tem significado [...]. A infância vai estar ligada às perspectivas de estabelecimento, as perspectivas econômicas de cada agrupo, seja do indígena, seja do brasileiro ou nativo que vinha de qualquer ascendência.”

As infâncias desta pesquisa compartilham experiências comuns, próprias de um traço cultural que determina um certo modo de viver, um conjunto de valores, tradições que passam de geração a geração, tornando familiares certas vivências. Porém, muitos elementos interferiram na maneira de viver essas infâncias. Dentre esses elementos, está o lugar, o espaço em que viveram.

8.1.1 Os da roça

Per eso la historia no puede ser el progreso continuo de la humanidad hablante a lo largo del tiempo lineal, sino que es esencialmente intervalo, discontinuidad, epokhé. Lo que tiene su patria originaria en la infancia debe seguir viajando hacia la infancia y a través de la infancia. (Giorgio Agamben)

Antônia expõe o seguinte, com relação à cidade:

“Eu tinha vindo diversas vezes com a mamãe a cavalo, nós fomos até a gruta de Nossa Senhora. Nós subimos lá no morro, a mamãe com a vizinha e a filha da vizinha. Nós duas num cavalo e elas duas num animal. A mamãe vinha quando ela precisava. Vendia ovos, vendia galinhas, comprava açúcar, arroz, café, o chinelinho para as crianças, uma sandália, um pedaço de tecido pra fazer uma roupinha, mas não era todos os dias, era uma vez cada dois meses.”

A cidade de Antônio Prado sempre foi uma cidade pequena, se comparada com outras cidades; porém, para as crianças do interior do município, vir para o centro da cidade era uma aventura, um dia esperado com expectativa. O centro da cidade, comparado às

condições de vida no interior do município há alguns anos atrás, significava umas das únicas oportunidades para ter esse tipo de experiência.

Genoveva relatou:

“Conhecia porque nós vinha a cavalo, com seis, sete anos, o meu pai me botava a galope no lombo da mula e se fazia compra de farinha de trigo, porque eles tinham moagem também. Nós íamos no hotel. Mas eu me lembro muito bem que ia de um lugar pro outro, depois tomava sopa no Hotel Bocchese.”

Leonor Ana contou que “nós vínhamos pouquíssimas vezes para a cidade. Não era como agora, era tudo estrada de chão. Nós ia nas festas de colônia. Eu me lembro que adorava ir na praça em frente à igreja, que tinha mandolates para vender, eu ficava feliz”.

Lúcia menciona que também tinha poucas experiências de vida na cidade; contou que “tinha poucas casas naquela época. A gente ia na festa da gruta ou às vezes aí na praça a gente ia. Para fazer compras, quem fazia era o pai ou os irmãos mais velhos”.

Nicola falou a respeito do contato com a cidade, dizendo que “era pouco naquele tempo, só de a cavalo ou a pé. O mais que se vinha, vinha de a pé. Era uns onze quilômetros”.

8.1.2 Os da cidade

Leonilda assim narrou a respeito de sua vida na cidade:

“Era um terreno grande, tinha o lote, então tinha bastante árvore, tinha bastante aquelas ameixas amarelas. Tinha quatro pés de ameixas, duas vermelhas e duas amarelas, tinha horta. Tinha um galpão que tinha estrebaria das vacas, como se fosse colônia. A chácara era grande, ainda tem a chácara, tinha pasto e lá tinha pé de figo, pé de pêssego. Fruta tinha sempre à vontade. Depois da chácara, vinha o potreiro. [...] A cidade era barro, pedra, a gente vivia de tamanco.”

Leonilda se referiu ao terreno de sua casa, na infância, “como se fosse colônia”, pois sua casa ficava localizada em uma área distante do centro da cidade. Quando me refiro ao centro, faço alusão ao local onde havia comércio, igreja, praça. Leonilda conta que, em sua casa, havia água corrente em abundância, por isso “a vizinhança ia toda lá em casa pegar água, a gente tinha um poço muito bom”. Em outro momento, Leonilda relatou que “lá então ele fez um chuveiro. Tinha um banheiro lá em casa e a vizinhança ia lá em casa tomar banho”.

Nesses momentos em que Leonilda se refere à vizinhança, percebe-se uma vida solidária, onde as dificuldades do cotidiano eram compartilhadas. Fica evidente que havia uma ajuda, havia uma socialização de bens, como a água, por exemplo. Sendo um recurso natural abundante em sua casa, era dividida com outras famílias.

Leonilda ainda relatou:

“Nós gostava de ir ao rio. No domingo de tarde, a gente pegava um lanche, tinha uma cascata muito bonita, lá a água não era poluída. As crianças iam lavar roupa lá, tinha a gurizada que ia tomar banho. Tinha uma cascata, a gente gostava de entrar na água. O rio Leão era freqüentado, naquele tempo não tinha chuveiro como a gente tem hoje. Daí a gurizada ia nadar lá, pescar. Acho que o que mais pescava lá era meu pai.”

É interessante assinalar que as depoentes, ao menos as de mais idade, não costumavam tomar banho no rio. Quando faziam esse tipo de passeio, geralmente brincavam com apenas os pés na água, tornando-se desnecessário traje de banho. As meninas passeavam com suas amigas, bem como as moças e as mulheres que costumavam fazer piqueniques com amigas, acompanhadas dos filhos. Os meninos, quando passeavam no rio, costumavam tomar banho e realizavam pescarias.

Zilba contou:

“A gente brincava de roda, cantava. Eu não esqueço que na praça quando eles fizeram os palanques novos, abriram buracos, nós não saía só para pular dentro de cada um. Naquela época ainda tinha muito vaga-lume, a gente caçava vaga-lume. Na praça, a gente nunca teve aquela infância de ir na casa uma da outra. [...] Imagina, era o lugar que nós moramos até hoje. Ah! Pouca coisa, pouca coisa porque nunca fomos de sair, no cinema, no matinê, assistir o carnaval.[...] Quando era época das festas aqui na praça faziam quermesse. A gente vendia números, e levar telegramas. Eu vendi um número para um moço e ele ganhou um prato de louça e me deu o prato. Eram essas festas de Lourdes, do Sagrado Coração de Jesus. Tinha a banda que acordava a gente de manhã. Na véspera, as casinhas lindas que eles preparavam pra quermesse, muito bonito mesmo. Tinha movimento. Era só quermesse e tinha mesas que vendiam doces, tinha o almoço, vinha muito viajante naquela época. Nós, gurias, entregávamos os telegramas.”

Zilba sempre residiu no centro da cidade em frente à praça, local onde o movimento sempre foi o mais intenso da cidade. De certa forma, ela teve oportunidade desde pequena de presenciar o dinamismo da cidade, as festas, o movimento dos encontros religiosos, os acontecimentos políticos. Na Praça Garibaldi fica também o prédio da Prefeitura Municipal de Antônio Prado; por isso, os acontecimentos políticos, as manifestações populares ocorreram próximo à sua residência. Hoje Zilba reside na mesma rua de sua infância, próxima à casa que residia com seus pais, tombada pelo IPHAN. Sua atual residência também é uma casa tombada pelo IPHAN, onde parte de seus cômodos serve de espaço para a Secretaria de Turismo.

As festas religiosas aconteciam na praça da cidade, em frente à Igreja Sagrado Coração de Jesus. Nessas ocasiões, havia quermesse, com tendas montadas para venda de produtos artesanais, doces, alguns jogos, “telegramas”, rifas.

Gelcy relatou que fazia piqueniques com as amigas na gruta da cidade, dizendo que “a gente se divertia, nós sentava lá em cima no morro, não tinha aquela escadaria, era só lajeado. A gente sentava e comia pipoca, amendoim, nós conversava”. Gelcy seguiu narrando e relatou que na rua aconteciam muitas brincadeiras: “Nós jogava arquinho, bola de tudo no meio da rua.”

Os espaços públicos, os espaços da cidade, eram espaços lúdicos da infância. Eram nos espaços públicos que muitas crianças encontravam os grupos da vizinhança, grupos de convívio. Vivendo em uma cidade pequena, com pouco movimento, como disse a depoente, onde havia mínima circulação de automóvel, as crianças brincavam em segurança. A rua era o local dos encontros, das brincadeiras, da reunião de grupos que residiam próximos.

Elsa expôs:

“Outra coisa que a gente brincava muito era de alisar umas tabuinhas que sobravam dos cobertos das casas, naquela época passava cera e descia o morro, ali em cima da gruta, escorregava e vinha até em baixo. Mas aquilo era nossa paixão, os guris, então, que brincavam com a gente, os vizinhos, era uma maravilha.[...] A gente não combinava nada, a gente saía e quando via, a gente dizia: - Vamos brincar? – Vamos brincar? Acho que era italiano: – Demo? – Demo? Então vinha toda aquela turma daqui de cima, agente se reunia todos os dias. [...] É perto do lugar onde a gente morava, nunca longe.[...] Nós tínhamos a gruta, nós íamos de passeio lá na gruta, era o nosso passeio.”



Figura 58. Aquarela – “Brincando de barquinho”. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

De acordo com o relato de Elsa, percebe-se que o jeito de viver a infância era diferente daquele dos dias de hoje, porém, esse relato se aproxima de algumas infâncias do interior, por exemplo, que ainda hoje vivem essa fase da vida de forma mais livre, mais próxima da natureza. Ainda hoje as crianças do interior da cidade, bem como aquelas que vivem de forma modesta, residindo em bairros pobres da cidade, reúnem-se com os vizinhos; suas brincadeiras lembram muito as brincadeiras que os depoentes faziam na época de sua infância.

Passeando pela cidade, procurei “olhar”, com as condições que esta pesquisa me possibilitou, ou seja, “redimensionei meu olhar para a cidade”. Visitei vários bairros, observando e fotografando o cotidiano das infâncias. As crianças com poucas condições econômicas, que residem em habitações populares, mesmo aquelas cujas famílias receberam doações apenas do terreno, construindo a casa própria, vivem cotidianamente de forma bem diferente de outras crianças com melhores possibilidades econômicas. Muitos fatores interferem e determinam o modo de viver cada infância.

As crianças que residem na cidade, com melhores condições econômicas, geralmente cumprem uma agenda repleta de compromissos, incluindo cursos para seu aperfeiçoamento, tendo em vista a formação profissional futura – outra forma de manter o tempo ocupado em atividades pedagógicas. É contrastante a forma como a infância é vivida pelas crianças em diferentes contextos, sendo fatores determinantes para essas diferenças o lugar em que residem, a classe social, a etnia e o gênero. Passa longe de crianças com condições econômicas precárias o acesso às novas tecnologias, ao acelerado processo de informatização, que a cada dia traz novidades, que faz da descoberta de ontem algo obsoleto e ultrapassado.

Vitor aponta:

“Acabada as tarefas nós íamos brincar e nós brincávamos na praça mesmo. Naquele tempo era apenas um terreno baldio, com alguns plátanos ao redor, nós tínhamos um campinho de futebol ali na praça, ou se inventava outras brincadeiras, coisa que se fazia muito era durante a semana repetir os filmes que passavam no cinema. Se brincava de mocinho e bandido, de faroeste e coisas assim. O que existia muito naquele tempo era rivalidade de uma rua com outra. Nós tínhamos um núcleo de vizinhança, que se protegia, mas era um tipo de competição sadia, nós contra o time da rua de trás da igreja. Como tinha a rua dos pretos, que era o morro, ou então em competições maiores que tinha o pessoal do centro contra o bairro Golin.”



Figura 59. Aquarela – “Brincadeiras na praça”. Autora Melina Roveda Stimamiglio, 2005.

Vitor morava no centro da cidade, como ele mesmo disse “na sombra da igreja”, por isso suas brincadeiras na maioria das vezes aconteciam na praça. Ele contou uma história que já foi publicada no jornal *Cidadania*, informativo de circulação local. Nele, narra um fato engraçado que aconteceu na infância em umas de suas brincadeiras na praça. Como ele mesmo disse em seu relato, eles gostavam muito de reproduzir os filmes a que assistiam no cinema, nas tardes de domingo. Certa ocasião, estava escondido atrás de plantas da praça, munido com seu revólver de madeira pronto para surpreender um “bandido”, e gritou apontando sua arma para o primeiro ruído que ouviu. Para sua surpresa, não era seu amigo que compartilhava da brincadeira, mas o Delegado de Polícia da cidade. O delegado achou o fato engraçado e interessante e, a partir daí, tornaram-se grandes amigos, disse Vitor.

Vitor discorre ainda sobre sua vida na cidade:

“Outra coisa que se fazia muito nos verões era tomar banho nos rios. Eu acho que nós conhecíamos pedra por pedra daqueles rios, no verão a gente passava ali. [...] Quanto mais a gente subisse os rios, mais limpas as águas ficavam. Lá no Cascatão dava perfeitamente para tomar banho. Eu achava sensacional porque a gente vivia com turmas mistas, a gente ia tomar banho, rapazes e moças tranqüilamente, existia respeito, existia lazer, eu diria sinceramente era outro estilo de vida.[...] Na gruta éramos liberados para brincar e a gente brincava ali na gruta que por sinal era bem mais bonita que agora. O terreno era amplo e tinha grama, não havia os pavilhões ainda, e onde a gente descia que agora é uma escadaria era uma trilhazinha, que nós chamávamos de morrinho da gruta. A gruta era local de asseio, muitas vezes de piqueniques. O primeiro salãozinho da gruta agora é aquela banquinha que vende produtos coloniais. Tinha festão no salão e pra nós que não tínhamos esse costume era fascinante, tomar como café da manhã um prato de bucho e tomar um copo de vinho, era algo sensacional porque na nossa casa não era nosso hábito e na festa podia. [...] Antônio Prado na época da minha infância era totalmente diferente que agora, até pela própria evolução. Existia passeios, não tinha calçamento, sarjetas, a praça tinha um cantinho ajardinado. Tinha carroças que andavam pela cidade, o pessoal vinha da colônia praticamente todo montado a cavalo e existiam estacionamentos de cavalo na rua de trás da igreja. Toda loja comercial tinha instalações para os cavalos. Tinha um riachinho que atravessava toda cidade, desde onde hoje é a cancha Lourenço Golin.”

O relato de Vitor traz à cena os lugares de memória da cidade, de seus espaços-tempos, que estão entrelaçados com o olhar da subjetividade de um sujeito, de seu imaginário, de seus desejos. Por meio dos relatos orais do passado, faz-se presente uma cidade de outrora, suas mudanças.

Pesavento afirma:

Há uma temporalidade das práticas sociais e de suas representações, mas as idéias “viajam” no tempo e no espaço e são “recicladas” em outro contexto, que as “historiciza”. Ocorrem, nesse processo, simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões, implicando a atribuição de outros sentidos distantes do original, e isto decorre de fatores tão concretos quanto relações de forças ou níveis de acumulação, mas também por ação de elementos não mensuráveis, as utopias e os desejos. (2002, p. 23).

Vitor recorda os espaços da cidade do passado; nas suas lembranças há seu próprio imaginário, sua subjetividade, portanto, o que ele elegeu para recordar tem algum significado em sua história pessoal. Em sua narrativa, descrevendo os lugares de que mais gostava na cidade, inclui seus desejos, suas utopias. Bosi (2003), abordando sobre a memória, argumenta que “a narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É sua memória”. Memória que sempre está contextualizada num espaço-tempo; por isso, lembrar sua história é também lembrar lugares, espaços de vida.

Leonardo disse a respeito da cidade que, “na missa, nós ia sempre de manhã cedo, daí não tinha loja aberta nem nada. Lá onde tinha a loja Renner, tinha uma banca que vendia doce, se nós tinha dinheiro passava lá e comparava uma bala, uns doces”. Aliás, essa banca foi muito comentada nos relatos orais, sendo um ponto de grande encantamento para as crianças, independentemente do lugar em que residiam, isto é, na cidade ou no interior do município. Leonardo também citou o cinema como local de encontro e entretenimento, dizendo que “depois teve o matinê, e nós ia quando tinha dinheiro, depois era um encontro. Nós ia lá e ficávamos toda tarde”.

8.1.3 Os do morro

Nos relatos orais dos depoentes afro-brasileiros, que residiam na cidade, ficou marcada a separação territorial, pois os mesmos moravam isolados no morro “dos negos”, como eram referidos. Eles viviam com grande dificuldade financeira, desenvolviam tarefas de trabalho fora da família desde muito pequenos, para garantir a sobrevivência diante de uma

vida rude e sofrida. Dos cinco depoentes, dois não conheceram escola na infância, e os demais se evadiram nos primeiros anos escolares.

Esses depoentes apontaram para o preconceito racial como um fator bem marcante em sua infância e no transcorrer de sua vida. Hoje mesmo, poucos jovens de outra etnia, que não os descendentes de italianos, chegam a cursar o ensino universitário, poucos também conseguem se destacar e viver em condições diversas daquelas de suas famílias.

Maria Craves disse em seu depoimento:

“A gente não conhecia muito. Quem conheceu Antônio Prado, duas, três casinhas e hoje está uma capital. [...] Na igreja sim! Naquele tempo a praça era muito pequenina, mas primeiro era só um tipo de muro que tinha uma cerquinha. Ali era bom, eu gostava da chegada do fogo simbólico. Eu gostava, mesmo depois de velha. Agora no dia 7 de Setembro eu digo: – Vocês nem esperem eu fazer almoço hoje, enquanto não termina eu não venho para casa.”

João Carlos enfatiza:

“E aí a gente se conhecia bem, a cidade era pequena mesmo, então era assim, os negos lá no morro e os brancos lá na praça. Naquele tempo era assim, o morro vivia cheio de pretos, tinha nego de tudo que era jeito. A maior parte da gente branca morava na praça. Então se acontecesse alguma coisa lá na praça, que falava acontecesse alguma coisa, era os nego lá do morro. Então a gente já sabia mesmo. Apesar que eles ofendiam e tudo, mas a gente não podia porque tu é pobre, tu é negro. Tu vai fazer o quê?”

Nesse relato de João Carlos, fica registrada a separação étnica que existia e existe na cidade, como se fossem dois mundos isolados geográfica, cultural, econômica e socialmente.

O depoente registra mais que uma divisão no espaço, isto é, o preconceito era vivido de forma tão intensa que se algo “ruim” acontecesse, era certo que havia sido uma ação dos “negos do morro”. Nesse exemplo, está implícita toda uma dramaticidade, na qual se espelha a visão de mundo, a maneira de conceber o homem e suas circunstâncias. Os moradores dependiam dos brancos para validarem seu valor ético; João Carlos segue dizendo que “então outros brancos iam e falavam com os outros, diziam: ‘– Não, eu conheço fulano, não é bem assim! Daí a gente fazia amizade [...] só que a gente não andava trajado que nem eles. A gente ia no colégio de pés descalços e eles iam de tamanco”.

João Carlos ainda discorre:

“Tinha os rios, aqui em baixo tinha o Rostão, que era o lugar que os negros podiam ir tomar banho, que aí não vinha branco. Ele era limpo, bom naquele tempo. É o rio Leão, no Rostão era o maior lugar onde tu queria encontrar pobre e preto era lá. Podia ir todo domingo de tarde, sábado de tarde, tava sempre cheio.[...] Que eu lembro o único lugar bom que tinha naquele tempo era a praça, que ali tinha campo de futebol, tinha um campinho. Então quando não tinha matinê, nós ficava ali. Atrás do ginásio das freiras tinha um campinho também. Tinha um padre que trazia nós ali, todo morro, ele levava os pobre ali e jogava bola e ensinava nós.”

Os relatos de João Carlos cada vez mais parecem demarcar as formas de viver a infância das crianças negras, em comparação à vida das crianças brancas. O depoente sempre usa o termo *negro*, seguido do adjetivo *pobre*, o que evidencia a correlação existente entre a etnia e o lugar social que ocupavam. Outro fator que parece evidenciar a segregação das crianças negras é que, nem mesmo nas brincadeiras em grupo, havia maior integração. Isso não acontecia; portanto, os espaços lúdicos, os espaços para brincadeiras ocorriam separadamente: brancos e negros sem proximidade ou sem oportunidade de compartilharem experiências comuns.

Terezinha relatou:

“A gente ia na praça só, era o único lugar que ia ou lá na gruta; quando tinha festa da gruta a gente almoçava lá às vezes. Ou ia na missa e ficava lá depois, às vezes ficava as tarde inteira ou ia lá no sábado comer algum cachorro quente, eu vou lá até agora, é um costume do sábado. [...] Nós ia na praça também, a praça era bem diferente, era bem pequeninha, tinha um monte de espaço livre. Às vezes eles faziam aquelas quermesses ali na frente, coisas simples.”

Na mostra fotográfica realizada, como primeiro encontro metodológico, esses espaços foram lembrados como espaços de memórias na cidade. A Gruta Nossa Senhora de Lourdes é citada pela maioria dos depoentes. Na coletânea de fotografias, que serviu de registros para a mostra, foi impressionante constatar como as famílias registravam nesse local momentos significativos de suas vidas. Na gruta, eram fotografados momentos como: Primeira Eucaristia, casamentos, noivados, passeios de namorados, festas do local, piqueniques, batizados, encontros de amigas, passeios de domingos. A tradicional festa da gruta é uma tradição cultural que passa de geração a geração.

Alzira relatou:

“Eu gostava de ir lá na gruta, achava bonito ir lá, fui muitas vezes quando eu era pequena. Também no jardim antigo, era muito bonito. A gente ia lá brincar de se esconder, no meio daquelas, tinha bastante caramanchão por lá, então a gente ia lá brincar até a hora da missa, depois ia pra missa e depois ia pra casa.”

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes sempre foi um local de convívio social, um espaço público que acolheu ambas as etnias; muitas gerações desfrutaram desse espaço como

uma referência em suas vidas. Os depoentes, homens e mulheres de diferentes classes sociais, residindo em diferentes lugares da cidade, como aponta a pesquisa, “os da roça, os do morro, os da praça”, citaram os espaços sociais da cidade que, de certa forma, reeditam os lugares eleitos na mostra fotográfica.

É importante, neste momento, oportunizar um pouco de história desses lugares citados pelos depoentes, que alteraram-se com o passar do tempo, com as necessidades e com a própria dinâmica da vida da cidade.

8.2 E POR FALAR EM NARRATIVAS E MEMÓRIAS...

Bosi (2003, p. 74) argumenta que “há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições [...]”. A pesquisa buscou, no discurso por meio da história oral, o reviver de épocas passadas, os modos de vida, as tradições, por isso o espaço esteve entrelaçado às histórias, às memórias.

O discurso, como argumenta Hardendt, “corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais”. A autora ainda argumenta que sem o discurso a “ação deixaria de ser ação, pois não haveria o ator”, sendo que o ator é quem pratica o ato, a ação; só existe se for “ao mesmo tempo o autor das palavras”. O ato pode ser percebido, manifestado sem a palavra, porém sua relevância acontece por meio da palavra falada, momento em que o autor se distingue como único, singular, se identifica, anuncia “o que fez, faz e pretende fazer”.

Bosi afirma:

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana. (2003, p. 850).

Dessa forma, as infâncias foram reconstruídas por meio das narrativas. Madeira (2005) relata que, por meio das narrativas, “a infância surge como relato de uma experiência passada e é construída a partir do presente, com palavras e com a sensibilidade atual dos adultos que as narram”. As narrativas contam vivências passadas com as experiências acumuladas durante a vida, com o olhar do presente, com a emoção de quem fala de uma história que, apesar de seguir um tempo linear, é viva e presente internamente, por isso os tempos internos e externos se interconectam.

Madeira, ao analisar as narrativas que originaram seu trabalho escrito, onde mulheres de uma mesma família relataram suas infâncias em diferentes gerações, observa que foi necessário contextualizar e pontuar a importância das “diferenças dos contextos materiais de existência”, bem como as desigualdades entre as relações das crianças de diferentes grupos sociais, diferenças que muitas vezes impedem de ver-se como semelhantes ou como parte da população, dadas as condições de pobreza e exclusão a que são submetidas.

Ainda Madeira, em seu artigo “A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida”, cita Sarmiento, pela importância desse sociólogo nos estudos sobre a infância, argumentando: “Concordamos com a afirmação de Sarmiento

(2002, p. 16) de que “os itinerários individuais, privados e singulares de cada criança, só fazem completo sentido se perspectivados à luz das condições estruturais que constroem e condicionam cada existência”.

Nesse aspecto, a pesquisa possibilitou-me analisar as infâncias; esse termo já demonstra que existe uma pluralidade de infâncias que dependem das condições estruturais, que oportunizam experiências diversas. Neste relato, no qual a pesquisa foi contextualizada em minha cidade, as infâncias vividas foram condicionadas por fatores diversos, entre eles a etnia, a classe social, o gênero, a idade; também foi determinante o lugar que ocupavam, o espaço a que pertenciam na cidade, pois esse é um aspecto que assinalou diferentes formas de viver, experiências diversas, oportunidades também diferenciadas. Os depoentes que residiam no morro, nascidos em famílias de origem afro-brasileiras, eram pobres, suas condições materiais de existência denotavam uma vida com muitas dificuldades em vários aspectos. Hoje, os depoentes dessas famílias têm condições diferentes daquelas relatadas em seus depoimentos; porém, a falta de oportunidades, a pobreza, as dificuldades para estudar, entre outras, parecem reeditar essas mesmas histórias, e, ainda as perspectivas de seus filhos de terem uma vida diferente daquela dos pais parecem remotas.

Uma última reflexão

Chegou em minhas mãos, por meio de minha orientadora, uma obra de Beatriz T. Daudt Fischer, que é resultado de sua tese de doutorado, em que trabalhou com memórias de professoras em um determinado período. Esse trabalho tem para mim muito valor, embora

lastime por tê-lo conhecido quando meu texto estava em fase final. A partir dessa obra, refleti sobre minha pesquisa em muitos aspectos, principalmente sobre a argumentação, sobre a qual a autora deixa claro que seu trabalho não buscou verdades. Ao terminar meu trabalho, tenho cada vez mais a sensação de que não busquei verdades, mas as possibilidades de determinados momentos. Por isso finalizo com palavras dessa autora, que expressam e traduzem de certa forma o que sinto e penso sobre este trabalho que realizei e que agora, humildemente, coloco à disposição para análise da banca.

Antes de tudo, vale destacar que a crença que com ele partilho,³⁴ crença aqui resumida em três aspectos fundamentais: todo conhecimento será sempre parcial, a realidade é uma construção, e a identidade é sempre um estado em processo. (Beatriz T. Daudt Fischer)

³⁴ A autora refere-se aos pressupostos teóricos de Foucault que sustentaram sua pesquisa.

REFERÊNCIAS

- A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ESPAÇO. Nova Roma do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.
- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte, UFMG, 2005.
- ALBORNOZ, Suzana. *O exemplo de Antígona: ética, educação e utopia*. Porto Alegre: Movimento, 1999.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC – Livro Técnicos e Científicos, 1981
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor & por força: rotinas na educação infantil*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Trad. de Júlio Castañol Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BROUGÈRE, Gilles. *Jogo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- _____. *Brinquedo e cultura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.
- CAROLINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. São Paulo: Global, 2001.
- CAROLINA, Cora. *Meu livro de cordel*. São Paulo: Global, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea – Milton Santos obra revisada*. São Paulo: Edusp, Hucitec, Imprensa Oficial,
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- CASTRO, Lucia Rabello de. *Crianças & jovens: na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU, Editora Faperj, 2001.
- CORAZZA, Sandra Mara. *Infância & educação: era uma vez – quer que conte outra vez?* Petrópolis: Vozes, 2002.

- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GODAR, Jô. *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DELORS, Jacques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez: DDF/MEC/Unesco, 2001.
- DUARTE JUNIOR. *O sentido dos sentidos*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- EDUCAÇÃO & REALIDADE, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1976-1978.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). *Por uma cultura da infância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- FARIA, José Henrique de. Ser da cidade um eterno aprendiz. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. *Cidades educadoras*. Curitiba: UFPR, 1997.
- FERNÁNDEZ, Alicia. *A mulher escondida na professora*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- FERREIRA, Maria Manuela Martinho. *A gente gosta é de brincar com os outros meninos!* Santa Maria de Feira: Edições Afrontamento, 2004.
- FERREIRO, Emília. *Cultura escrita e educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FISCHER, Beatriz T. Daut. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.
- FRAGO, Antonio Vinao; ESCOLANO, Augustin. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FRANCO, Márcia E. Wilke. *Compreendendo a infância*. Porto Alegre: Meditação, 2002.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREITAG, Bárbara. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- GARCIA, Cláudia Amorim; CASTRO, Lucia Rabelo; JOBIN E SOUZA, Solange. *Infância cidade e sociedade*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Infância e velhice: pesquisa de idéias*. Campinas, SP: Alínea, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *GUIA básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- HILLMAN, James. *Cidade & alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

- KISHIMOTO, Tizuko Morchita. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- KOHAN, Walter Omar. *Infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- KOHAN, Walter O. (Org.). *Lugares da infância: filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de (Orgs.). *Imagens do outro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- _____. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MADEIRA, Rosa. A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significações de trajetórias de vida. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 79-114, jan./jul. 2005.
- MARQUES, Mario Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.
- MATURANA R, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Campos Fortes, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Trad. de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis, 2005. v. 5.
- MELUCCI, Alberto. *Vivencia y convivência*. Teoria social para uma era de la información. Trad. de Edción de Jesús Casquette. Ed. Trotta, Madri, 2001.
- _____. *O jogo do eu*. São Leopoldo, RS: Ed. da Unisinos, 2004.
- MONTENEGO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORIN, Edgar. *O desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa e Filhos, 1999.
- MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- ROVEDA, Fernando. *Memória & identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul, RS: Gráfica e Editora Lorigraf, 2003.
- ROVEDA, Fernando. *Antônio Prado: os caminhos da fé*. Caxias do Sul: São Miguel: Lorencetti, 1998.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delineando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. *As crianças contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SOUZA, Yvone Costa de. *Crianças negras: deixe meu coração embaixo da carteira*. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- STIMAMIGLIO, Neusa Maria Roveda. *Língua materna e o processo de alfabetização*. Antônio Prado: Universidade de Passo Fundo, 1989.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños: um modo de pensar la ciudad*. Trad. Mario Merlino. Madrid: ISBN, 1997.
- WARSCHAUER, Cecília. *Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- WIGOSTSKYL, S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (Org.). *Cidades educadoras*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.
- _____. *Caderno – Lê Monde diplomatique*.

APÊNDICE A

CASA JOAQUIM

**Você sabe de um lugar
em que as lembranças têm
cor, aroma, sabor?**

**Você já viu num só lugar
num espaço pequeno
ter tudo o que se quer,
e querer tudo o que se vê?**

**Tem também um velho homem
sério, sisudo, trabalhador
que se esqueceu de sorrir ...
talvez porque seu nome
ganhou nome de fruta no sobrenome**

**Tem aroma na calçada,
tem fruta que não provei
tem revistas, álbuns, figuras
do álbum que não completei**

**Um lugar perdido no tempo
distante e próximo ainda
lembrança com emoção, sensação
com cor, aroma, sabor ...**

Quem conhece um lugar assim?

Neusa Maria Roveda Stimamiglio